



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,
GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
MESTRADO PROFISSIONAL - MESTRADO PROFISSIONAL – MPPGAV**

EVELIN SARMENTO DE CARVALHO

**PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES DA POLÍTICA
DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA – CAMPUS CABEDELO**

**JOÃO PESSOA - PB
2020**

EVELIN SARMENTO DE CARVALHO

PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA – CAMPUS CABEDELO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. Na área de concentração: Educação. Linha de pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Mariana Lins de Oliveira

**JOÃO PESSOA - PB
2020**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C331p Carvalho, Evelin Sarmento de.

Permanência na Educação Superior: contribuições da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - Campus Cabedelo / Evelin Sarmento de Carvalho. - João Pessoa, 2020.

152 f.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/Educação.

1. Educação Superior. 2. Permanência. 3. Política de Assistência Estudantil. I. Título

UFPB/BC

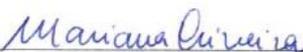
EVELIN SARMENTO DE CARVALHO

**PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES DA POLÍTICA
DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA – CAMPUS CABEDELO**

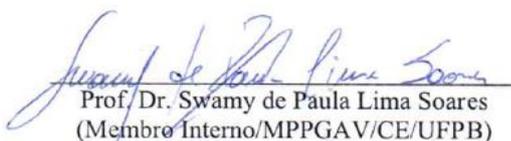
Texto dissertativo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional, vinculado ao Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: 28 / 02 / 2020

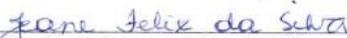
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Mariana Lins de Oliveira
MPPGAV/UFPB – Orientadora



Prof. Dr. Swamy de Paula Lima Soares
(Membro Interno/MPPGAV/CE/UFPB)



Prof.^a Dr.^a Jeane Félix da Silva
(Membro Externo/PPGE/CE/UFPB)

Dedico à minha mãe, Zélia da Silva Sarmiento (in memoriam), quem sempre me incentivou na busca pelo conhecimento.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus que me concedeu fé, força e esperança para enfrentar as dificuldades que surgiram no percurso deste trabalho.

Agradeço ao meu esposo, João Ricardo, pelo incentivo diário e apoio na diminuição das minhas preocupações e inseguranças.

Agradeço aos meus filhos, Amanda e João Gabriel, pela paciência e compreensão nas minhas ausências em momentos familiares.

Agradeço a minha mãe, grande incentivadora do meu crescimento intelectual e profissional, que hoje se encontra junto a Deus, mas está sempre presente em meus pensamentos e orações.

Agradeço ao meu pai, pela compreensão em muitas vezes não foi possível eu estar presente em momentos necessários para poder me dedicar aos estudos.

Agradeço aos meus familiares, irmão e irmãs; cunhados e cunhadas; sobrinhos e sobrinhas, que me incentivam a vencer todos os obstáculos.

Agradeço às queridas amigas de trabalho, Kelly Samara e Anne Mércia, pelo apoio, incentivo e ajuda inestimáveis!

Agradeço aos meus amigos, Renato Arcúrio e Gillyane Lyndsay, pelo companheirismo, solidariedade e ajuda preciosa nesta trajetória acadêmica.

Agradeço aos estudantes do Curso Superior em Tecnologia de Design Gráfico e de Licenciatura em Ciências Biológicas do Campus de Cabedelo, pela disponibilidade e colaboração na pesquisa de campo para a construção deste trabalho.

Agradeço a todos que fazem parte do mestrado MPPGAV, aos competentes professores, à Coordenadora Edneide Jezine, Rosilene, todos sempre comprometidos com a Educação.

Agradeço aos queridos colegas da Turma IV do MPPGAV, por terem proporcionado a todos um ambiente alegre e afetivo, com muitas partilhas e apoio, pessoalmente e virtualmente.

Agradeço aos professores, Jeane Félix e Swamy Soares, pelas participações nas bancas de qualificação e defesa final, pelas ricas e pertinentes observações que trouxeram uma valiosa contribuição para o aprimoramento deste trabalho.

E, agradeço de maneira muito especial, a minha Professora Orientadora Mariana Lins, que com sabedoria conduziu os caminhos deste estudo e por sua sensibilidade as minhas dificuldades enquanto estudante.

RESUMO

O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, instituído no ano de 2010, prevê ações de assistência estudantil que apoiam a permanência de estudantes que ingressaram na Educação Superior por meio das políticas públicas de inclusão e que se encontra em situações de vulnerabilidade. Nesta perspectiva, analisamos a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB do Campus de Cabedelo, na visão dos estudantes matriculados nos cursos superiores, quanto à sua contribuição na permanência acadêmica. Para tal, desenvolvemos um estudo de natureza aplicada com abordagem qualitativa. Para a coleta de dados, aplicamos questionário semiestruturado e realizamos entrevistas com estudantes dos cursos superiores em design gráfico e em ciências biológicas, participantes da política de assistência estudantil. Depois tratamos os dados da pesquisa a partir da perspectiva de análise de conteúdo de Bardin (2011), utilizando como categorias teóricas, in/exclusão e acesso e permanência, analisando autores como: Provin (2011), Veiga-Neto e Lopes (2011), Zago (2006), Silva e Veloso (2013), Castelo Branco; Nakamura e Jezine (2016 e 2017) e outros. Verificamos em nossos resultados, a mudança de perfil dos estudantes da instituição ao longo de seu processo histórico; a contribuição da política de assistência estudantil do Campus de Cabedelo na permanência dos estudantes com maiores referências aos auxílios financeiros e principalmente ao auxílio moradia; destacamos a contribuição também da postura e conduta da figura do professor na permanência dos estudantes; e destacamos ainda a inexistência de ações com a finalidade de acompanhamento pedagógico para os estudantes da educação superior durante a sua trajetória acadêmica. Ficou evidente que a política de assistência estudantil do IFPB Campus de Cabedelo disponibiliza, predominantemente, modalidades de auxílio financeiro como suporte à permanência dos estudantes, priorizando o atendimento de suas demandas materiais, não sendo visível na mesma proporção estratégias para a atenção de suas demandas simbólicas, oferecendo, por exemplo, espaços de convivência coletiva. Ao final da pesquisa, propomos a partir dos relatos dos estudantes, um projeto de intervenção com o objetivo de construirmos canais de diálogo com estudantes para o fortalecimento do sentimento de pertencimento na instituição, promovendo um acompanhamento sistemático, contribuindo, dessa forma, também na permanência acadêmica.

Palavras chaves: Educação Superior, Permanência, Política de Assistência Estudantil.

ABSTRACT

The National Student Assistance Program - PNAES, instituted in 2010, provides for student assistance actions that support the permanence of students who have entered higher education through public inclusion policies and who are in situations of vulnerability. In this perspective, we analyzed the Student Assistance Policy of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba - IFPB of the Campus of Cabedelo, in the view of students enrolled in higher education courses, regarding their contribution to academic permanence. To this end, we developed a study of an applied nature with a qualitative approach. For data collection, we applied a semi-structured questionnaire and conducted interviews with students from higher education courses in graphic design and biological sciences, participating in the student assistance policy. Then we treat the research data from the perspective of content analysis by BARDIN (2011), using as theoretical categories, in / exclusion and access and permanence, analyzing authors such as: Provin (2011), Veiga-Neto and Lopes (2011), Zago (2006), Silva and Veloso (2013), Castelo Branco; Nakamura and Jezine (2016 and 2017) and others. We verified in our results, the profile change of the institution's students throughout its historical process; the contribution of the student assistance policy of the Campus of Cabedelo in the permanence of students with greater references to financial aid and mainly housing assistance; we also highlight the contribution of the posture and conduct of the teacher's figure in the students' permanence; and we also highlight the inexistence of actions with the purpose of pedagogical support for students of higher education during their academic trajectory. It was evident that the student assistance policy of the IFPB Campus de Cabedelo provides, predominantly, modalities of financial assistance as support to the students' permanence, prioritizing the attendance of their material demands, not being visible in the same proportion, strategies to attend to their demands symbolic, offering, for example, spaces for collective coexistence. At the end of the research, we propose, from the students' reports, an intervention project with the objective of building channels of dialogue with students to strengthen the feeling of belonging in the institution, promoting a systematic monitoring, thus contributing to permanence academic.

Key words: Higher Education, Permanence, Student Assistance Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma para gestão da Assistência Estudantil no IFPB.....	69
Figura 2 - Imagem do Campus de Cabedelo.....	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese dos Governos e suas Políticas Públicas de Inclusão à Educação Superior (1995 - 2016).....	38
Quadro 2 – Programas elencados na Política de Assistência Estudantil do IFPB.....	70
Quadro 3 – Síntese do perfil dos estudantes pesquisados.....	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição dos estudantes por faixa etária.....	88
Gráfico 2 – Distribuição dos estudantes por cor/raça.....	90
Gráfico 3 – Distribuição dos estudantes por origem escolar.....	91
Gráfico 4 – Distribuição dos estudantes por escolaridade dos pais.....	93
Gráfico 5 – Distribuição dos estudantes por renda bruta familiar.....	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BM – Banco Mundial
CAEST – Coordenação de Apoio ao Estudante
CB – Ciências Biológicas
CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CEFET PB – Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba
CEP – Comitê de Ética e Pesquisa
CF – Constituição Federal
CONSUPER – Conselho Superior
COPEDE – Coordenação Pedagógica
COPAE – Coordenação Pedagógica e de Apoio ao Estudante
DAE – Departamento de Assistência Estudantil
DAEST – Departamento de Assistência Estudantil
DAP – Departamento de Articulação Pedagógica
DAPE – Diretoria de Articulação Pedagógica
DG – Design Gráfico
EAA – Escola de Aprendizizes e Artífices
EAD – Educação a Distância
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
ESAF – Escola Agrotécnica Federal
ETFPB – Escola Técnica Federal da Paraíba
FAE – Fundação de Assistência ao Estudante
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIES – Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FMI – Fundo Monetário Internacional
FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores para Assuntos Comunitários e Estudantis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituição de Ensino Superior
IFES – Instituição Federal de Educação Superior
IFPB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
PAE – Política de Assistência Estudantil
PAETI – Programa de Assistência ao Estudante Técnico Integral
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PEBE – Programa Especial de Bolsas de Estudo
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE – Plano Nacional de Educação
PPC – Projeto Pedagógico do Curso
PRAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos
PROUNI – Programa Universidade para Todos

PSD – Processo Seletivo Diferenciado

PSE – Processo Seletivo Especial

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SISU – Sistema de Seleção Unificada

SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública

TCLE – Termo de Consentimento de Livre e Esclarecido

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNED CJ – Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
2. POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	22
2.1. Conceitos e Considerações sobre Políticas Públicas.....	22
2.2. Expansão da Educação Superior Brasileira: ampliação do acesso e políticas de inclusão.....	25
2.3. Acesso e Permanência: categorias indissociáveis para uma democratização da Educação Superior.....	39
3. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – PNAES NO BRASIL.....	48
3.1. O PNAES no contexto da Educação Superior.....	48
3.2. PNAES: desafios atuais na garantia da permanência estudantil.....	58
4. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA – IFPB.....	62
4.1. Aspectos históricos e legais.....	62
4.2. A configuração da Política de Assistência Estudantil do IFPB - <i>Campus Cabedelo</i>	72
5. PERCURSO METODOLÓGICO.....	78
5.1. Delineamento da pesquisa.....	78
5.2. Lócus da pesquisa.....	80
5.3. Coleta dos dados.....	81
5.4. Tratamento e análise dos dados.....	84
6. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA VISÃO DOS ESTUDANTES DOS CURSOS SUPERIORES DO IFPB CAMPUS DE CABEDELO.....	86
6.1. Caracterização dos Cursos Superiores em Design Gráfico e em Ciências Biológicas.....	86
6.1.1. Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico.....	86
6.1.2. Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas.....	87
6.2. Perfil socioeconômico dos estudantes da pesquisa: quem são eles?.....	88
6.3. Assistência Estudantil do IFPB/Campus de Cabedelo: o que pensam os estudantes?.....	97
6.3.1. Assistência Estudantil: o que é para mim?.....	97
6.3.2. Assistência Estudantil: possíveis contribuições para permanência.....	103
6.3.3. Assistência Estudantil: limites e melhorias para a política.....	109
6.4. Permanência acadêmica: facilidades e dificuldades sentidas para além da assistência estudantil.....	115
6.5. Proposta de um Projeto de Intervenção.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS.....	131

APÊNCIDES.....	143
APÊNDICE A.....	144
APÊNDICE B.....	149
ANEXOS.....	150
ANEXO 01.....	151

INTRODUÇÃO

O interesse em escolher a Assistência Estudantil como objeto de pesquisa/de estudo surgiu por dois motivos: o primeiro deles foi pela vivência pessoal de ter sido estudante da Educação Pública do Ensino Fundamental ao Médio; percurso feito por escolas estaduais e depois, no nível superior, ter ingressado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Na condição de estudante do nível superior, experienciei circunstâncias que poderiam ter interferido negativamente em minha vida acadêmica, não me permitindo ter seguido um itinerário formativo até os dias atuais. Lembro ainda da alegria e da felicidade dos meus pais quando souberam de minha aprovação no vestibular, ingressante do curso de Serviço Social de uma universidade pública, pois eu era a primeira de quatro filhos a ingressar em uma universidade. Contudo, dentro do ambiente acadêmico tive que enfrentar outros desafios, tais como: superar minhas limitações educacionais oriundas de uma base escolar deficitária, e além de ter que me adaptar a esta realidade para alcançar o objetivo de conclusão da graduação.

Alguns anos depois, passei em um concurso público na área da educação pública, esfera que consideramos o meu segundo motivo de interesse pelo tema de pesquisa, pois havia sido aprovada para trabalhar como assistente social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, Campus Cabedelo. Local em que há aproximadamente de dez anos desenvolvo minha prática profissional na Coordenação Pedagógica e de Apoio ao Estudante (COPAE).

Durante este tempo trabalhando neste espaço sócio ocupacional da educação, e em particular na Coordenação Pedagógica e de Apoio ao Estudante (COPAE), foi possível verificar as demandas trazidas pelos estudantes sob várias dimensões, sejam elas: econômicas, sociais, familiares, pedagógicas, culturais, psicológicas entre outras. E essas demandas geram muitas dificuldades na vivência acadêmica, levando os estudantes a passarem por grandes conflitos na luta pela garantia da permanência na instituição. Vivenciar essas circunstâncias como profissional neste espaço de trabalho, me rememorou algumas das experiências que experienciei enquanto estudante da Educação Básica.

Dentro desse contexto de necessidade dos estudantes e do fazer profissional do assistente social, com relação ao desenvolvimento de práticas estratégicas e interventivas, se destaca a Política de Assistência Estudantil, como política pública de educação, que deve contribuir para reduzir os efeitos das desigualdades sociais através da criação de mecanismos,

mais visível no IFPB - Campus de Cabedelo, na materialização dos programas de auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio moradia e apoio pedagógico, que viabilizem a permanência de estudantes em situações de vulnerabilidade social¹, permitindo que cheguem ao término da trajetória acadêmica de forma satisfatória.

Diante do exposto, nos inquietou saber dos próprios estudantes dos cursos superiores e que são beneficiados pelos Programas da Política de Assistência Estudantil do IFPB no Campus de Cabedelo, o que eles pensam sobre esta política, se os programas estão alcançando sua efetividade na redução das dificuldades sentidas e se estão garantindo a permanência na instituição. É importante saber, que no Campus de Cabedelo existem apenas dois cursos superiores, o de Tecnologia em Design Gráfico e o de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Sabemos que o direito à educação se encontra inserido no rol dos direitos sociais, estando assegurado constitucionalmente, tendo por fundamento a igualdade de direitos. Portanto, é dever do Estado, da família e da sociedade, promover e incentivar a educação, almejando fomentar o desenvolvimento do indivíduo para que este tenha condições de exercer sua cidadania.

Não obstante, para que seja possível concretizar o referido direito fundamental, se faz necessário criar, bem como implementar, mecanismos e ações a fim de viabilizar a igualdade de condições para o acesso e permanência dos discentes nas instituições de ensino superior.

A democratização da Educação Superior, mais especificamente nas Universidades e Institutos, está diretamente relacionada à redução das disparidades socioeconômicas e na oportunidade de ingresso a este nível de ensino pela expansão dessas instituições. Nessa esteira, ponderamos que apenas ampliar o acesso à educação gratuita não é o bastante para efetivar tal democratização à educação superior. Sendo assim, se faz necessário, também, ampliar os programas assistenciais para garantir a permanência dos estudantes egressos de segmentos sociais vulneráveis, com o fito de diminuir os efeitos danosos da desigualdade e possíveis situações de exclusão e evasão.

¹Para esta pesquisa, consideramos situações de vulnerabilidade social as famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar; grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate a Fome/PNAS 2004; 2005).

Nesse contexto, foi institucionalizada a Assistência Estudantil por meio do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil, que foi criado com o objetivo de fornecer os recursos necessários para que seja possível superar os obstáculos formais e informais enfrentados pelos alunos em condições desfavoráveis e, assim, aperfeiçoar o seu aprendizado.

A efetivação da política de assistência estudantil, associada à melhoria na qualidade do Ensino Superior, são fatores essenciais para que o aluno possa se desenvolver satisfatoriamente. Nesse sentido, moradia, alimentação, saúde, apoio pedagógico, esporte, cultura e lazer, se constituem como condições indispensáveis para que o estudante obtenha sucesso em sua formação profissional. Nessa esteira, sob a perspectiva da inclusão social abordada por Carvalho e Jezine (2016, p.109), que entendem como “princípio de reparação social aos grupos, historicamente excluídos do direito ao acesso à educação”, é de suma relevância que sejam articuladas ações afirmativas para que haja a permanência e a conclusão do curso por parte dos estudantes em situações de vulnerabilidade social.

Sob esse aspecto, as instituições federais passaram a ser contempladas com recursos específicos para desenvolver ações de assistência estudantil e a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba se materializa por meio de programas que buscam assegurar o acesso, condições de permanência e a conclusão do curso a todos os estudantes. A Política de Assistência Estudantil do IFPB - Campus de Cabedelo, abrange todos os estudantes regularmente matriculados nos cursos técnicos subsequentes, nas modalidades presencial e ensino a distância (EAD), nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, além das graduações nas modalidades de licenciatura e tecnologia, bem como o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA).

Atualmente, está em fase de implantação a Política de Assistência Estudantil reformulada e aprovada em 2018. A execução de alguns programas desta nova política iniciou no mês de fevereiro do ano de 2020 em todo o instituto. Assim, para esta pesquisa, analisamos a Política de Assistência Estudantil do IFPB (Resolução nº 40, de maio de 2011), que estava vigorando a época da investigação e que teve sua validade até o mês de dezembro de 2019. Esta política é operacionalizada por meio de 11 (onze) programas, os quais destacamos: moradia estudantil – visa assegurar ao estudante migrante e em vulnerabilidade social as condições de acesso, permanência e conclusão do curso; alimentação – tem por objetivo oportunizar aos estudantes o atendimento das necessidades básicas de alimentação;

transporte estudantil – tem por finalidade assegurar aos estudantes condições de deslocamento de sua residência ao Instituto, para desenvolver suas atividades acadêmicas; e apoio pedagógico – que tem como objetivo a orientação educacional, no sentido de preparar o estudante para enfrentar os desafios cotidianos da vida acadêmica com responsabilidade e atuar como protagonista do seu processo educativo (IFPB, 2011).

O objetivo dos programas oferecidos no IFPB - Campus Cabedelo, é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os discentes, com o intuito de contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e, principalmente, de evasão (BRASIL, 2010).

Ressalta-se que, o acesso ao transporte, residência, alimentação, inclusão digital, esporte, apoio pedagógico, etc., são necessidades prementes na vida dos alunos, com isso, se compreende que a supressão destas condições pode comprometer a formação acadêmica e impedi-los de exercer amplamente sua cidadania, uma vez que esta tem início quando os estudantes possuem condições de frequentar o curso e aprender com qualidade.

Com vistas ao exposto, no que se refere à problematização do estudo, se elaborou o seguinte questionamento norteador da pesquisa: Se e como a Política de Assistência Estudantil está contribuindo na permanência dos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - Campus Cabedelo? A partir dessa indagação, definimos como objetivo geral, analisar a Política de Assistência Estudantil do IFPB – Campus Cabedelo na visão dos estudantes dos cursos superiores quanto a sua contribuição na permanência acadêmica. E como objetivos específicos, apresentamos:

- Descrever a Política de Assistência Estudantil adotada no IFPB – Campus Cabedelo;
- Caracterizar o perfil dos estudantes dos cursos superiores em design gráfico e ciências biológicas do IFPB – Campus Cabedelo que participam do programa de auxílio moradia da Política de Assistência Estudantil;
- Analisar a visão dos estudantes sobre os programas de Assistência Estudantil que são executados no IFPB – Campus Cabedelo;
- Apresentar propostas de possíveis melhorias na assistência estudantil conforme a percepção dos estudantes.

A temática em questão possui bastante pertinência, haja vista que a assistência estudantil se constitui em uma ferramenta que contribui com a inclusão social, sendo um mecanismo fundamental para assegurar a permanência do aluno no ambiente acadêmico. O desenvolvimento de tal estudo também é relevante sob o entendimento de que há uma lacuna a ser preenchida em relação à elaboração de pesquisas específicas que versem acerca da

assistência estudantil, tendo por foco a percepção dos estudantes beneficiados. Sob o aspecto institucional, a pesquisa se justificou pela possibilidade de refletir sobre os programas da assistência estudantil e ainda fomentar a necessidade de avaliações sistemáticas dessa política.

E por fim, essa pesquisa também contribuirá para a produção científica do Programa de Mestrado - MPPGAV/UFPB e a sua respectiva linha de pesquisa: Políticas Públicas de Gestão e Avaliação, por constatarmos que até a finalização desta investigação, no ano de 2019, existiam na base de dados do Programa apenas 11 (onze) dissertações produzidas com a temática da assistência estudantil e permanência na educação. E, igualmente, pela assistência estudantil ter a sua relevância por ser uma política pública voltada para o acesso, a permanência e a conclusão na Educação Superior Pública brasileira.

No que diz respeito à organização estrutural do trabalho, a presente pesquisa foi dividida em seis capítulos. O primeiro capítulo é composto por essa Introdução na qual expomos nossa inquietação e as motivações que nos despertaram interesse em pesquisar a temática, apresentando a problemática de estudo, os objetivos da pesquisa e a sua importância para âmbito institucional e acadêmico.

O segundo capítulo é destinado à discussão conceitual e considerações sobre Políticas Públicas dialogando com o conceito de Políticas Públicas Educacionais, mais especificamente, voltada a Educação Superior brasileira. Seguindo, tratamos do processo de expansão deste nível de ensino para a democratização do acesso com a implantação das políticas públicas de inclusão nas Instituições de Ensino Superior (IES) dentro do contexto neoliberal, intensificadas a partir dos anos 1990. Logo depois, discutimos sobre o acesso e permanência enquanto categorias indissociáveis, e focamos na necessidade e importância de políticas de permanência para um percurso acadêmico satisfatório como efetivação da democratização do acesso à Educação Superior do país.

No terceiro capítulo, discorremos sobre a Política de Assistência Estudantil no Brasil trazendo momentos marcantes no contexto da sociedade que foram as bases para a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), enquanto estratégia para permanência e êxito na Educação Superior. Este capítulo apresenta, ainda, uma reflexão sobre os desafios desta política como importante mecanismo de inclusão para tentar alcançar as garantias de permanência aos estudantes nas IFES.

No quarto capítulo, abordamos brevemente o cenário de construção da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba em conjunto com a história da Instituição, conhecendo a discussão sobre os aspectos históricos e

legais desta Política, e posteriormente conhecendo mais especificamente como ela se desenvolve no âmbito do Campus de Cabedelo.

No quinto capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento do estudo e alcance dos objetivos que foram determinados. O percurso metodológico se pautou predominantemente na pesquisa qualitativa. E utilizamos como método para coleta dos dados questionários e entrevistas semiestruturadas. O tratamento dos dados foi feito se utilizando da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011). Todavia, também utilizamos as técnicas de análise bibliográfica e documental como complemento na busca por informações.

No sexto capítulo, apresentamos a caracterização dos cursos superiores, o perfil socioeconômico dos estudantes desses cursos, que são atendidos pela Política de Assistência Estudantil do IFPB – Campus Cabedelo, e que foram os participantes da pesquisa. E trazemos, também, a análise das percepções desses estudantes em relação a esta Política, com a finalidade de conhecer se a mesma está contribuindo na permanência acadêmica. Apresentamos, além disso, alguns aspectos que facilitaram e dificultaram a permanência acadêmica, e um projeto de intervenção como proposta de implementação nas ações de assistência estudantil no Campus de Cabedelo do IFPB.

E por fim, nas considerações finais, elencamos as constatações resultantes da pesquisa realizada, bem como, apresentamos as informações produzidas neste trabalho a toda comunidade acadêmica. Assim como sugestões para melhoramento da Política analisada.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Para reflexão teórica desta pesquisa, se fez necessário primeiro definir o que são Políticas Públicas, entender que as Políticas Públicas da Educação Superior e de Assistência Estudantil se encontram em um contexto histórico de transformações econômicas e sociais, e que “repercutem na economia e nas sociedades” (SOUZA, 2006,p.25). Nesse sentido, foi preciso primeiro conhecer e compreender o que são essas Políticas por meio de seus conceitos e considerações.

No Brasil, os estudos sobre as Políticas Públicas se intensificaram a partir dos anos 1990, devido aos desafios decorrentes do processo de redemocratização que foram postos ao governo, inclusive na área da educação. Tendo isso como premissa, para compreender melhor este capítulo, se fez necessário tecermos algumas considerações sobre aspectos que possibilitaram o ingresso de estudantes em situação de vulnerabilidade social na Educação Superior pública do país. Para tanto, fizemos uma discussão sobre a recente reforma da Educação Superior que visou democratizar as condições de acesso.

2.1. Conceito e Considerações sobre Políticas Públicas

Em nossos estudos e levantamentos bibliográficos, percebemos que existem vários conceitos sobre o que são Políticas Públicas. Segundo Gorczewski e Mayer (2015, p. 10),

As políticas públicas são a materialização do Estado por meio de diretrizes, programas, projetos e atividades que tem, por fim, atender as demandas da sociedade. São chamadas públicas para distinguir do privado, do particular, do individual, considerando-se a ótica de que o termo público tem uma dimensão mais ampla e abrange o estatal e o não estatal.

Para Souza (2006, p26), em um conceito mais claro e definido, política pública é “como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).” Ela ainda coloca que as políticas públicas se formam numa fase em que os governos democráticos expressam seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que trarão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006).

Percebeu-se que algumas definições são dadas, não existindo um conceito melhor ou único, mas, que, independentemente de qual definição seja adotada, todas expressam um fato

em comum, tem como destinatário dessas Políticas Públicas a sociedade. Neste sentido, tendo a sociedade como destinatário, Gorczewski e Mayer (2015, p.10) falam que “seus anseios e necessidades devem ser considerados desde a etapa da percepção e definição dos problemas que precedem a formulação de uma política pública até a etapa em que é procedida a avaliação”. As políticas públicas devem ser a expressão do interesse proposto pela sociedade, pois elas têm a sua dinâmica desenvolvida de acordo com o contexto social onde estão inseridas, e por terem suas demandas emanadas dessa realidade.

Assim sendo, as políticas públicas se configuram como instrumentos importantes de implementação de justiça social, uma vez que garantem a aplicação, em termos práticos, das normas e leis para a efetivação dos direitos do cidadão previstos na Constituição de 1988.

Para este estudo em específico, definimos política pública a partir da compreensão de Nascimento (2019, p. 24) que considera,

[...] política pública como diretrizes elaboradas e executadas pelo Estado para enfrentar um problema público. Sendo o Estado materializado por um Governo, dentro de um contexto de tensão com segmentos da sociedade para a área em que as hegemonias são confrontadas, resultando em acordos e discordâncias.

É importante ressaltar aqui a diferença entre política de Estado e política de Governo. Uma política pública sendo de Estado, independente do governo e do governante, deve ser realizada porque é amparada pela constituição. E uma política de governo pode depender da alternância de poder, ou seja, cada governo tem seus próprios projetos e estes se transformam em políticas públicas (ANDRADE, 2016).

Para estas duas realidades, há a participação da sociedade civil organizada em uma luta política, mostrando as contradições presentes na sociedade para combater a coerção imposta pelo Estado e construir um consenso visando o controle do aparelho Estatal.

Nesse contexto, temos as políticas públicas de educação como as ações que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, políticas educacionais, que em geral se aplica às questões escolares, é um âmbito mais específico dentro da compreensão de Educação, que é um conceito mais amplo (OLIVEIRA, 2010, p.4).

Guerra e Morais (2017, p. 304) corroboram com Oliveira quando indicam que, “as discussões a respeito das políticas públicas educacionais referem-se a tudo aquilo que o governo faz na educação”. E que a concepção das políticas públicas educacionais se refere às decisões do governo que atingem o ambiente educacional enquanto possível espaço de verificação do ensino-aprendizagem.

Neste sentido, se compreende que as ações do governo e das políticas públicas educacionais se voltam e se vinculam aos sistemas educacionais, e que por sua vez, dizem respeito à como as instituições educacionais se organizam e como essas políticas, planos e programas educacionais são colocados em prática.

Conforme dito anteriormente, as ações do Estado por meio das políticas públicas, e neste caso da política pública de educação, são definidas pela correlação de forças dos diferentes grupos que compõem o contexto do qual esta política emerge e no qual será aplicada (SANTOS, 2012).

Na esfera da sociedade civil, se experimenta a educação como um processo social vivenciado pelos sujeitos sociais, ao mesmo tempo em que é um campo estratégico para atuação do Estado. Nesse sentido, “a política de educação, como política social, é um espaço contraditório de lutas de classes, um embate entre poderes diversos que se legitimam historicamente, conforme se estabelece a correlação de forças na diversidade dos projetos societários existentes” (MARTINS, 2012, p.21).

Para corroborar com esta dinâmica das relações que existem e se materializam na política pública de educação, citamos Shiroma, Moraes e Evangelista (2000, p. 10), que afirmam,

[...] as políticas educacionais, mesmo sob semblante muitas vezes humanitário e benfeitor, expressam sempre as contradições supra-referidas. Não por mera casualidade. Ao longo da história, a educação redefine seu perfil reprodutor/inovador da sociabilidade humana. Adapta-se aos modos de formação técnica e comportamental adequados à produção e reprodução das formas particulares de organização do trabalho e da vida. O processo educativo forma aptidões e comportamentos que lhes são necessários, e a escola é um dos seus locus privilegiados.

Em suma, dentro do contexto das contradições que permeiam a sociedade capitalista pelas classes sociais e pelo Estado, a política de educação surge como resultado de formas de enfrentamento dessas contradições historicamente determinadas, e se configura como ações institucionalizadas em resposta ao acirramento da questão social. Pode-se entendê-la com duas versões simultâneas, de um lado a política de educação se materializa como uma estratégia de intervenção do Estado, neste cenário o capital procura garantir as condições necessárias à sua reprodução, mas de outro lado, ela também é resultado da luta política da classe trabalhadora em dar direção aos seus processos de formação, e dessa forma se transforma em um campo de embates de projetos educacionais distintos e contraditórios, ou seja, na negação e reconhecimento de direitos sociais (ALMEIDA, 2014).

Diante do exposto, se compreende, portanto, que em um país, em todas as suas dimensões: social, política e econômica, todo momento histórico, está intrinsecamente ligado à criação e implementação de uma deliberada política pública. Considerando um desses momentos históricos, logo a seguir discorreremos brevemente como a política pública de educação superior se expandiu no Brasil, se caracterizando como política de inclusão para o acesso a este nível de ensino.

2.2. Expansão da Educação Superior Brasileira: ampliação do acesso e políticas de inclusão

As políticas públicas de educação brasileira, mais especificamente a de Educação Superior, a partir da década de 1970, passam por transformações em decorrência de grandes mudanças no cenário político, econômico e social no país, correspondendo a uma temporada de grandes tensões.

Verificou-se que nesse período com a crise das economias capitalistas que se instalou no mundo, uma das alternativas de superação encontrada pelo capital foi elevar a taxa de exploração sobre o trabalho. Dessa forma, para buscar a saída desse declínio, o capital se configurou por meio de recursos do neoliberalismo seguindo fielmente suas orientações, e assim, passou a baratear à mão de obra reestruturando os processos de trabalho, a flexibilizar o trabalho e a produção de mercadorias, a desregulamentação do mercado, observando neste último as aberturas para o mercado externo, as políticas de ajuste fiscal e as privatizações (MANCEBO, 2015).

Essas transformações supracitadas tiveram seus reflexos de forma impactante na Educação e, mais especificamente, nas Instituições de Educação Superior (IES), justificando a referência a este período. É neste cenário de crise de acumulação do capital ocorrida em âmbito internacional, que podemos observar a forte mercantilização da Educação Superior; mesmo que as mudanças implementadas na educação superior brasileira só tenham adquirido visibilidade a partir dos anos de 1990.

O pesquisador Almeida (2011, p. 12) nos diz que,

[...] compreender a trajetória da política educacional é um esforço que requer mais do que o resgate de uma história marcada por legislações e mudanças institucionais intestinas, mas de suas relações com a dinâmica e as crises da sociedade do capital, a partir de sua singular inscrição nos processos de estabelecimento de consensos e de reprodução da força de trabalho na realidade brasileira.

Dentro desse contexto de transformações na política de educação, se observa ainda alterações na formação técnica e educacional para atender às necessidades do processo de reestruturação produtiva, que veio como solução dessa crise de acumulação do capitalismo no mundo. “As instituições de Educação Superior foram visceralmente atravessadas pelas mudanças ocorridas na esfera do trabalho e pelas novas demandas que se fizeram presentes para a produção científica, tecnológica e para a expansão da formação em nível superior” (GIMENEZ, 2017. p.27).

Segundo Neves e Fernandes (2002, p. 22), no que se refere ao sistema educacional, afirmam que,

Este novo estágio do processo civilizatório, que inaugura um novo nexos entre ciência, vida e ciência e trabalho e entre saber e poder vem requerendo a formação de intelectuais de novo tipo. As reformas dos sistemas educacionais no mundo, e também no Brasil, têm nas repercussões técnicas e ético-políticas da atual reestruturação produtiva uma importante determinação.

Na década de 1980, o governo militar enfrentou uma forte crise econômica, momento que trouxe esperança ao fim deste regime a maioria da população brasileira e em especial aos estudantes. Assim, o período foi marcado pela intensificação de movimentos sociais e sindicais, anteriormente reprimidos, promovendo ações reivindicativas contra as desigualdades na distribuição dos recursos públicos e nos serviços urbanos (áreas de saúde, educação, moradia, segurança pública etc.) que têm a ver com o que se convencionou chamar de qualidade de vida.

Este período, segundo Marinho (2015, p. 28), se caracterizou como um período “marcado pela luta contra a ditadura, a derrocada da mesma e a passagem para o governo democrático, onde a população brasileira assume o papel de protagonista, reivindicando direitos que resultaram em várias pautas para a construção da Constituição Federal de 1988”.

Neste novo movimento que conduziu o país a um processo de redemocratização, foi que as políticas educacionais começaram a ganhar força, essa relevância se torna visível com a promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como a “Constituição Cidadã”, que formalizou vários direitos da sociedade, entre eles, o da educação. E informou quanto aos mecanismos democratizadores e descentralizadores das políticas sociais na perspectiva de um Estado de Direito forte e responsável socialmente (MACIEL, LIMA e GIMENEZ, 2016).

Porém o que se pôde observar no trajeto histórico da política de educação brasileira, é que uma parcela da população foi excluída do processo educacional, sendo necessário implementar políticas sociais capazes de garantir condições de igualdade previstas na Constituição de 1988 (FARIAS, 2018). A realidade se apresentava bem diferente do expresso na lei maior do país, a Constituição de 1988. O que estava posto como a educação sendo um direito de todos e tendo como um de seus princípios a igualdade de condições para acesso e permanência, na prática não era um direito de todos, pois existia um quadro desigual e injusto com relação às oportunidades de acesso aos níveis mais complexos de ensino com a grande “demanda de jovens economicamente e socialmente desfavorecidos, oriundos de escolas deficitárias do Ensino Médio, e, no entanto, as ações do governo privilegiavam os estabelecimentos privados, pagos, diminuindo as chances de sucesso na formação superior” (LIMA, 2019 p. 30).

Na década de 1990, considerada o marco para expansão da Educação Superior, foi o período marcado pela consolidação dos ideais neoliberais e implementação da contrarreforma do Estado, com um Estado menos interventivo e tendo o mercado como uma grande esfera reguladora das relações econômicas. Isso trouxe um aprofundamento das desigualdades sociais, a ampliação do desemprego e grandes consequências para as políticas sociais, dentre estas, a Política de Educação, em geral, e a Educação Superior, em particular. Vê-se, então, uma abertura sem restrição do mercado, em que ele passa a assumir a centralidade reorganizando o espaço social segundo a sua própria racionalidade, como destaca Chauí (1999, p. 03),

A reforma do Estado tem um pressuposto ideológico básico: o mercado é, portanto, de racionalidade sócio-política e agente principal do bem estar da república. Esse pressuposto leva a colocar direitos sociais (como a saúde, a educação e a cultura) no setor de serviços definidos pelo mercado. Dessa maneira, a reforma encolhe o espaço público democrático de direitos e amplia o espaço privado não só ali onde seria previsível – nas atividades ligadas à produção econômica-, mas também onde não é admissível – no campo dos direitos sociais conquistados.

Na América Latina, o processo educativo, tanto no campo das concepções quanto das políticas, é resignificado impositivamente por este conjunto de fatos a partir de um movimento reformista, orientado pelos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). A exigência das reformas educacionais nesses países da América Latina é direcionada em razão de financiamento para seus endividamentos externos, se tornando essas reformas como fontes de receita para superar esse déficit público,

estabilizar as tumultuadas economias, defendendo a redução dos custos, o aumento da competitividade e a formação de recursos humanos mais produtivos.

Nessa direção, Cavalheiro (2013, p. 34) corrobora dizendo que, “a Política de Educação, inserida neste contexto, sofreu influência da presença dos organismos multilaterais implementando medidas de padronização do ensino, voltada para um modelo educacional que atendia aos interesses do mercado”.

No Brasil, Chaves (2010, p. 484-485) afirma que,

Esse movimento de reforma do Estado capitalista, para adequar-se ao novo modelo de acumulação flexível, se manifesta, no Brasil, de forma acentuada, por meio da mercantilização da educação, em especial do seu nível superior. Esse processo de mercantilização provoca mudanças substanciais na organização e no funcionamento do sistema nacional de ensino superior do país.

A ideia basilar dessas reformas educativas era que os sistemas de ensino deveriam se tornar mais diversificados e flexíveis com foco em uma maior competitividade com contenção de gastos públicos, e isso possibilitou consideravelmente a expansão da iniciativa privada na oferta de cursos superiores.

Nesse contexto, o processo de reforma da Educação Superior no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC - 1995 – 2002) fez parte do projeto de Reforma do Estado com a instituição do Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE, cabendo ao então Ministro, Luiz Carlos Bresser Pereira, a elaboração do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – PDRAE, que apoiava mudanças significativas na forma de atuação do Estado no trato com a coisa pública. O objetivo principal dessa Reforma do Estado sob o argumento de modernizar a administração pública tornando-a eficiente atendendo os critérios do mercado, era o de organizar um Estado que fosse adequado às necessidades da acumulação do capital, dando ao Estado mais agilidade, menos burocracia, e sendo menos clientelista se inspirando nos critérios de eficiência do mercado.

Esse projeto com uma perspectiva gerencial, implantado sob essa argumentação de modernização do Estado brasileiro, trouxe uma série de medidas de caráter neoliberal para o país. Segundo o próprio Pereira (2009, p. 264),

[...] a privatização de empresas estatais, a terceirização dos serviços auxiliares para empresas comerciais e a contratação de organizações sem fins lucrativos para a prestação de serviços sociais e científicos são reformas destinadas a reforçar a capacidade do Estado, retirando-o de funções que não lhe cabem.

Com essa redefinição do papel do Estado, o qual minimiza a sua ação no tocante às demandas da sociedade quando deixa de ser o responsável direto pela execução de serviços essenciais para oportunizar o livre mercado, se observa as implicações para as políticas públicas e em especial para a política de educação.

Neste sentido, Jezine, Branco e Nakamura (2015, p. 57) reforçam as consequências das medidas adotadas pela esta reforma do Estado,

[...] uma série de medidas pautadas na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público, na proclamação da superioridade do setor privado e no ajuste fiscal que redefiniu as funções da esfera pública e privada. Tais medidas se traduziram na redução do tamanho do Estado [...] a favor dos mercados livres e da economia globalizada, em que as ações do governo se coadunam para a consecução de privatizações e de retenção de investimentos para a área da educação, em especial a superior.

Outro marco determinante para as mudanças na Educação Superior no contexto do governo FHC e que deu suporte jurídico a essa lógica de privatização do espaço público e da mercantilização da Educação Superior, foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, que em seu artigo 45 expressa: “a educação superior será ministrada por IES, públicas e privadas, com variados graus de abrangência ou especialização” (BRASIL,1996). Assim como em seus artigos 52º, 53º e 54º, que definem as atividades de ensino, pesquisa e extensão destinadas às universidades, diferenciando-as das IES que se dedicam prioritariamente ao ensino e eventualmente à extensão.

Segundo Jezine, Branco e Nakamura (2015), a LDB em artigos já mencionados aqui, e o Decreto-Lei nº. 3.860, de 9 de julho de 2001 (revogado pelo Decreto nº 9.235 de 15 de dezembro de 2017), no seu art. 7º, onde é estabelecido a organização para as IES, como: universidades; centros universitários e faculdades integradas, faculdades, institutos ou escolas superiores, se tornam um aparato legal que garante o processo de expansão e diversificação institucional.

Ainda sobre a LDB, são significativos seus avanços quando propõe uma ampliação dos recursos para educação pública, descentralização do processo educativo, dando certa autonomia às escolas e fornecendo flexibilidade, também, à gestão dos centros de ensino superior. A lei também foi criada com o propósito de impulsionar o sistema educacional brasileiro e se ajustar à nova conjuntura da gestão pública, igualmente possibilitou condições ideais para o processo de expansão do ensino público, mas com a prevalência da participação do capital privado na oferta de serviços educacionais com uma diversificação e diferenciação institucional. É por meio dela, além disso, que são “definidas diretrizes gerais para os cursos

das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, estabelecendo um patamar comum, assegurando flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino” (AGAPITO, 2016, p 125). Esta Lei fomentou novas formas de organização da Educação Superior, de gestão, financiamento e avaliação, sob orientação dos objetivos definidos pelos organismos internacionais.

No que se refere ao binômio diversificação-diferenciação tão mencionado na política de reforma da Educação Superior durante o governo de FHC, se entende que a diversificação se trata das diversas fontes de financiamento das Instituições de Ensino Superior, justificado pelo discurso de que o conhecimento é um investimento improdutivo para reforçar que a Educação Superior não é um serviço exclusivo do Estado, e por isso não causaria estranhamento o seu afastamento e não manutenção deste nível de ensino para a sua consequente privatização. E quanto à diferenciação, se trata das diferentes instituições de Educação Superior com diferentes ofertas de serviços numa direção que desestrutura o modelo único que associa o ensino, pesquisa e extensão (RADAELLI, 2013).

Quanto à diferenciação ainda, a lógica que norteava esta necessidade para as instituições, segundo Radaelli (2013), era pela demanda a Educação Superior por uma busca de uma formação adequada de profissionais para o mercado de trabalho, mas sendo a Educação Superior “um investimento inviável” para conseguir atender a esta necessidade, se justificou a criação de instituições não universitárias e privadas para uma melhor contribuição e agilidade nessa questão.

Esse quadro trouxe uma contribuição significativa para a massificação do diploma, pois transformou a Educação Superior em uma mercadoria bastante rentável para o empresariado nacional e internacional, e estes recebiam como estímulo para o crescimento das instituições privadas de ensino superior a “liberalização dos serviços educacionais e da isenção fiscal, em especial, da oferta de cursos aligeirados, voltados apenas para o ensino desvinculado da pesquisa” (CHAVES, 2010 p. 483).

Dentro desse contexto, se constata, então, que a política adotada por Fernando Henrique Cardoso permitiu o aumento do número de ingressantes na Educação Superior, com o acréscimo de vagas e taxas de matrículas, porém com um quantitativo predominantemente nas instituições de ensino superior privadas em função da proliferação dessas instituições, que não necessariamente foi acompanhado pela evolução da qualidade do ensino e não se concretizando como ações em benefício direto para a população de baixa renda. Quanto às instituições de ensino superior públicas, houve uma retração do número de instituições, e para

aquelas já existentes, um pequeno acréscimo no número de vagas, mas com um grande sucateamento por ausência de investimentos, forçando-as a captar recursos junto ao setor privado.

Neste sentido, Jezine (2015, p. 25-26) contribui afirmando que “[...] a insuficiência de vagas no setor público e a crescente oferta no setor privado não configuram processo de democratização do acesso; ao contrário, prestam-se à formatação de novas exclusões, em função das condições socioeconômicas da população brasileira”.

Esse processo de expansão estagnou o desenvolvimento da Educação Superior pública no país e “não representou um avanço sob o aspecto social, na perspectiva da redução das dificuldades de acesso entre grupos sociais desfavorecidos e da inclusão social” (SILVEIRA, 2019 p. 17).

Já o governo seguinte, o de Luiz Inácio Lula da Silva (dos anos de 2003 a 2010), traz uma direção mais democrática para as políticas públicas de Educação Superior com uma perspectiva mais inclusiva. De acordo com Ristoff (2014, p.724), o crescimento da educação superior esteve “em sintonia com as políticas globais de inclusão social, passando a expansão a estar visceralmente associada à democratização do campus brasileiro”, porém, o governo não abandona completamente as bases neoliberais do seu antecessor. Assim, o que se observa foi de que havia uma preocupação do governo Lula em investir no setor público, com programas de cunho social para atenuar as tensões das classes sociais menos favorecidas e atender a reivindicações de grupos que o apoiavam, ao mesmo tempo, que deu continuidade ao investimento no setor privado prosseguindo com o processo de expansão das Instituições de Ensino Superior privadas.

Neste período, surgiram várias políticas afirmativas que buscavam expandir o número de vagas da Educação Superior em instituições públicas e privadas para garantir o acesso de estudantes de escolas públicas, de baixa renda, negros e indígenas nas IES. Dessa forma, se passou a reconhecer o papel estratégico das universidades, principalmente, aquelas ligadas ao setor público. A Educação Superior pública, em especial, vivencia um amplo processo de transformação, com uma educação menos elitista e com mais oportunidade de acesso a grupos historicamente excluídos dos processos de educação formal, evidenciando a importância da educação no processo de desenvolvimento do país.

Para a expansão do acesso nas IES privadas, citamos os seguintes programas: Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituído pela Lei nº 11.096/2005, que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes que

concluíram o Ensino Médio na rede pública de ensino, ou na rede particular com bolsas integrais, em que cursarão a graduação ou cursos sequenciais de formação específica em instituições de ensino superior privadas. O outro Programa é o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), criado no governo FHC por medida provisória, mas que foi mantido e ampliado nos governos subsequentes com sua institucionalização pela Lei nº 10.260 em 12 de julho de 2001, cujo propósito é conceder financiamento de até 100% dos cursos de graduação em IES privadas a juros baixos e com longo prazo para amortização, tomando como forma de “empréstimo”. Esses Programas do governo são parcerias público-privadas numa relação de troca. As IES privadas recebem uma injeção de recursos públicos para a manutenção desses estudantes bolsistas, reforçando assim a expansão pela via privada com financiamento estatal, e assegurando a estas instituições privado-mercantis o benefício de isenções fiscais e previdenciárias.

O FIES, por se tratar de um financiamento da Educação Superior, sofre algumas críticas quando se considera que nem todos os estudantes conseguem pagar pela sua graduação. Nesse sentido, Santos (2005, p. 50) comenta que,

[...] a universidade deve permanecer gratuita e aos estudantes das classes trabalhadoras devem ser concedidas bolsas de manutenção e não empréstimos. Se não for controlado, o endividamento dos estudantes universitários será a prazo uma bomba relógio. Estamos a lançar no mercado de trabalho, cada vez mais incerto, uma população onerada pela certeza de uma dívida que pode levar 20 anos para saldar.

Nessa direção, O FIES fica em desvantagem em relação ao PROUNI, por ter essa proposta diferente, pois o PROUNI é um programa de bolsas e não um financiamento estudantil, e este benefício, que considera critérios socioeconômicos, permite efetivamente o ingresso de estudantes carentes nas instituições privadas, pois eles não precisam custear o curso de graduação, o próprio governo faz o repasse do recurso direto às instituições particulares. (LIMA, 2019).

Contudo, o programa PROUNI apresenta uma situação que deve ser avaliada para que efetivamente os estudantes cheguem ao êxito acadêmico. Albuquerque (2017, p. 70) traz uma observação importante a ser refletida. Ele assinala que o PROUNI,

não contempla a permanência de todos, já que prevê somente a concessão de bolsas de estudos, mas não oferta um acompanhamento sistematizado dos discentes e de suas necessidades básicas como: alimentação, transporte e material didático, já que estes são custeados pelos próprios alunos, o que nos leva a refletir sobre a lacuna que o programa de expansão do acesso nos apresenta, uma vez que com a escassez

das necessidades básicas supracitadas o aluno dificilmente conseguirá concluir o seu curso de graduação.

A expansão da Educação Superior nas universidades públicas foi iniciada com o Programa Expandir - “Expansão com Interiorização” (2003-2006). Esse programa buscava interiorizar o ensino superior público federal por meio da criação de universidades federais ou fortalecimento dos *campi* já existentes no interior do país, dessa forma ampliava a oferta de vagas e oportunizava o acesso com a diminuição do deslocamento de estudantes até as instituições. Posteriormente, a expansão da Educação Superior ocorreu por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e que tinha como objetivo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação, no nível superior” empregando um “melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, art.1º).

Essa expansão das universidades promovida pelo REUNI, também teve o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país, pois “muito mais pessoas estão tendo oportunidade de ingressar no ensino superior, muitas vezes distantes de sua cidade e até mesmo do seu estado” (SILVEIRA, 2012, p. 69-70).

O REUNI sendo um contrato de gestão entre o Ministério da Educação e as universidades federais, “o governo prometia um acréscimo de recursos limitado a 20% das despesas de custeio e pessoal, condicionando à capacidade orçamentária e operacional do referido ministério” (MANCEBO, VALE e MARTINS, 2015, p. 38). E boa parte desse financiamento às universidades seria para execução de metas de expansão de vagas discentes e de reestruturação político-pedagógica. É importante saber que não havia obrigatoriedade para as universidades aderirem ao REUNI, a adesão era voluntária por parte das IFES, cabendo ao conselho universitário de cada instituição a decisão de aderir ou não, mas devido à escassez de investimentos desde os mandatos de FHC, quase todas as universidades aderiram ao programa. E para cumprirem o contrato de gestão, as universidades teriam as seguintes metas,

[...] aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais e de estudantes por professor em cada sala de aula da graduação (relação de dezoito alunos de graduação por professor em cursos presenciais); diversificar as modalidades dos cursos de graduação, por meio da flexibilização dos currículos, do uso do EaD, da criação dos cursos de curta duração, dos ciclos (básico e profissional) e/ou bacharelados interdisciplinares; incentivar a criação de um novo sistema de títulos; elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e estimular a mobilidade estudantil entre as instituições de ensino (públicas e/ou privadas) (MANCEBO, VALE e MARTINS, 2015, p.38).

Pode-se observar que, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) se expandiram em função da implementação do REUNI, elas foram reestruturadas com construções ou readequações da infraestrutura e equipamentos necessários ao funcionamento das novas atividades decorrentes desse plano de expansão. Com essa expansão das IFES por meio do REUNI, também aumentou as possibilidades de acesso a essas instituições, assim como propunha um dos objetivos do programa com o aumento das vagas de ingressos, se tornando uma política educacional de grande relevância para uma maior democratização do acesso ao nível superior.

A democratização do acesso nas universidades públicas traz outros desdobramentos, como aponta Lima (2019, p. 46),

[...] um novo público passou a ocupar as cadeiras das IFES, pois as ações proporcionadas pelo REUNI contribuíram para o ingresso de jovens anteriormente excluídos desse nível de ensino por sua condição social, ou mesmo impossibilitados por questões financeiras, pois, apesar do curso superior ser ministrado em uma instituição pública e gratuita, são inerentes a existência de gastos indiretos com alimentação, moradia, transporte, vestimenta, etc.

O ingresso significativo de estudantes de camadas sociais mais desfavorecidas e de grupos sociais até então massivamente excluídos como negros, indígenas e pessoas com deficiências, nas universidades públicas, mostra a necessidade de uma política nacional de assistência estudantil que promova ações estratégicas “indispensáveis a redução da exclusão causada pelas desigualdades sociais que perduraram por toda a trajetória do acesso à educação superior brasileira” (LIMA, 2019, p.46).

Na expansão da Educação Superior em curso no país, a educação a distância (EAD) surge como uma modalidade de ensino para também promover a democratização do acesso a este nível de ensino. Nessa perspectiva, se verifica um aumento desta modalidade de ensino no país, bem como de que as IES públicas e privadas investiram muito na ampliação e na oferta dos cursos a distância. Contudo, se pode observar que a iniciativa privada ao longo do processo de expansão teve um maior número de matrículas, cursos e oferta de vagas quando comparada às universidades públicas.

Essa situação relativa ao aumento do EAD decorre, segundo Mancebo, Vale e Martins (2015, p. 41),

Entre outros fatores, da política formulada pelo Estado brasileiro para promover a expansão do ensino superior, conforme previsões contidas nos seus planos

educacionais, e da facilidade para credenciar instituições e cursos frente a um marco regulatório pouco consistente para o EAD.

Na rede pública, a EAD se destaca pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), criada por meio do Decreto nº 5.800 de 8 de junho de 2006, com a finalidade de ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país.

A UAB, como mecanismo do governo para expandir a Educação Superior a distância, utiliza uma metodologia de tecnologia inovadora, por meio do Sistema de Tecnologia da Informação, abrindo novas possibilidades de conhecimento e transformação no processo de ensino-aprendizagem. E dentro dessa realidade se passou a absorver uma demanda de trabalhadores que não conseguem se inserir nas vagas das universidades públicas e em cursos presenciais das IES privadas.

Contudo, com a ampliação da EAD/UAB nas universidades públicas, surgem também algumas situações para reflexão de uma educação superior com qualidade. Mancebo, Vale e Martins (2015, p. 42) fazem ponderações com relação aos custos para a oferta desta modalidade de ensino comparando aos cursos presenciais, inferindo que isto pode contribuir para a precarização das universidades, “a UAB possui um grande potencial para a oferta de vagas no ensino superior, porque não considera os mesmos padrões e investimentos das IES. Mas, ao assim fazê-lo, muda estruturalmente o perfil da universidade [...] por meio do sucateamento deste nível de ensino”.

Além disso, Cruz e Paula (2018) nos apontam discussões sobre a importância de compreendermos como tem sido implementada essa modalidade de ensino como política pública para a Educação Superior, afirmando que a EAD vem contribuindo para uma formação um tanto quanto aligeirada dos estudantes, podendo comprometer um desenvolvimento satisfatório e de qualidade.

No segundo mandato do governo Lula, o processo de expansão também trouxe mudanças na educação profissional brasileira. A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, reorganiza a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e tecnologia (IFETs) “incorporando as unidades já existentes e criando num processo de expansão, novas unidades, privilegiando sua interiorização” (FARIAS, 2018, p.41).

Os IFETs ofertam educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, além de fomentar a verticalização da educação profissional, desde a Educação

Básica até a Educação Superior. Segundo Otranto (2011, p. 11), o texto legal também destaca que essas instituições ainda têm como proposta,

[...] realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo, e promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais. Deve, ainda, orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, a partir de mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural, em cada Instituto Federal.

Dentro desse novo contexto institucional, que é resultado da adesão dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Agrícolas e Escolas vinculadas às Universidades Federais, existe uma diferenciação das universidades com relação a quantidade e oferta dos serviços educacionais,

[...] sua transformação em instituições de educação superior, multicampi, com todas as funções, direitos e deveres de uma universidade, com oferecimento da graduação, licenciatura e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão, além de outras não exigidas para as universidades, mas obrigatórias para os Institutos Federais, tais como: o ensino médio, técnico e educação de jovens e adultos [EJA] (OTRANTO, 2011, p. 12).

Essa junção de serviços educacionais dentro de um mesmo espaço institucional, em uma perspectiva de otimização, geram algumas preocupações importantes, como a necessidade de um maior suporte financeiro e de recursos humanos para um atendimento efetivo e com qualidade dessas demandas de serviços propostos.

Apesar dessas preocupações, os IFETs se constituem em um marco mais importante do processo de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, pois tem como princípio norteador de suas ações a perspectiva da inclusão social, que repercuti de modo imperativo nas condições de vida de grupos em desvantagem social. Ao atender cada vez mais alunos oriundos de camadas mais pobres da população, contribuem para o desenvolvimento educacional e socioeconômico do país.

Ainda no segundo mandato do governo Lula, mais um mecanismo foi criado com foco na democratização do acesso às universidades. Tivemos, a saber, a instituição do Sistema de Seleção Unificada (SISU), regulamentado pela Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010. O SISU é considerado uma política voltada ao ingresso na Educação Superior que consolida os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como prova única de seleção para as IES. Ele é um “sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação

(MEC), por meio do qual são selecionados candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior participantes” (MEC, 2010, p. 01).

No que diz respeito ao acesso às universidades, o SISU é um sistema que possibilitou a mobilidade estudantil em todo o país, que deu ao candidato oportunidade de escolha de qualquer universidade no ato da inscrição, mas com isso, também trouxe uma preocupação com relação à permanência na instituição ao qual o estudante ingressou,

A partir dessa ferramenta eletrônica, o candidato à vaga pública pode participar do processo seletivo sem, necessariamente, precisar se deslocar para outro ponto do território nacional para a realização da prova. Entretanto, se aprovado para uma instituição fora de seu município de origem, o estudante, no caso de curso presencial, torna-se obrigado a deixar o âmbito familiar para seguir em busca da diplomação superior. Com isso, tratando-se de estudante em vulnerabilidade social e econômica, existe a possibilidade real desse alunado necessitar, mais uma vez, da assistência estudantil na instituição de destino (LIMA, 2019, p.47).

Essa modalidade de processo seletivo para ingresso nas universidades, aonde na maioria das vezes o universitário vem de outra cidade ou estado, gera demandas que precisam de ações da assistência estudantil para o estudante poder se manter e permanecer na universidade.

Com o governo Dilma Rousseff (2011 a 2016), continua a implantação de políticas afirmativas de acesso à Educação Superior, a qual podemos destacar a criação da Lei de cotas, instituída pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e que tem como objetivo a obrigatoriedade de que pelo menos 50% do total das vagas das universidades e institutos federais devem ser reservadas e ofertadas a estudantes que tenham cursado todo o Ensino Médio em escolas públicas. Para a distribuição dessas vagas ainda serão considerados estudantes com renda bruta familiar igual ou inferior a um salário mínimo e meio, e estudantes que se autodeclarem pretos, pardos, indígenas e ou por pessoas com deficiência.

Com o tempo, se constata um aumento no número de estudantes de origem popular que ingressaram na Educação Superior pública por meio das políticas de democratização do acesso, em grande parte a partir da aprovação da Lei de Cotas, e o que se percebe são mudanças significativas do perfil dos estudantes de graduação das IES em função dessas políticas de inclusão; estudantes, em sua maioria, que fazem parte de grupos que historicamente eram excluídos do processo educacional. Segundo Ristoff (2014, p. 742), em sua pesquisa sobre o perfil socioeconômico do estudante de graduação das IFES, chegou a algumas constatações, como “a diminuição do percentual de estudantes de cor branca e um

pequeno aumento dos estudantes de cor preta, parda e também de indígenas no período de 2004 a 2012; e que em 16 cursos a representação percentual de Pretos é igual ou superior aos percentuais na população brasileira”. Pelas suas constatações, ele ainda afirma que a Lei de Cotas teve um impacto positivo com relação ao ingresso de estudantes que antes ficavam fora das IFES. Destaca o autor,

[...] o impacto da Lei das Cotas nas instituições federais de educação superior. Fica evidente, pela análise dos dados, que também nas instituições federais, historicamente elitistas, o campus fica com mais cara de Brasil. [...] é, portanto, inegável que a Lei das Cotas abriu importantes espaços para estudantes das escolas públicas e para os grupos sociais sub-representados. O grande mérito da Lei das Cotas não está tanto no aumento da média geral da presença de estudantes da escola pública no campus, mas no seu poder de induzir a melhoria da representação nos diversos cursos de graduação, especialmente nos de alta demanda.

Em 2016, com o impeachment da presidente Dilma Rousseff, assumiu o poder o então vice-presidente Michel Temer, que em seu governo (2016-2018) foi definido um novo Regime Fiscal com a instituição da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 95, ainda no ano de 2016, que limitava os gastos públicos com a justificativa de equilibrar as contas públicas do governo. Este limite para os gastos públicos, denominado por um congelamento de gastos públicos por vinte anos, recai sobre o financiamento da seguridade social – saúde, previdência e assistência social – envolvendo, também, a área da educação.

Desde a implementação desta PEC nº 95/2016, não verificamos implantação de novas políticas de inclusão à Educação Superior, e sim, que “o processo de expansão das universidades federais parou de ser fomentado. Mais do que isso, as pactuações das expansões já ocorridas nos últimos anos entre universidades e governo federal, e atualmente em andamento, têm sido objeto de tensão permanente” (FONSECA, 2018, p. 305).

Quadro 1 – Síntese dos Governos e suas Políticas Públicas de Inclusão à Educação Superior (1995 - 2016)

GOVERNO	MEDIDAS/MARCOS	RESULTADOS
Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002)	<ul style="list-style-type: none"> - Reforma do Estado (Estado menos interventivo e mais mercado); - Alguns artigos da LDB/96 que corroboraram com a lógica de privatização e mercantilização da educação superior; - Diferenciação e Diversificação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento de vagas e matrículas nas IES, mas com predominância nas IES Privadas e sem beneficiar diretamente a população de baixa renda; - Retração do número de IES Públicas com sucateamento por falta de investimento.
Luiz Inácio Lula da Silva – Lula (2003-2010)	<ul style="list-style-type: none"> - PROUNI; - FIES (mantido desde de FHC e ampliado neste governo); - Programa Expandir “Expansão com Interiorização” (1ª expansão das universidades públicas); 	<ul style="list-style-type: none"> - Expansão das IES Públicas com um aumento de vagas e mais investimentos, porém ainda seguindo as bases neoliberais do governo anterior com investimentos nas IES Privadas;

	<ul style="list-style-type: none"> - REUNI; - EAD/UAB; - Reorganização da Rede Federal de Educação Profissional com a criação dos Institutos (IFETs); - SISU 	- Acesso de grupos historicamente excluídos dos processos de educação.
Dilma Rousseff (2011-2016)	- Lei das Cotas (nº12.711/12)	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso de grupos historicamente excluídos dos processos de educação; - Mudança significativa do perfil dos estudantes nas IES
Michel Temer (2016 – 2018)	- Proposta de Emenda Constitucional - PEC nº 95/2016 – Com o objetivo de limitar gastos públicos por 20 (vinte) anos	<ul style="list-style-type: none"> - Congelamento orçamentário à educação superior e cortes financeiros em pesquisa e extensão. - Falta de estímulo ao crescimento e expansão das universidades

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Diante da implantação das políticas de inclusão à Educação Superior, até ao governo de Dilma Rousseff com a democratização do acesso, podemos verificar que houve um processo positivo no que se refere ao ingresso de estudantes em condições sócio e economicamente desfavorecidos e de grupos sociais historicamente excluídos nos cursos superiores. Mas, também houve uma preocupação trazida por esta realidade quando se mostra a necessidade de implementação de políticas de permanência nas instituições de ensino superior. O ingresso nesses espaços é apenas a primeira etapa da formação superior, se tornando crucial oferecer condições de permanência para a conclusão do curso, em especial, para estes estudantes oriundos de grupos populares que estão mais propensos à exclusão.

Entende-se, então, que apenas a oferta de vagas não é suficiente para os estudantes com este perfil socioeconômico, pois, provavelmente, eles sentirão dificuldades financeiras e ou pedagógicas, entre outras, ao ingressarem nas IES. Portanto, para não sofrerem outros processos de exclusão, se torna fundamental a adoção de uma política pública efetiva que garanta a permanência para uma trajetória satisfatória até chegar a sua finalização do curso.

Nesse contexto, a seguir tratamos de esclarecer a necessidade de associar o acesso à permanência para uma efetiva democratização do acesso à Educação Superior.

2.3. Acesso e Permanência: categorias indissociáveis para uma democratização da Educação Superior

Não obstante ao objetivo desse estudo, que é de analisar a contribuição das ações da assistência estudantil voltadas à permanência dos estudantes da Educação Superior no IFPB – Campus Cabedelo, convém mencionarmos também as questões que envolvem o acesso, pois

as ações direcionadas à permanência só ganharam destaque, e em certa medida também preocupação no debate acadêmico, quando o acesso à educação superior pretendeu ser mais democrático.

Como vimos na seção anterior, nos últimos anos, no Brasil, ocorreu à expansão da Educação Superior por meio de políticas públicas de inclusão, que democratizou o acesso e o aumento significativo de sujeitos de camadas sociais menos favorecidas da sociedade nas instituições de ensino superior. Dessa forma, atualmente, se levanta grandes preocupações com a categoria permanência, pois no ambiente universitário o perfil dos estudantes foi mudando com a inserção desses novos sujeitos que historicamente foram excluídos da educação em todo o país, e isso tem sido um ponto de reflexão presente quando se fala tanto de acesso quanto de permanência na Educação Superior.

Com relação a este novo perfil estudantil que acessou a Educação Superior por meio das políticas de inclusão, sendo uma parcela significativa do novo corpo discente, Andrés (2011, p. 08) descreve com preocupação como,

[...] os afrodescendentes, os deficientes, os indígenas, os oriundos de famílias com renda per capita muito baixa ou ainda para os egressos do ensino básico público e para os docentes que precisem de formação inicial ou continuada em nível superior. [...] boa parte do novo alunado não poderia ao mesmo tempo estudar e trabalhar e não dispunha de recursos para pagar a alimentação, a moradia, o material didático, o transporte e outros itens fundamentais à vida estudantil, o que acabaria por levá-los a abandonar os estudos.

A questão do acesso na Educação Superior diz respeito às políticas de inclusão já tratadas anteriormente, mas, ainda assim, é importante entender a definição desta categoria para se compreender o que vem depois do acesso. Em uma definição mais ampla e introdutória, Silva e Veloso (2013, p. 729) dizem que acesso significa “‘fazer parte’; por conseguinte, remete à inserção, participação, acolhimento. Entretanto, o acesso pode ser entendido mais profundamente, de forma relacionada à dualidade ‘incluído/excluído’, ‘integrado/não integrado’, ‘parte/todo’”.

No entendimento das autoras supracitadas, vemos o acesso promovido pela expansão na Educação Superior como o ingresso a este nível de ensino, que quer dizer, o ato de passagem para o espaço acadêmico. Porém, ter isso como algo definitivo é ter uma visão muito reduzida, visto que pesquisas sobre evasão têm mostrado que apenas o ingresso não assegura a efetiva continuidade ou a conclusão do curso. Ou seja, não é o bastante apenas entrar em uma instituição de Educação Superior para se alcançar o objetivo de término da

graduação. Assim, é necessário considerar também a dimensão de permanência, que sugere o percurso subsequente e satisfatório, dando sentido ao acesso (SILVA e VELOSO, 2013).

Nessa perspectiva, em relação ao conceito de inclusão nas Políticas Públicas de acesso à Educação Superior, Provin (2013, p. 99) faz um questionamento: “Será que, mesmo com possibilidades ampliadas de acesso, todos conseguem entrar e manter-se incluídos até a conclusão de seus cursos?” Para entender esta indagação, a autora utiliza o termo denominado de in/exclusão designando um processo onde explica que a inclusão não deve ser entendida como um lugar de chegada e nem a diferença como algo a ser corrigido/apagado. Ela compreende que a inclusão deve ser assimilada dentro de um conceito mais amplo, onde se considera diferentes grupos de sujeitos e no qual as diferenças têm espaços para falar de si, assim, a inclusão passa a ser vista a partir de uma intrínseca relação entre inclusão e exclusão em um processo relacional sempre dependendo do lugar onde os sujeitos ocupam em relação aos outros (PROVIN, 2013). Inclusão/exclusão, portanto, são inseparáveis, uma dá condição de existência à outra, pois só se fala em inclusão, porque existe exclusão e elas não se resolvem de forma dialética por fazerem parte de um mesmo sistema representativo.

Para os autores Veiga-Neto e Lopes (2011), a inclusão nas políticas públicas se sobressai no governo FHC com a finalidade de disciplinar, acompanhar e regulamentar uma sociedade, e de forma complementar, a exclusão das políticas públicas ocorre justamente com aqueles que de alguma forma são discriminados pelo Estado e/ou sociedade. Nesse sentido, a inclusão e exclusão tem uma íntima relação, sendo atribuído o termo *in/exclusão* na fusão dos dois conceitos com a lógica contemporânea.

Provin (2013) afirma que recentemente vivenciamos o imperativo da inclusão como um princípio inquestionável nas políticas públicas, nas quais o Estado faz o controle e gerenciamento para que a inclusão se efetive, ou, para que no mínimo, os programas de acesso sejam ofertados. Dentro desse contexto, a política de Educação Superior segue uma lógica de Universidade para Todos, possibilitando, assim, “que todos tenham uma chance de ingressar no ensino superior. Vencida esta etapa inicial, cada sujeito deve seguir lutando por seu espaço, cuidando de sua vida e de sua carreira” (PROVIN, 2013, p. 108).

Essas condições são apoiadas nas exigências do neoliberalismo, na qual tem como prerrogativa de que todos devem ser incluídos, mas como pano de fundo, atendendo a necessidade do Estado em governar e controlar esta população que não conseguia ingressar nas universidades, diminuindo, dessa forma, prováveis riscos sociais.

Nessa perspectiva, Veiga-Neto e Lopes (2011, p. 123) reforçam a sua compreensão de que “a inclusão não é ‘boa’ por si mesma; além disso, ela não é, necessariamente, o outro da exclusão. Do mesmo modo, compreendem que muito frequentemente inclui-se para excluir, isso é, faz-se uma inclusão excludente.” Eles justificam que, nesse processo relacional entre inclusão e exclusão, a “in/exclusão se caracteriza pela presença de todos nos mesmos espaços físicos e pelo convencimento dos indivíduos de suas incapacidades e/ou capacidades limitadas de entendimento, participação e promoção social, educacional e laboral” (VEIGA-NETO e LOPES 2011, p.131).

Essa realidade dentro das universidades é evidenciada por alguns sujeitos continuarem sutilmente experimentando a discriminação negativa e pela pouca preocupação com medidas que articulem as “diretrizes nacionais acerca do acesso, da inclusão e permanência nesta esfera de ensino. A permanência dos estudantes segue, portanto, por uma trajetória ainda duvidosa” (NASCIMENTO, 2019, p. 44).

Ainda se referindo ao acesso à Educação Superior, Provin (2013, p. 100) corrobora com o pensamento de Nascimento (2019) e de Veiga-Neto e Lopes (2011) dizendo que o processo de in/exclusão ocorre,

[...] não apenas pelo fato de os sujeitos não estarem no mesmo espaço que os outros, mas por estarem no mesmo espaço e, por vezes, não serem considerados como alguém que faz parte dele. Na universidade, esse processo pode ser visibilizado de forma bastante intensa se pensarmos que há inúmeras possibilidades de acesso ao ensino superior e que, não com a mesma intensidade, se proporciona a permanência.

Desse modo, pode-se dizer que a categoria acesso foi contemplada dentro do contexto de ampliação de vagas nas IES, onde as camadas populacionais de baixa renda, antes excluídas do sistema educacional formal, conseguiram ingressar na Educação Superior, mas para este público que traz um novo perfil estudantil, as situações para a permanência no espaço acadêmico devem ser tão importantes quanto às consideradas para romper as barreiras do acesso, assim, se torna indispensável à adoção de medidas relacionadas ao desenvolvimento de uma boa e satisfatória trajetória acadêmica.

Para analisar a categoria permanência, Castelo Branco; Nakamura e Jezine (2017) dizem ser necessário discutir o processo desde o acesso ao sistema de ensino, até ao seu fechamento quando o aluno conclui o curso, nesse percurso alguns fatores são definidores para a permanência do aluno no sistema educacional e uma vez não os considerando podem contribuir para a saída desse mesmo sistema.

Os autores supracitados, por meio de um estudo em que realizaram um levantamento de pesquisadores que trabalham com a categoria permanência, citam alguns desses fatores definidores desta categoria e que interferem na vida universitária dos estudantes. Fatores que são próprios aos estudantes, como: questões de ordem acadêmica, que contemplam expectativas em relação ao curso ou instituição; questões relacionadas à falta de aquisição de capital cultural ao longo de sua trajetória de vida; questões de natureza pessoal, sociocultural e econômica. E fatores também relacionados às instituições, como a estrutura, dinâmicas de cada curso e o próprio acolhimento da instituição promovendo a integração do estudante em seu ambiente.

Dentro desse universo de pesquisadores estudados, podemos ver em Ronsoni (2014, p. 26-27) sua colaboração quando também afirma que esses fatores,

[...] podem ser classificados como os que se relacionam ao próprio estudante, os relacionados ao curso e à instituição e, finalmente, os fatores socioculturais e econômicos externos. Não é possível analisá-los de forma dissociada, pois fatores de uma ordem interferem necessariamente nos demais.

A realidade para muitos estudantes provenientes das camadas populares, tendo famílias com baixo poder aquisitivo e com reduzido capital cultural, apresenta uma condição de estudante universitário com vários aspectos, que refleti diretamente na sua trajetória para a permanência na Educação Superior, tais como: “financiamento dos estudos, moradia, transporte, alimentação, saúde, condições e hábitos de trabalho, relações com o meio de origem e com o meio estudantil, cultura e lazer” (ZAGO, 2006, p.228). A autora destaca que as dificuldades financeiras do estudante universitário merecem atenção, especialmente, quando as condições básicas de manutenção não são atendidas. A ausência dessas condições materiais, sociais, econômicas e culturais após a obtenção da vaga nas IES, traz a categoria permanência como a manutenção do estudante universitário no seu percurso acadêmico com o objetivo de chegar ao final da graduação com sucesso e no seu tempo devido. “Se o ingresso no ensino superior representa para esse grupo de estudantes ‘uma vitória’, a outra será certamente garantir sua permanência até a finalização do curso” (ZAGO, 2006, p.233).

Percebe-se que, tanto o capital econômico é importante na permanência acadêmica, por contribuir nas condições materiais, quanto o “capital cultural, por contribuir no desempenho escolar e facilitar a aprendizagem dos conteúdos escolares, uma vez que os estudantes já possuem familiaridade com a cultura legítima que é inculcada no ambiente acadêmico” (NUNES e VELOSO, 2015).

Santos (2009, p. 23) trás uma importante reflexão sobre a permanência acadêmica. Ele considera que há dois tipos de permanência, a permanência material e a permanência simbólica. Destaca o autor,

[...] a permanência material caracterizada pelas condições objetivas de existência do estudante na universidade e permanência simbólica que diz respeito às possibilidades que os estudantes têm de vivenciar a universidade, identificar-se com o grupo de demais estudantes, ser reconhecido por estes e, portanto, pertencer ao grupo.

Vemos que permanência simbólica definida por Santos (2009, p. 159) significa “a constância do indivíduo no ensino superior que permita a sua transformação, a partilha com seus pares e o pertencimento ao ambiente universitário”. Esta definição se encontra dentro da compreensão das políticas de in/exclusão pensada por Provin (2013, p. 98), quando ela diz que “a posição do incluído pode se deslocar para determinado sujeito em relação ao grupo ao qual pertence. E aqui é importante marcar que a in/exclusão passa pelo nível de sentimento de pertencimento ao grupo”.

Farias (2018) considera que a permanência material do estudante é importante, mas, que é necessário ter igual atenção às condições de permanência simbólica, pois mesmo não apresentando natureza pecuniária, se faz determinante nos processos de uma trajetória acadêmica satisfatória dos estudantes. “Assim, apesar de estarem em diversos contextos de vida dos estudantes, a permanência material e a permanência simbólica devem ser concebidas de forma imbricada, dando ênfase às duas formas de perceber o processo formativo dos estudantes” (FARIAS, 2018, p. 67).

A categoria permanência, segundo Castelo Branco, Nakamura e Jezine (2017, p.210), é importante para as IES quando ela é tida como uma ferramenta fundamental para a gestão, e que tenha o propósito de garantir aos estudantes em situação de vulnerabilidade que se capacitem por meio da ampliação de capital cultural, social e simbólico, havendo, dessa forma, mudança do padrão social e econômico dessas camadas sociais. Esta mudança “é possibilitada pela permanência no ensino formal, garantindo-lhes uma formação com qualidade e sucesso como egresso da Educação Superior, para a posterior inserção no mercado de trabalho”.

Nesta direção, pode-se afirmar que, somente o ingresso na Educação Superior não significa inclusão educacional, é necessário que sejam implementadas e efetivadas além de programas de acesso, políticas voltadas para a permanência dos estudantes para se completar o sentido da democratização da Educação Superior efetivamente.

Democratização da Educação Superior para Sobrinho (2010, p. 1226) não,

[...] se limita à ampliação de oportunidades de acesso e criação de mais vagas. Além da expansão das matrículas e da inclusão social de jovens tradicionalmente desassistidos, em razão de suas condições econômicas, preconceitos e outros fatores, é imprescindível que lhes sejam assegurados também os meios de permanência sustentável, isto é, as condições adequadas para realizarem com boa qualidade os seus estudos. Assim, acesso e permanência são aspectos essenciais do processo mais amplo de 'democratização'.

Dessa forma, as categorias de acesso e permanência, apesar de serem fenômenos distintos, não devem ser vistas isoladamente e descontextualizadas. Elas devem ser estudadas de forma inseparáveis e integradas, pois são fenômenos que têm reflexos mútuos e complementares no âmbito educacional.

Portanto, pensar em acesso e permanência acadêmica é pensar em inclusão social por meio da Educação Superior, “caso contrário, a expansão da educação superior, por meio das políticas de acesso, geraria mais formas de exclusão, visto a fragilidade do perfil socioeconômico do alunado ingressante” (LIMA, 2019, p. 49).

É fundamental que as instituições de ensino superior considerem este pensamento, pois com o ingresso de estudantes de diferentes trajetórias escolares e de vida, logo, com diferente capital cultural, as instituições necessariamente deverão considerar a diversidade cultural nos processos pedagógicos, de modo a possibilitar a permanência, evitando a evasão (GISI, 2006).

Para tanto, as instituições também deverão seguir uma perspectiva de ofertar ações que acompanhem a permanência do estudante em condições vulneráveis proporcionando uma trajetória satisfatória, que culminem na conclusão do curso superior com uma formação técnica e humana de qualidade. Quando não existe essa perspectiva, a tendência é um quadro de abandono precoce, retenção ou evasão do estudante. Este quadro traz grandes preocupações para os gestores e governo brasileiro, pois “mesmo em meio à implantação das diversas políticas públicas de acesso à educação superior. A evasão, por exemplo, é certamente um dos problemas que afetam a permanência e atingem diretamente muitas instituições brasileiras” (LIMA, 2019, p.49).

De acordo com Lima (2019), a evasão se torna um desafio para os gestores das instituições de ensino superior, pois os índices são bem significativos e a busca para encontrar soluções por meio de políticas que garantam a permanência escolar é urgente. Atualmente, se constata um crescente número de evasão por consequência de vagas ociosas, ou seja, quanto

mais alto o número de evasão, maiores serão as vagas desocupadas, demonstrando, assim, as dificuldades que permeiam o ingresso e a permanência neste nível de ensino.

As causas da evasão dos estudantes, em especial, dos que se encontram em contextos mais vulneráveis, são diversas como, de ordem social, econômica, cultural, institucional e pedagógica, justamente as que estão relacionadas às condições de permanência.

Segundo Gisi e Pegorini (2016, p. 23),

No que se refere às condições econômicas, para muitos, há necessidade de conciliar o curso com o trabalho, o que compromete o tempo de estudo e leva a reprovações. Existe também dificuldade para o pagamento de mensalidades, alimentação, transporte e material didático necessário e, ainda, quando a trajetória escolar não favorece a aprendizagem, levando a reprovações. Por último e não menos importante, existem as expectativas não atendidas dos estudantes com o curso e com a instituição, o modo como se realiza a sua integração no mundo acadêmico e as condições que são oferecidas para a permanência.

Vê-se, então, que, para este novo público de estudante nas IES, com o perfil socioeconômico mais vulnerável e oriundo de escolas públicas de Ensino Médio deficitário, a evasão se torna mais propícia na Educação Superior, se apresentando como uma grande problemática a ser enfrentada. Esta conjuntura demanda empenho institucional na oferta de programas que favoreçam a permanência desses estudantes, contudo, para se abordar a questão da evasão, é necessário que se considere todas as necessidades dos estudantes, não só financeiras, mas também pedagógicas.

Neste sentido, Menezes (2012, p. 69-70) afirma que,

Muitas vezes, a evasão acontece não só em razão da insuficiência de recursos financeiros, mas pela falta de apoio pedagógico institucional que possibilite a superação das deficiências trazidas do ensino médio público. Não devemos, entretanto, concluir que a evasão deva-se apenas a questões econômicas, porém para os alunos de classes populares esse é o seu principal determinante.

Castelo Branco, Jezine e Nakamura (2016, p. 261), sintetizam a correlação entre acesso e permanência, inclusão e exclusão ou in/exclusão afirmando que,

[...] a mão (do sistema educacional) que, aparentemente, acolhe, é a mesma que expulsa o aluno dos seus bancos escolares, não lhe dando as mínimas condições de acolhimento, de permanência e de formação, sobretudo àqueles cujo perfil socioeconômico não lhes favorece a conclusão do curso.

Conclui-se nesta assertiva teórica, que não foi suficiente tentar democratizar a

Educação Superior apenas pelas oportunidades de acesso, é necessário para tal, proporcionar, também, meios que garantam a permanência de estudantes em situações vulneráveis e que estejam em condições prováveis de não conseguirem se manter nos cursos de graduação. Finatti (2008, p. 196) corrobora afirmando que,

Torna-se necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência dos alunos que ingressam na universidade, reduzindo assim, os efeitos das desigualdades apresentadas pelo conjunto de estudantes comprovadamente desfavorecidos e que apresentam dificuldades concretas para prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

Portanto, a questão da permanência dos estudantes nas universidades se tornou um tema de grande relevância, e a Política de Assistência Estudantil surge neste cenário como um instrumento para atender esta necessidade. Contudo, para que a Política de Assistência Estudantil se efetive como um dos meios importantes na garantia da permanência desses estudantes, se torna urgente a articulação com outras políticas públicas e institucionais. Silva, Pinezi e Zimerman (2012, p. 160) afirmam que as “ações elaboradas e implementadas sem que haja imbricação com outras políticas públicas, revelam fragilidades e limitações”.

Nesta direção, no próximo capítulo, apresentamos a Política de Assistência Estudantil na sua trajetória no cenário nacional com seus avanços e desafios para a permanência dos estudantes na educação superior.

3. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PNAES NO BRASIL

No capítulo anterior, fizemos uma abordagem do processo de transformação da política de Educação Superior Brasileira com a adoção das políticas neoliberais e a implantação das políticas de inclusão. Foi exposto, também, que para se conseguir uma efetiva democratização do acesso na Educação Superior, é necessária a implementação de programas voltados para a permanência de estudantes oriundos de camadas populares e em condições vulneráveis da sociedade no sistema universitário de ensino.

Neste sentido, para a efetivação deste processo de democratização da Educação Superior, entra em cena o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) como instrumento de inclusão social, cujo objetivo é possibilitar a permanência do estudante em situações de vulnerabilidade dentro de uma boa trajetória acadêmica para se chegar com êxito à conclusão de seu curso.

Dessa forma, neste capítulo propomos conhecer a assistência estudantil compreendendo seu desenvolvimento em uma perspectiva histórica do processo de transformação da política de educação, verificando a existência de ações e mecanismos de apoio aos estudantes. E nessa trajetória histórica, conhecer a formalização da assistência estudantil como uma política, sob o prisma de três fases diferentes em decorrência das circunstâncias políticas, sociais e econômicas, assim como, conhecer seus avanços e desafios para se legitimar como uma política pública que garanta a permanência estudantil nas IFES do país.

3.1. O PNAES no contexto da Educação Superior Brasileira

Podemos afirmar que, a primeira fase da assistência aos estudantes ocorreu em uma universidade elitista, na qual o ensino superior era bastante restrito com o acesso apenas para um contingente de privilegiados, havia um número insuficiente de vagas e um processo seletivo altamente competitivo, destinado aos poucos estudantes que conseguiam vencer a etapa da escolarização básica. Dentro desse contexto, segundo Silveira (2012, p.51-52), “poucos eram os jovens que tinham acesso ao ensino superior, e a prática de enviar os filhos para estudar nos países europeus era das famílias da elite brasileira, pode-se identificar, assim, uma assistência estudantil voltada para a classe alta”.

Essa assistência aos estudantes mais elitizados se verificou no ano de 1928 com a promulgação do Decreto 5.612, que autoriza a criação da casa do estudante brasileiro em

Paris, com a finalidade de garantir um local aos jovens que se dirigiam a França para estudar, e que tinham dificuldades de fixar moradia no país. Dessa forma, o governo brasileiro repassava os recursos tanto para edificação das estruturas como para a manutenção da casa e dos estudantes.

[...] a primeira prática de auxílio ao estudante no Brasil ocorreu durante governo de Washington Luís em 1928, que incentivou a construção da Casa do Estudante Brasileiro que ficava em Paris, sendo responsável por repassar as verbas necessárias tanto para a edificação das estruturas como para a manutenção da casa e dos alunos. (KOWALSKI, 2012, p. 85).

Em 1929 foi fundada a casa do estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, com objetivo de assistir aos estudantes mais carentes e os seus fins abrangiam as mais justas reivindicações da classe acadêmica. Conforme Assis (2013, p.21), a casa do estudante do Brasil no Rio de Janeiro “passou a abrigar diversos serviços destinados a estudantes carentes, como: restaurante popular, residência estudantil, biblioteca, entre outros”.

Os anos de 1930, no governo Getúlio Vargas, foi um marco na política de educação, quando a educação foi reconhecida como um direito público regulamentado pelo Estado. Em 1931, através da Reforma Francisco Campos, quem estava à época a frente do Ministério da Educação, instituiu a Lei Orgânica do Ensino Superior pelo Decreto n. 19.851/1931, são propostas medidas de providência e beneficência aos corpos discentes dos institutos universitários, incluídas bolsas de estudos para amparar os estudantes reconhecidamente pobres. Este Decreto ficou conhecido como estatuto das universidades brasileiras, foi um dos primeiros marcos de regulamentação da Educação Superior brasileira e é por meio dele que temos a primeira tentativa de regulamentação da política de assistência estudantil no Brasil.

Em 1934, a Constituição Federal estabeleceu a educação como direito de todos e a assistência estudantil é regulamentada, consta no Art. 157, Parágrafo Segundo, que uma parte dos recursos deveria ser aplicada em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica (BRASIL, 1934). Em 1937 ocorre o 1º Conselho Nacional de Estudantes, na Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro e em 1938, durante o 2º Congresso Nacional de Estudantes no Rio de Janeiro, é fundada a UNE (União Nacional dos Estudantes), fruto de uma tomada de consciência acerca da necessidade de organização em caráter permanente e nacional da participação política estudantil. Essa entidade se tornará um dos principais sujeitos políticos da luta em prol da assistência estudantil no Brasil.

Na década de 1940, com a Constituição Federal de 1946, houve a consolidação das ações de assistência estudantil, tornando-se obrigatória para todos os sistemas de ensino, conforme consta no art. 172 da referida constituição, cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar (BRASIL, 1946). No entanto, nesse período, a assistência estudantil tinha uma prática iniciante, descontínua e com recursos insuficientes para sua execução, além de ainda ser vista como uma ajuda pelo governo e não como um direito dos alunos.

Na década de 1960, período correspondente à ditadura militar, sob pressão da União Nacional dos Estudantes, foi instituída a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) por meio da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que trouxe um título exclusivo com relação a assistência social escolar inserindo a assistência estudantil como um direito igual para todos os alunos que dela precisassem e não mais como uma ajuda aos “necessitados”, como se observa na Constituição Federal de 1946. A LDBEN/1961 estabelecia a assistência como direito, através do Art. 90:

Art. 90. Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos (BRASIL, 1961).

O que se percebeu nessa época, foi que o reconhecimento da assistência estudantil como direito não se efetivou na prática, permanecendo apenas em nível normativo.

Com a instauração do regime militar em 1964, a primeira providência foi a destruição da sede da UNE no Rio de Janeiro, foi metralhada, invadida, incendiada e posta na ilegalidade. Em 27 de outubro do mesmo ano, o Congresso aprovou o decreto que extinguiu a UNE e proibia greves e atividades políticas nas universidades. Ainda no mesmo ano, em novembro, especificamente, houve mais hostilidade da ditadura com a categoria estudantil, pois foi aprovada a Lei Suplicy de Lacerda com o objetivo de intervir no movimento estudantil e controlar os órgãos de representação dos universitários. Porém, apesar da repressão, a UNE continuou a existir nas sombras da ditadura. Em firme oposição ao regime militar, muitos brasileiros foram presos e executados dentre eles estudantes.

Em 1968, em pleno período da ditadura militar brasileira, a Lei 5.540 de Reforma Universitária foi promulgada. Esse período foi caracterizado, segundo Assis (2013, p. 23),

[...] pela expansão do capital e pela necessidade de mão-de-obra especializada para os processos industriais em evolução. Por um lado os estudantes reivindicavam maiores oportunidades de acesso a educação superior, por outro, os professores lutavam pela autonomia universitária e por maiores verbas no desenvolvimento de pesquisas. Havia uma necessidade do governo de modernização das universidades para atender a uma demanda de formação de recursos de qualidade para a economia capitalista, que começava a desenvolver-se no Brasil, e a reivindicação dos atores sociais com diferentes interesses relativos a essa modernização.

Na década de 1970, a crise do capitalismo reflete no ensino superior, mas neste período as camadas sociais elitizadas eram as quem tinham acesso à educação, mesmo assim, houve consequência deste momento econômico por elas terem se tornado muito dispendiosas para o Estado. Neste período, também se observou outro momento marcante, que foi a criação pelo Governo Federal de uma instância administrativa vinculada ao MEC que vinha a ser o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), o mesmo tinha o propósito de manter uma política de assistência estudantil para universitários em todo país, dando maior importância para os programas de alimentação, moradia, assistência médico odontológico. Entretanto, o DAE foi extinto nos governos posteriores (KOWALSKI, 2012).

A política de assistência estudantil nesta primeira fase, segundo Silveira (2012, p.56) “foi resumida a poucas ações, tendo em vista que nas décadas citadas a Educação Superior era privilégio de poucos, de filhos da elite do país que tinham condições financeiras de arcar com as despesas do seu dependente universitário”.

Na década de 1980, a assistência estudantil entra em sua segunda fase após a ditadura, os problemas gerados pela forte crise econômica no país a época, pela expansão de vagas nas universidades, e a necessidade de promover uma maior democratização no acesso à educação, ajudaram a produzir discussões relativas ao acesso e permanência dos jovens de camadas sociais mais baixas nas universidades públicas. Fruto dessas discussões, no final dos anos 1980, surgem importantes atores políticos no processo de luta em prol das políticas de assistência estudantil: a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), “encarregado de discutir, elaborar e propor ao MEC a política de Promoção e Apoio ao Estudante” (FONAPRACE, 2012, p. 15). O FONAPRACE, criado em 1987 tem por objetivos:

[...] garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das instituições de ensino superior públicas na perspectiva do direito social; proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência na instituição; assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico e, contribuir na melhoria do

sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão escolar, quando decorrentes de dificuldades socioeconômicas (FINATTI, 2008, p. 195).

Graves problemas sociais passaram a ser discutidos pelos representantes do FONAPRACE e, entre eles, estavam às desigualdades na Educação Superior, decorrentes das dificuldades de acesso e permanência. Havia uma defesa da “ideia de democratizar o acesso aos estudantes de baixa renda em suas instituições, mas tinham claro que não adiantava apenas oportunizar o acesso, fazia-se necessário criar condições concretas para a permanência desse público” (SILVEIRA, 2012, p.58). Tais discussões ganharam eco com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988 que propunha, além da efetividade dos direitos sociais, também condições iguais de acesso e permanência na escola. No artigo 206 da CF de 1988 está disposto que: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (...)” (BRASIL, 1988).

Apesar de não tratar especificamente da Educação Superior, é nesta Constituição que se buscará os fundamentos para justificar a importância e legitimidade da assistência estudantil, acesso e permanência, no espaço universitário.

Posteriormente, na década de 1990, outros dispositivos legais na política de educação ampararam a assistência estudantil, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada em 20 de dezembro de 1996, entre os quais se destaca o Art. 3º que estabelece que “O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (...)”, ratificando o que a Constituição Federal/88 já anunciava. Além disso, determina que “a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais”, conforme Lei nº. 9.394, de 29 de dezembro de 96, Art. 1º, parágrafos 2º e 3º, inciso XI (BRASIL, 1996).

Este período se caracteriza, segundo Kowalski (2012),

[...] por uma maior atenção do governo em relação ao favorecimento de condições mais justas de permanência e acesso ao ensino superior e é neste movimento que a política de assistência estudantil também entra numa fase mais madura em relação aos direitos dos estudantes, os quais perpassam pelo acesso aos programas de apoio estudantil, no sentido de dar possibilidades para que esse segmento possa permanecer no espaço universitário e finalizar seus cursos. Todavia, esse processo se constitui entre disputas de interesses e percalços políticos, em que as discussões sobre a PAE aconteciam de forma fragmentada e restrita a algumas IFES, que na maioria das vezes, era impulsionada pelos movimentos estudantis. Também, neste período de 1990, foi registrada certa limitação de recursos, numa perspectiva nacional, para o financiamento da assistência estudantil. (KOWALSKI, 2012, p.93-94)

Nesta década, se pôde observar que não houve nas legislações do país algum documento que indicasse recursos específicos destinados à assistência estudantil, ao invés disso, se observou uma resistência e falta de apoio legal dos governantes em prover esses recursos. Constata-se esta realidade na própria LDB de 1996 citada acima, a qual registra no artigo 71, inciso IV “Não constituirão despesas de manutenção e de desenvolvimento do ensino, aquelas realizadas com: Programas suplementares de alimentação, assistência médica-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social” (BRASIL, 1996).

Segundo Kowalski (2012, p. 94),

Fica evidenciada, neste artigo e nos demais que compreende o “Título VII: Dos Recursos Financeiros” na LDB, a clara vinculação com interesses privatistas, seguindo a lógica de reformar a educação, o que vem rebater não apenas na PAE, mas também em outras questões que envolvem o ensino superior.

Mais tarde, a assistência estudantil se tornara pauta significativa tratada no Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 10.172, em 09 de janeiro de 2001, com o objetivo de regulamentar a educação nos seus diversos níveis e modalidades, se configurando como “plano nacional de longo prazo, com força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área da educação” (BRASIL-PNE, 2001).

O PNE no aspecto da Educação Superior, reafirma as ações de diversificação das IES e as fontes de financiamento e gestão. Ele também veio atender à reivindicação direta do FONAPRACE, apresentando como um dos objetivos e metas a adoção de programas de assistência estudantil, tais como bolsa de trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico.

Seguem as ações constantes no PNE relacionadas à assistência estudantil:

Estimular as instituições de ensino superior a identificar, na educação básica, estudantes com altas habilidades intelectuais, nos estratos de renda mais baixa, com vistas a oferecer bolsas de estudo e apoio ao prosseguimento dos estudos. Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico (BRASIL, PNE, 2001).

Assim como, também no atual Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, que estabelece 20 metas, cada uma com um conjunto de estratégias, para serem cumpridas no período de 2014-2024. A 12ª meta do PNE tem por

objetivo elevar as taxas de matrículas na Educação Superior assegurando a qualidade da oferta e da expansão. Para tanto, estão previstas estratégias para o alcance desta meta e uma delas está relacionada à assistência estudantil:

ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico (BRASIL, PNE, 2014).

Houve, também, outras ações do governo referente ao acesso e à permanência dos alunos nas IES, tais como: Programa Universidade para Todos (PROUNI), e o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), estes programas se configuram como “financiamento das mensalidades no decorrer do curso, mas as necessidades socioeconômicas dos alunos e as atividades diárias fundamentais para a manutenção do estudante na instituição universitária, não constam como preocupação central desses programas” (KOWALSKI, 2012, p. 95-96).

Voltando à contribuição do FONAPRACE, com o processo de democratização da Educação Superior apresentando um ingresso de estudantes de famílias de baixa renda, nos anos de 1996, 1997, 2003 e 2004, foram realizadas pesquisas com publicações amostrais, para a determinação do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes com o objetivo de oferecer subsídios sólidos para a formulação de uma política de assistência ao estudante em nível nacional, no desenvolvimento de um trabalho sistemático nas IFES, que também serviu para apoiar as “instituições que ainda não estavam preparadas para enfrentar os desníveis sociais de seus estudantes e precisavam criar estímulos à formação cultural, visando obter, na conclusão do curso, a minimização de diferenças presentes no início dele” (SILVEIRA, 2012, p. 60).

Nas pesquisas sobre o perfil socioeconômico dos estudantes universitários, foi possível perceber que,

Pelos indicadores sociais apontados, conclui-se que a capacidade instalada de atendimento das IFES públicas à demanda social é insuficiente para responder a realidade apresentada. Os dados refletem a necessidade de implementação de uma política pública, aprofundando a discussão da assistência estudantil com novas perspectivas na ampliação de recursos e programas para atendimento a necessidades básicas, como moradia, alimentação e bolsas, mas também de estratégias que permitam uma efetiva inserção social por intermédio de uma formação ética, cidadã,

que não se restrinja à manutenção e à sobrevivência dos estudantes em condições de risco socioeconômico (BRASIL, 2007, p.13).

Nesse contexto, então, foi elaborado pelo FONAPRACE, o Plano Nacional de Assistência Estudantil contendo as diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos com ações assistenciais estudantis, cujo objetivo geral é:

[...] garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida; e garantir que recursos extra-orçamentários da matriz orçamentária anual do MEC destinada às IFES sejam exclusivos à assistência estudantil (BRASIL, 2007, p.14).

A terceira fase (fase atual) da assistência estudantil foi considerada a partir dos anos 2007, neste período se destaca o marco importante na história da Educação Superior do país, já mencionado na seção anterior, que foi a instituição do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) por meio do Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, que como já visto em seu artigo 1º, tinha o objetivo de “criar condições para ampliação do acesso e garantias de permanência aos estudantes na educação superior”; e em seu artigo 2º, inciso V, que o programa tem como uma das diretrizes, a “ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil” (BRASIL, 2007). E se destaca, também, o período em que o Plano Nacional de Assistência Estudantil culminou na criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, do Ministério da Educação, podendo-se afirmar que,

A promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, em 12 de dezembro de 2007, representa um marco histórico e de importância fundamental para a questão da assistência estudantil. Essa conquista foi fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes e discentes e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público (VASCONCELOS, 2010, p. 608).

Esse documento tem a sua importância por promover o reconhecimento legal da assistência estudantil enquanto política pública e por representar uma luta coletiva de grupos organizados ligados as IFES (FONAPRACE, UNE, ANDIFES), consolidando a assistência estudantil no âmbito institucional.

Poucos anos depois, o PNAES entra em um novo momento e passa a ser regulamentado pelo Decreto Nº 7234 da Presidência da República, em 19 de julho de 2010,

sendo consolidado como programa de estado, instituído no âmbito do Ministério da Educação (MEC), e tornando-se um instrumento jurídico mais sólido com garantias de atendimento das necessidades estudantis em todas as suas dimensões, contribuindo dessa forma com uma efetiva participação dos estudantes na Educação Superior.

A regulamentação do referido Programa representa a garantia de repasse de recursos da matriz orçamentária do Ministério da Educação destinada às IFES, exclusivos à assistência estudantil e seu “objetivo geral é garantir o acesso, a permanência e a conclusão do curso dos estudantes das, na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida” (ANDIFES, 2007, p.14).

É importante destacar que o Decreto do PNAES, também constitui um marco regulatório para a política de assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFES, estes passaram a fazer parte do PNAES por meio de um artigo específico, o artigo 4º, o qual garante legalmente a implementação e execução da assistência estudantil nessas instituições.

O PNAES, portanto, é instituído como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal (BRASIL, 2007). Suas ações se efetivariam por meio de ações de assistência estudantil ligadas, também, ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, destinadas aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das Universidades Federais (MARANHÃO, 2016).

Quanto ao público-alvo a ser atendido pelas ações da assistência estudantil, é descrito no artigo 5º Decreto n. 7.234/2010:

Art. 5º: Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Parágrafo único. Além dos requisitos previstos no caput, as instituições federais de ensino superior deverão fixar:

I - requisitos para a percepção de assistência estudantil, observado o disposto no caput do art. 2º, e;

II - mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES (BRASIL, 2010).

No governo Lula, o PNAES se consolidou e teve o reconhecimento de sua importância como instrumento estratégico para ampliar as condições de permanência dos jovens na Educação Superior pública federal, reafirmando os seguintes objetivos:

I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (FONAPRACE, 2012).

No que dizer respeito às ações de assistência estudantil do PNAES, estas deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

A assistência estudantil é constituída por diversos eixos de atuação, contudo, a intenção do PNAES é articular diferentes áreas e políticas sociais para garantir um atendimento mais abrangente dentro de uma perspectiva de proteção social ampliada.

Nesse sentido, Imperatori (2017) colabora afirmando que, a assistência estudantil engloba todos os segmentos dos direitos humanos, haja vista comportar ações voltadas para condições de saúde, ampliação do acesso aos instrumentais pedagógicos à formação profissional, acompanhamento das necessidades educativas especiais, além de contemplar demandas básicas dos discentes, como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros.

O PNAES mesmo sendo um programa federal com abrangência nacional, sua execução ocorre de forma descentralizada com repasse dos recursos diretamente para as unidades orçamentárias das universidades federais, atribuindo autonomia para gerir e utilizar os recursos disponibilizados possibilitando uma maior eficiência, observando, claro, suas necessidades e especificidades.

Tal premissa se encontra em consonância com o que dispõe a Carta Cidadã, a qual fixou, em seu art. 207 que: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

No desenvolvimento dessa política foram registradas fases em seu percurso com momentos mais frágeis, outros mais sólidos, e a presença de ações e legislações para seu avanço e consolidação. Entretanto, é importante ressaltar que essas “fases expressam características bastante peculiares de acordo com o contexto social, político e econômico vivenciado em determinado momento histórico do país” (KOWALCKI, 2012, p. 101).

O PNAES, disposto pelo Decreto n. 7.234/2010, é atualmente o principal documento norteador da construção da política de assistência aos estudantes de graduação das IFES no Brasil, e na próxima seção apresentaremos alguns desafios que rebatem diretamente na concretização de seu propósito com relação a garantia da permanência estudantil.

3.2. PNAES: desafios atuais na garantia da permanência estudantil

Na seção anterior, vimos na trajetória da assistência estudantil que várias conquistas foram alcançadas a partir de articulações e mobilizações de grupos organizados como a UNE e o FONAPRACE, porém a luta continua para que a AE concretize seus propósitos de forma efetiva e permanente. É neste sentido que, o presente ponto traz uma reflexão sobre o tema da assistência estudantil com relação à sua garantia de permanência no atual cenário da Educação Superior, pois com a consolidação do PNAES em todo território nacional e sua compreensão dentro do direito social, surgem outros desafios na busca por ações e políticas que garantam a democratização da Educação Superior aos estudantes desde o acesso, permanência até a conclusão dos cursos.

Nessa concepção de direito social, é perceptível que a partir do PNAES houve um investimento maior do governo federal nas IFES com o propósito de garantir a permanência e conclusão acadêmica dos jovens em condições vulneráveis na educação superior pública federal. Para tanto, foi crucial para a consolidação do PNAES, tornar-se um programa com recursos específicos e que estivessem assegurados em orçamento de cada instituição para atendimento efetivo de seu propósito.

Segundo Silveira (2019, p. 51),

O crescimento dos recursos é algo que desperta atenção. Uma atividade que até pouco tempo dependia da sensibilidade de gestores e dos esforços de grupos ligados à causa estudantil para poder funcionar dentro das instituições e que recentemente chegou a receber quase 1 bilhão de reais. Observamos uma evolução percentual de 830%, se tomarmos como referência o primeiro ano do PNAES.

Contudo, mesmo sendo muito significativo este acréscimo de recursos repassados às IFES, ainda não é suficiente para atender a demanda crescente dos programas REUNI, do ENEM/SISU e da Lei de Cotas. Em estudo realizado pelo FONAPRACE em 2014, pode-se constatar que,

[...] dois de cada três estudantes encaixam-se no perfil vulnerável, um valor até 50% maior do que aquele registrado na pesquisa feita em 2010. Em que pese este cenário nacional, deve-se atentar também para o fato de que regionalmente as disparidades

são ainda maiores, pois nas regiões Norte e Nordeste este percentual chega aos 76% (FONAPRACE, 2016, p. 244).

Nessa direção, se pode afirmar que, o PNAES precisa crescer em paralelo ao programa de expansão da Educação Superior no que se refere a recursos orçamentários, havendo um equilíbrio nas ações para um atendimento proporcional entre acesso e permanência, ou seja, para se obter os resultados positivos almejados, se deve ter os esforços focados no acesso e o mesmo zelo e investimentos correspondentes na esfera da permanência. Para Dutra e Santos (2017, p. 158), o PNAES precisa estar em sintonia com o projeto de expansão da Educação Superior brasileira, afirmando que “diante desse contexto de expansão e democratização do Ensino Superior público, o principal desafio da política de AE na atualidade é a ampliação dos recursos orçamentários em correspondência com essas políticas expansionistas do Governo Federal”.

Nesse sentido, Dutra e Santos (2017) mostram que há uma discrepância entre os recursos propostos e investidos na AE quando observaram que dos valores propostos pelo FONAPRACE, em 2013, no valor de R\$ 1,5 bilhão de reais e em 2014, no valor de R\$ 2 bilhões de reais, e pela UNE, que propôs por meio da Campanha “Quem entrou quer ficar”, um valor de R\$ 2,5 bilhões reais, o MEC disponibilizou um montante de recurso que não correspondeu as solicitações dessas entidades representativas, a saber: em 2013 apenas R\$ 603 milhões de reais e em 2014 R\$ 742,7 milhões de reais. Estes dados demonstram uma importante preocupação, pois com a insuficiência de recursos a execução das ações do PNAES fica extremamente comprometida.

Desde 2011, com o início do governo Dilma Rousseff, o país vem passando por um cenário de instabilidade econômica e política, com grandes consequências e perdas nas áreas sociais, influenciando negativamente tanto nas políticas de democratização de acesso quanto na manutenção das IFES, isto vem significando também em cortes, atrasos e a redução do fundo público para o investimento dos programas de permanência como o PNAES (LIMA, 2019).

É neste cenário de investimentos insuficientes, caracterizado pelo corte de gastos públicos que se tem uma probabilidade atual de ainda ter um decréscimo nesses valores destinados aos serviços e ações da AE, “o que consistirá em um verdadeiro desafio para as instituições se a demanda por esses serviços mantiver o ritmo de crescimento proporcional ao ingresso de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica” (SILVEIRA, 2019, p. 51).

Em 2016, como visto em seção anterior, se observa uma série de restrições orçamentárias, em especial na Educação Superior, que refletiram diretamente nos programas de assistência estudantil. Este quadro foi intensificado com a instituição da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 95 pelo então presidente interino Michel Temer, o que “representou uma barreira para investimentos sociais em saúde e educação, limitando os repasses orçamentários para tais setores por vinte exercícios financeiros” (LIMA, 2019, p. 62).

Nesse contexto, o campo da Educação se encontra fortemente ameaçado diante da implementação desta PEC/95 que está em vigor no atual governo do presidente Jair Messias Bolsonaro. Dutra e Santos (2017, p. 160), destacam uma preocupação da ANDIFES com relação às IFES, onde essas instituições podem “passar por um intenso processo de precarização durante essa gestão, se prevendo o comprometimento de avanços históricos no Ensino Superior. Segundo a Associação, a AE deve ser uma das áreas impactadas pelos cortes já sinalizados”.

Além da questão da insuficiência de recursos orçamentários colocada como o principal desafio da AE para se garantir efetivamente a permanência dos estudantes nas IFES, há, também, outros desafios a serem enfrentados no que diz respeito a regulamentação da AE, que atualmente é feita apenas por um decreto presidencial, o PNAES, e não por Lei presidencial. Esta situação a torna bastante frágil, uma vez que um decreto é ocasional e condicionado às intenções de governos, que são transitórios. Consolidar a AE como política pública necessita transformar-se em Lei, elevando-a a uma hierarquia normativa caracterizada como uma política de Estado e não de governo oferecendo, assim, uma maior segurança para a sua existência.

Nesse sentido, Santos e Marafon (2016, p.4 20) colaboram afirmando que, “o reconhecimento do PNAES como Política de Estado é crucial para a garantia da continuidade dos programas e para o aprimoramento e fortalecimento das ações de assistência no âmbito da política de educação”.

Além do mais, se entende que para o fortalecimento da AE outras medidas são necessárias, como: a ampliação e investimentos em recursos materiais (equipamentos e insumos), recursos humanos (um maior quantitativo de servidores com possibilidades de formações e capacitações) e de infraestrutura, além de ampliação, também de pesquisa na área e de articulações com outras políticas públicas e institucionais.

Diante desses desafios, concluímos que, a AE no Brasil vem se construindo numa

realidade de diferentes contextos sociopolíticos e econômicos, mas a sua história ainda está em curso e diante do atual cenário de crise político-econômica que o país vem enfrentando, urge uma preocupação para a AE por estar se configurando como um momento de grandes incertezas e ameaças a direitos já conquistados (DUTRA e SANTOS, 2017).

Assim, como em outros momentos de lutas e conquistas pela AE, estas questões colocadas aqui continuam sendo pautas reivindicativas das entidades representativas, a exemplo do FONAPRACE e da UNE, e de instituições públicas que estão mais atentas e reflexivas da necessidade de manutenção e ampliação das ações de assistência estudantil para o desenvolvimento de um efetivo programa que traga contribuições na melhoria do desempenho acadêmico, no combate a situações de evasão, na garantia de permanência do estudante para o seu direito à formação acadêmica na Educação Superior.

No próximo capítulo, descreveremos a trajetória da Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, e mais especificamente como ela se desenvolve no Campus de Cabedelo.

4. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA – IFPB

Neste capítulo, discorreremos sobre a Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), abordando brevemente o cenário de construção da Política em conjunto com a história da Instituição, desde o seu surgimento até os dias atuais, para compreender como se realizava a assistência ao estudante.

Não se pode deixar de lado o entendimento de que cada iniciativa de assistência ao estudante, a saber, que desde sua origem ofertava assistência, aconteceu por meio de complexas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, interligados ao processo histórico de consolidação da sociedade paraibana e no modelo educacional que passou a vigorar em cada momento histórico do desenvolvimento da instituição.

4.1. Aspectos históricos e legais

O IFPB, uma instituição com mais de cem anos de existência, ao longo de todo esse período, recebeu diferentes nomenclaturas: A princípio como Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba (EAA), de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa (LIJP), de 1937 a 1961; Escola Industrial Coriolano de Medeiros ou Escola Industrial Federal da Paraíba (EICM), de 1961 a 1967; Escola Técnica Federal da Paraíba (ETFPB), de 1967 a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB), de 1999 a 2008; E desde 2008, como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) com a edição da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

Ao trazer essa breve apresentação sobre o IFPB, buscamos as memórias do início do século XX, quando no país iniciava a transição do seu modelo econômico de agroexportador para um modelo industrial, havendo a necessidade de criação de escolas que pudessem ofertar uma formação aos desamparados da sociedade que saíam do processo de escravidão, ao mesmo tempo em que se praticava o controle social. Essa transição gerou o fenômeno de urbanização aumentando o número de jovens sem ocupação na classe trabalhadora.

Dentro dessa realidade, na gestão do então presidente Nilo Peçanha, em 1909, por meio do Decreto nº 7.566, de 23/9/1909, foram criadas nas unidades federativas do Brasil as Escolas de Aprendizes e Artífices (EAA), entre as quais as da Paraíba, fato que se constituiu num dos marcos iniciais da política de intervenção estatal na formação da força de trabalho no país.

Segundo Farias (2018), a EAA tinha uma finalidade bem particular, ela formava operários para a época com o objetivo de dar ocupação às pessoas pobres de famílias de condição financeira baixa, como também a órfãos, adequando às necessidades da indústria nascente.

Nesse período, os estudantes eram vistos numa perspectiva higienista por terem que se enquadrar em duas situações, conforme Cunha (2005, p. 65). Destaca,

Na primeira seriam admitidos os menores desamparados, que não forem viciosos ou insubordinados. Na segunda seção, seriam recolhidos os menores expulsos das escolas ou quaisquer outros estabelecimentos de instrução pública; os que, por insubordinação ou maus costumes, fossem trazidos ao internato pelos pais ou tutores: os que andassem pelas ruas mendigando ou praticando vícios. Uma vez recolhidos ao internato, esses menores formariam famílias de trinta alunos, com aposentos e serviços separados.

Na Paraíba, a EAA, começou a funcionar com os cursos que, de acordo com a época, atendiam aos requisitos do mercado, isto é, alfaiataria, marcenaria, serralharia, encadernação e sapataria, realizados em conjunto com o curso primário. As instalações da referida Escola se deram num prédio do Quartel da Polícia Militar da Paraíba, e devido a essa instalação, a mesma carregou inicialmente uma imagem que causou preconceito e falta de alunos, necessitando de intervenção através de medidas assistenciais para estimular o ingresso de novos estudantes e garantir a sua permanência (ALVES, 2006).

Em 1937, a EAA se transforma em Liceu Industrial por força da Lei nº 378, sendo destinado ao Ensino Profissional em vários ramos e graus. É importante lembrar que, essa lei foi a primeira a tratar, especificamente, de Ensino Técnico, Profissional e Industrial. A Reforma Capanema (1941) trouxe mudanças importantes para a Educação Brasileira, inclusive no ensino profissional. O Decreto nº 4.127/42 transformou o Liceu Industrial em Escola Industrial de João Pessoa, conhecida, também, com a denominação de Escola Industrial Federal da Paraíba.

Os auxílios assistenciais assumiam duas faces, na perspectiva de assistência médica, alimentação e moradia como nos orfanatos, ou na perspectiva de concessão de auxílios financeiros, que se estendeu até o ano de 1966, com a criação da Caixa Escolar, uma entidade que recebia recursos financeiros das famílias ricas para ajudar com um repasse financeiro aos estudantes filhos de famílias mais pobres.

O Governo, ainda em 1966, criou programas assistenciais, concessão de bolsas de trabalho, para os estudantes em nível nacional e teve uma atenção especial aos estudantes da educação profissional, pois esta auxiliava no projeto modernizador do país, haja vista o

caráter de formação para o trabalho exigido pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo país no regime militar, sob as orientações internacionais.

Ao final da década de 1960, ocorreu a transformação em Escola Técnica Federal da Paraíba (ETF-PB) e no ano de 1995, a Instituição interiorizou suas atividades, através da instalação da Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras (UNED-CJ). Na capital, a ETF-PB transfere-se da Rua João da Mata para um prédio construído na Avenida 1º de Maio, 720, hoje, Campus de João Pessoa, onde os primeiros cursos em nível 2º Grau foram implantados, cursos Técnicos em Construção de Máquinas e Motores e o de Pontes e Estradas, e que vinham atender a demanda da intensificação do processo de modernização desenvolvimentista do país.

Há um marco importante no campo da educação profissional de nível médio com a Lei nº 5.692/71 de 1971, ela determina as bases para o Ensino de 1º e 2º graus e institui as bases para inclusão de profissionais que trabalhariam com seus conhecimentos técnico-operacionais no atendimento das demandas dos estudantes, não mais de forma assistencial, mas sim na perspectiva de modernização da escola.

A política de Bolsas, determinada pelo Governo Militar, foi institucionalizada pelo Programa de Assistência ao Estudante Técnico Integral (PAETI/MEC), por meio da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que era o órgão responsável pelos programas de Assistência ao Estudante de toda rede pública de ensino durante os anos de 1969 a 1972, onde o atendimento era explicitado na obrigatoriedade de profissionalização no 2º grau (hoje Ensino Médio) (FARIAS, 2018, p.39).

Com a Lei nº 5.692/71, ainda se pode contatar que foi implantado o Programa Especial de Bolsas de Estudo (PEBE) para apoiar na permanência dos estudantes carentes que ingressavam na instituição de educação profissional, mas isso acarretou, também, a necessidade de profissionais com intervenções técnicas e não mais com posturas benevolentes; apesar de que essa postura ainda não tenha deixado de existir no atendimento aos estudantes. Nessa época, foram contratadas profissionais assistentes sociais para administrarem o programa de bolsas de estudos e demais serviços de atendimento aos estudantes.

Os programas desenvolvidos neste, segundo Alves (2006), foram: 1) Benefício para a manutenção a alunos residentes na Casa do Estudante; 2) Auxílio Transporte (direcionados para estudantes de municípios vizinhos); 3) Material didático e fardamento; 4) Assistência à Saúde; 5) Benefícios para tratamento e assistência a alunos acidentados na área técnica; 6)

Distribuição de prêmios junto ao Centro Cívico; 7) Bolsa de Trabalho Especial – cuja atividade seria no desenvolvimento de atividades na coordenação de ensino de cada aluno.

Na década de 1980 houve um cenário marcado por profundas mudanças provocadas por novas configurações na economia mundial. Deparamo-nos, então, com altos índices de inflação, retração de crescimento e descontrole da economia. Trazendo como consequências desemprego, informalidade no mercado de trabalho e serviços sociais precarizados. Destacam-se ainda, a luta dos movimentos sociais em busca da redemocratização do país e a discussão sobre a Assistência Estudantil, que se fortalecia, mesmo vivenciando ataques à Universidade Pública e ameaças de privatização do ensino superior.

Dentro desse contexto, puderam-se registrar dois desdobramentos que impactariam significativamente a Rede Federal de Educação Tecnológica posteriormente: a oferta dos cursos técnicos especiais, hoje chamados de cursos técnicos subsequentes, que são cursos técnicos ofertados a quem já possui o ensino médio, e o uso de computadores para propósitos acadêmicos e administrativos. Outra iniciativa pioneira do período na rede federal foi a oferta de cursos técnicos especiais na modalidade educação a distância, ministrados pela ETF-PB.

Neste período, para atendimento às demandas dos estudantes, espontâneas ou encaminhadas, foi criada a Coordenação de Apoio ao Estudante (CAEST), com a lotação dos profissionais de serviço social e psicologia, que selecionavam os estudantes para concessão de bolsas e ofereciam atendimento psicológico respectivamente; também a Coordenação Pedagógica (COPED), sendo lotados neste setor os profissionais de Pedagogia e técnicos em assuntos educacionais. A CAEST era vinculada ao Departamento de Apoio ao Estudante (DAE) que tinha uma visão sistêmica da instituição.

A ETF-PB se tornou o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB) em 1999, denominação mantida até o final de 2008. Esta mudança faz parte de processo maior de transformação de Escolas Agrotécnicas e Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica. A expansão dos CEFETs permitiu o crescimento da atuação da Rede Federal de Educação Tecnológica na Educação Superior tecnológica, bem como na educação profissional com uma maior diversidade de cursos e áreas profissionais contempladas.

É importante mencionar que, na década de 1990, houve alguns documentos regulatórios no campo da educação e que repercutiram diretamente na Educação Profissional e tecnológica. Pode-se destacar a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), orientada pela lógica do mercado, delineou a política de educação, a promulgação do Decreto nº 2.208/97, que regulamentou a Educação Profissional no

Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e tinha como objetivo o atendimento às exigências do Banco Mundial separando o Ensino Médio da Educação Profissional. E o Decreto nº 5.154/2004, que revogou o anterior, durante o período governamental do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que firmou novamente a possibilidade de oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Em 2008, com a aprovação da Lei 11.892/2008, há um processo de expansão com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e incorporando neste processo até unidades de ensino já existentes. A exemplo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), que na sua criação foi incorporado a Escola Agrotécnica Federal (ESAF) no município de Sousa, sertão da Paraíba, e o próprio Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), com sede na capital do Estado. Este novo formato de Instituição passa a ser caracterizado como “[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino [...]” (BRASIL, 2008). E sua oferta é de cursos técnicos de nível médio (integrado e subsequente), como também cursos superiores, definindo-se com a seguinte configuração:

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba tem uma missão que envolve uma complexa e ampla gama de atividades, cujo fluxo cresce exponencialmente. Inúmeras são as questões colocadas no objetivo de ofertar cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação que atendam as realidades regionais nas quais os *campi* estão inseridos. Exige-se, diante destas questões, que os gestores do instituto, juntamente com os formuladores de políticas públicas da educação, dediquem atenção constante em busca de um equilíbrio entre formação profissional e acadêmica, entre formação básica e multidisciplinar e o desenvolvimento de atividades extracurriculares (IFPB/PDI- 2015-2019, p. 25, *grifo do autor*).

Até o ano de 2010, contemplado com o Plano de Expansão da Educação Profissional, Fase II, do Governo Federal, o Instituto implantou mais cinco campus no estado da Paraíba, contemplando cidades consideradas polos de desenvolvimento regionais, como Cabedelo, Monteiro, Patos, Picuí e Princesa Isabel, que somados aos campus já existentes de Cajazeiras, campus Campina Grande, João Pessoa e Sousa (Escola Agrotécnica, que foi incorporada ao antigo CEFET para a criação do Instituto), tornaram o IFPB uma instituição com nove *campis* e a Reitoria. Com o Plano de Expansão da Educação Profissional - Fase III, do Governo Federal, que foi até o final de 2014, o Instituto implantou mais um campus, na cidade de Guarabira, o campus avançado Cabedelo-Centro, e viabilizou o funcionamento de mais dez unidades, a saber: Areia, Catolé do Rocha, Esperança, Itabaiana, Itaporanga, Mangabeira,

Pedras de Fogo, Santa Luzia, Santa Rita e Soledade. Essas novas unidades levarão educação em todos os níveis a essas localidades oportunizando o desenvolvimento econômico e social e melhorando a qualidade de vida nestas regiões.

É imprescindível informar que as ações de Assistência Estudantil, também são executadas pelos Institutos Federais, a eles é dada esta condição de executor por este modelo de Instituição compreender desde o atendimento a estudantes em Ensino Médio e Tecnológico, Ensino Superior e Pós-Graduação.

Para regulamentar esta decisão, o Decreto nº 7.234/2010, que se constitui como um documento normativo para as Instituições Federais Brasileiras regulando a Política de atendimento aos estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais no país, no sentido de ampliar as condições de permanência de estudantes na Educação Superior brasileira, estando em consonância com o desenvolvimento das políticas inclusivas implementadas para a área de educação, esclarece em seu artigo Art. 4º que:

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010).

Dentro desse contexto, outro fato necessário a se observar, é que no período entre os anos 2003-2010, no contexto social, as Instituições de Ensino através do avanço de políticas de inclusão implantadas em nível de governo nacional, assumem o desafio de ampliar as formas de acesso dos estudantes excluídos do sistema formal de ensino, oferecendo condições de acesso juntamente às condições de permanência, modificando a trajetória histórica de uma educação elitizada.

Destacamos a Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, que insere o IFPB entre as Instituições que assumiram a missão de atender à população estudantil oriunda de segmentos populacionais excluídos historicamente do sistema educacional: negros, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, além de estudantes provenientes de famílias com renda per capita abaixo de 1,5 salários mínimos, conforme aponta em seu capítulo 2º que trata da composição da reserva de vagas.

Art. 4º As instituições federais que ofertam vagas de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de nível médio, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas, observadas as seguintes condições:

I - no mínimo 50% (cinquenta por cento) das vagas de que trata o caput serão reservadas aos estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita; e
II – proporção de vagas no mínimo igual à da soma de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação do local de oferta de vagas da instituição, segundo o último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, será reservada, por curso e turno, aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (BRASIL, 2012).

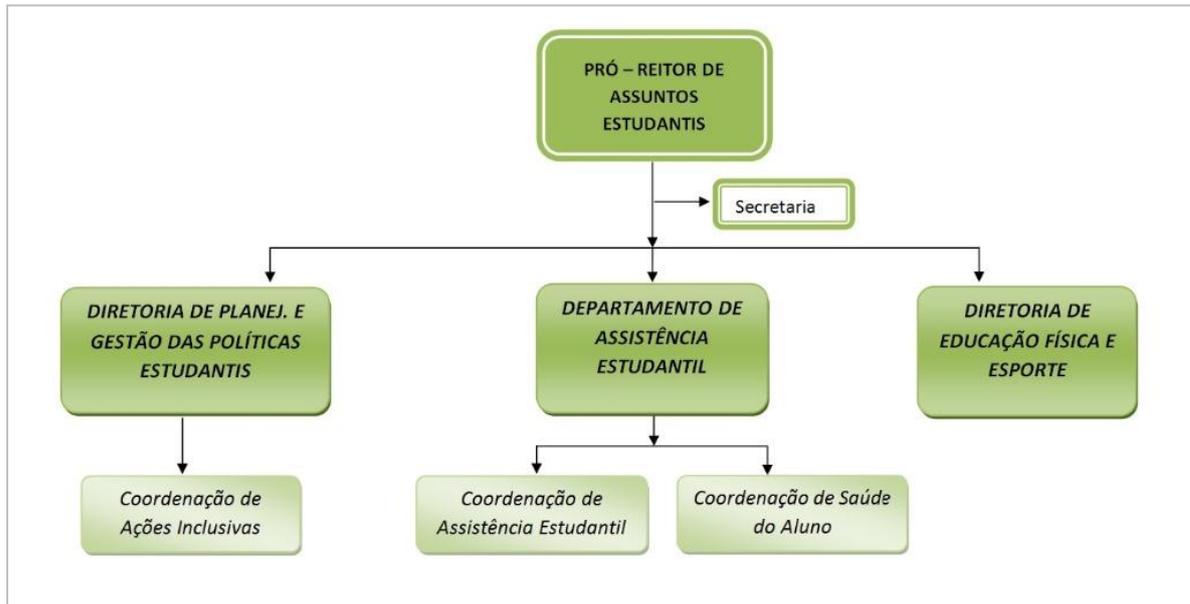
Tais elementos geraram na Instituição o desafio de estabelecer formas de garantir a permanência dos estudantes no contexto de diversidade, demandando atendimento educacional especializado e, para tanto, a busca por serviços de Assistência Estudantil de maneira efetiva se tornou mais evidente.

Silva e Veloso (2013) argumentam que o acesso à Educação Superior tem uma definição mais ampla devendo abranger todos os níveis da trajetória acadêmica, a começar pelo ingresso, a permanência e a qualidade da formação. Sendo assim, os programas de fixação, como a assistência estudantil, bolsas e estágios se constituem em condições objetivas no apoio à permanência do estudante no curso. Para isso, o Estado deve assumir o compromisso de ampliar os recursos para que as universidades implementem projetos e ações de forma que assegure o direito de ingresso, permanência e conclusão do curso com qualidade

Com relação à gestão da assistência estudantil no IFPB, até 2010, esteve circunscrita às Coordenações de Assistência Estudantil dos Campi. Com a promulgação da Lei nº 11.892/08, que cria os Institutos Federais de Educação Tecnológica e a instituição do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que estabelece o PNAES, surge em 2011, o Departamento de Assistência Estudantil como órgão sistêmico de gestão da Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFPB, fazendo parte da Diretoria de Articulação Pedagógica da Pró-reitora de Ensino.

Com a relevância adquirida pela assistência estudantil como mecanismo de enfrentamento das situações de vulnerabilidades sociais existentes no ambiente educacional, a mobilização dos estudantes, junto com os segmentos profissionais que operacionalizam a PAE, após longo embate, conquista na Estatuinte de 2015, por meio da resolução nº246, de 18 de dezembro de 2015, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Esse reconhecimento altera a correlação de forças ao colocar a assistência estudantil enquanto locus administrativo específico, no mesmo patamar das demais instâncias de poder institucional.

Figura 1 - Organograma para gestão da Assistência Estudantil no IFPB



Fonte: Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, IFPB, 2018.

De acordo com a proposta de estruturação organizacional, são objetivos da PRAE:

[...] planejar, elaborar, discutir, fomentar, implementar, executar, acompanhar e avaliar a política estudantil do IFPB. Além de articular e promover ações que garantam a inclusão e democratização de procedimentos por meio da participação dos estudantes em todos os seus processos seletivos (Art. 2º da PRAE).

Em consonância com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi elaborada, no âmbito do IFPB, a Política de Assistência Estudantil (PAE), a qual é instituída pela Resolução nº 12, de 25 de fevereiro de 2011, aprovada “*ad referendum*” e convalidada pelo Conselho Superior da Instituição, por meio da Resolução de nº 40, em 06 de maio de 2011.

A Política de Assistência Estudantil institucionalizada no IFPB foi elaborada em conjunto com o movimento estudantil, a mesma é norteada pelos princípios da educação como um bem público, gratuito e de qualidade, e tendo a concepção de assistência estudantil como direito social e dever político.

Sobre a articulação com o movimento estudantil, entendemos que a assistência estudantil para ser legitimada e obter eficácia, deverá contar com o protagonismo dos sujeitos sociais a quem se destina na luta por sua materialidade. “Os espaços de participação política constituem estruturas mediadoras de processos de empoderamento, facilitando a superação de

conflitos e a ressignificação das relações sociais, possibilitando a revisão de papéis e de sentido na produção da vida” (KLEBA e WENDAUSEN, 2009, p. 733).

A Política de Assistência Estudantil do IFPB prevê sua materialização através de Programas que visem assegurar ao educando o acesso, a permanência e a conclusão do curso, na perspectiva de formar cidadãos éticos comprometidos com a defesa intransigente da liberdade, da equidade e da justiça social. Esta política estudantil, por si só, não consegue assegurar tais condições, mas tem o objetivo de contribuir com as condições de permanência e conclusão com êxito dos estudantes oriundos de escolas públicas ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Quadro 2 – Programas elencados na Política de Assistência Estudantil do IFPB

Programa	Objetivo
Programa de Benefícios Socioassistenciais	O Programa de Benefícios socioassistenciais é destinado ao estudante com hipossuficiência financeira, na perspectiva de garantir a estes, condições de acesso, permanência e conclusão do curso com qualidade. Objetiva concessão de óculos, medicamentos, realização de exames médicos, isenção de taxas e emolumentos previstos nas resoluções do IFPB, recursos financeiros para participação em eventos científicos, esportivos e culturais, além de acesso prioritário aos programas da Política por parte dos estudantes em vulnerabilidade social.
Programa de Alimentação	Oportunizar aos estudantes atendimento das necessidades básicas de alimentação, na perspectiva de assegurar a estes, condições indispensáveis ao pleno desenvolvimento acadêmico, social e de convivência estudantil.
Programa de Atenção à Saúde do Estudante	Tem como foco central a promoção e a prevenção da saúde, na perspectiva do fortalecimento da autoestima e da ressignificação de valores e atitudes socioculturais e pessoais.
Programa de Moradia	Visa garantir ao estudante migrante, informações, orientações, apoio e recursos financeiros necessários a sua permanência na Instituição, com as condições plenas para o desenvolvimento de sua formação acadêmica e seus direitos de cidadania.
Programa de Iniciação ao Trabalho	Assegurar a permanência dos estudantes em condições de vulnerabilidade social, por meio de bolsa mensal, para custear despesas decorrentes de seu processo socioeducacional.
Programa de Integração dos Estudantes Ingressos	Tem como objetivo acolher, informar, apresentar e integrar os estudantes no contexto institucional de modo que estes venham a ter condições plenas de permanência no IFPB.
Programa de Material Didático	Garantir aos estudantes socialmente desfavorecidos, igualdade de condições no processo de aprendizagem.
Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência e/ou Necessidades Educacionais Especiais	Objetiva assegurar aos discente, qualidade de vida imprescindível ao pleno desenvolvimento de suas atividades acadêmicas
Programa de Atualização para o Mundo do Trabalho	Visa combater as desvantagens existentes no bojo da comunidade estudantil e complementar a formação acadêmica dos estudantes
Programa de Apoio Pedagógico	Tem como objetivo a orientação educacional, no sentido de

	preparar o estudante para enfrentar os desafios cotidianos da vida acadêmica com responsabilidade e atuar como protagonista do seu processo educativo.
Programa de Auxílio Transporte	Assegurar aos estudantes, condições de deslocamento para desenvolver suas atividades acadêmicas, na perspectiva de garantia do direito constitucional de acesso, permanência e conclusão com sucesso do curso iniciado.

Fonte: FARIAS, 2018, p.48.

Dos onze programas listados aqui, apenas três (03) possuem regulamentação: o Programa de Alimentação através da Resolução CONSUPER nº 156/2014; o Programa de Transporte, através da Resolução CONSUPER nº 151/2014 e o Programa de Moradia, através da Resolução CONSUPER nº 155/2014. E vale salientar, que, tais regulamentações só ocorreram após três anos da Regulamentação da Política Institucional (FARIAS, 2018, p.49).

Em cada Campus do IFPB, a Coordenação de Assistência Estudantil (CAEST) ou a Coordenação Pedagógica e de Apoio ao Estudante (COPAE) são a porta de entrada à Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto. Nessa perspectiva, suas ações devem ser operacionalizadas em articulação permanente com o movimento estudantil e os demais setores do Campus.

Com as transformações da sociedade e sua realidade dinâmica, no decorrer dos anos se torna necessária a exigência de avaliações e reformulações de políticas para atender as demandas de seu público. Nesse sentido, após cinco anos de implantação da Política de Assistência Estudantil do IFPB, em 2016 a PRAE junto aos profissionais e estudantes se propuseram a analisar e avaliar a política. Nesse processo de trabalho coletivo, se constatou a necessidade de se adequar os instrumentos de acompanhamento, o que culminou em um planejamento e reformulação da política do Instituto.

Em 2018 foi aprovada por meio da resolução Nº 25, de 21 de junho de 2018, a reformulação da Política de Assistência Estudantil do IFPB, que será operacionalizada agora através de 10 (dez) programas: I – Programa de Apoio à Permanência do Estudante; II – Programa de Alimentação; III – Programa de Moradia Estudantil; IV – Programa de Atenção e Promoção à Saúde; V – Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superlotação; VI – Programa de Apoio à Participação em Eventos; VII – Programa de Material Didático-Pedagógico; VIII – Programa de Incentivo à Cultura, Arte, Esporte e Lazer; IX – Programa de Apoio Pedagógico; X – Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD.

Vale salientar que a PAE reformulada iniciou sua implementação no início do mês de fevereiro do ano de 2020, em virtude da necessidade de redefinição dos editais e regulamentações dos programas elencados acima para estarem alinhados com atual política.

Nesse cenário, para este trabalho de investigação, tomamos como base a análise da Política de Assistência Estudantil (Resolução de nº 40, em 06 de maio de 2011) que vigorou até o mês de dezembro de 2019, período posterior a coleta de dados desta pesquisa.

Tomando como referência o contexto da criação do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba e a implementação da Política de Assistência Estudantil do IFPB. Destacamos a necessidade de se favorecer a permanência dos estudantes dentro de uma trajetória satisfatória para a conclusão acadêmica. Essa realidade nos suscitou o interesse de analisar a Política de Assistência Estudantil no IFPB – Campus Cabedelo quanto à sua contribuição na permanência dos estudantes da educação superior.

4.2. A configuração da Política de Assistência Estudantil do IFPB - *Campus Cabedelo*

Neste tópico, apresentamos a configuração da política de Assistência Estudantil do IFPB - Campus Cabedelo, com o objetivo de conhecer a realidade onde se desenvolveu a pesquisa.

Figura 2 – Imagem do Campus de Cabedelo



Fonte: www.ifpb.edu.br/campus-de-cabedelo

A criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE do IFPB, com sua competência específica para desenvolver a Política de Assistência Estudantil, ampliando o debate acerca da Assistência Estudantil articulada ao Ensino, a Pesquisa e a Extensão, passou a ser o órgão sistêmico de referência na Instituição. Com essa mesma importância e referência de âmbito, nos Campi, esse desenvolvimento da política ocorre por meio da Coordenação de Assistência Estudantil (CAEST) ou da Coordenação Pedagógica e de Apoio ao Estudante (COPAE), observando as particularidades de cada Campus e a realidade territorial onde foram implantados, mas sempre de forma articulada a PRAE.

A Coordenação Pedagógica e de Apoio ao Estudante do Campus de Cabedelo (COPAE), é o setor responsável por planejar, coordenar e executar as ações da Política de Assistência Estudantil do IFPB no âmbito do Campus de Cabedelo, dentre outras atividades pedagógicas e administrativas. Além disso, a COPAE também é responsável por orientar todo processo de organização, planejamento, mediação, implementação e execução de ações e atividades relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, promovendo, assim, o fortalecimento e aprimoramento da política de ensino, promovendo o planejamento, avaliação e auto-avaliação junto ao corpo docente e aos estudantes da unidade (IFPB, 2018).

A COPAE está hierarquicamente ligada à Direção de Desenvolvimento de Ensino e é composta atualmente por uma equipe pedagógica, multidisciplinar, com 02 assistentes sociais, 02 pedagogas e 01 psicóloga. Esta equipe pedagógica, dentro de uma organização de funcionamento do setor, atende e presta serviços a toda comunidade acadêmica nos três turnos de funcionamento do Campus. Especificamente, na assistência estudantil, esta equipe é responsável pela identificação das situações socioeconômicas, emocionais e pedagógicas que exigem o desenvolvimento de ações, com acompanhamento, que visem à construção de estratégias capazes de contribuir para a melhoria das condições objetivas e subjetivas dos estudantes para a sua permanência e evolução nos cursos. O planejamento e realizações dessas ações são desenvolvidos pela equipe pedagógica, ou, também em parceria com outros profissionais/servidores (docentes e técnicos) e ou discentes, que contribuem nesta mesma perspectiva.

Dessa forma, a COPAE se articula com outros setores/coordenações no Campus, tais como: Coordenação de Pesquisa e Extensão (responsável, entre outras coisas, pelos projetos de pesquisa e extensão do Campus); Coordenação de Turno (responsável, entre outras coisas, pela coordenação da equipe de assistente de aluno e gerenciamento dos equipamentos pedagógicos); Gabinete Médico (responsável, entre outras coisas, pelo atendimento

ambulatorial em casos de urgência e desenvolvimento de ações educativas e preventivas a saúde); Coordenação de Apoio a Pessoas com Deficiência e as próprias coordenações de curso (responsável, entre outras coisas, pelo acompanhamento dos estudantes com deficiência e desenvolvimento de ações educativas e formativas nessa área). Há, também, mesmo que de forma tímida, articulação da COPAE com instituições externas, promovendo um trabalho conjunto com outras políticas sociais, para realização de ações pedagógicas no Campus.

A Política de Assistência Estudantil é operacionalizada por meio de onze programas, como visto na seção anterior, mas no Campus de Cabedelo podemos destacar com mais visibilidade: o auxílio moradia estudantil – visa assegurar ao estudante migrante e em vulnerabilidade social as condições de acesso, permanência e conclusão do curso; o auxílio alimentação – tem por objetivo oportunizar aos estudantes o atendimento das necessidades básicas de alimentação; o auxílio transporte estudantil – tem por finalidade assegurar aos estudantes condições de deslocamento de sua residência ao Instituto, para desenvolver suas atividades acadêmicas; e o auxílio de apoio pedagógico – que tem como objetivo a orientação educacional, no sentido de preparar o estudante para enfrentar os desafios cotidianos da vida acadêmica com responsabilidade e atuar como protagonista do seu processo educativo (IFPB, 2011).

Esses programas estudantis são materializados por meio de um repasse financeiro mensal aos estudantes contemplados em editais, mas, também, tem outras formas de oferta das ações/programas estudantis, como: a quentinha como refeição diária aos estudantes em tempo integral e ou em condições de vulnerabilidade; ajuda de custo para os estudantes custearem suas despesas na participação de eventos científicos, esportivos e culturais; disponibilidade semestral de armários individuais para guarda dos materiais escolares; disponibilidade de um quantitativo de xerox e impressão junto ao setor de reprografia para os estudantes reproduzirem seus trabalhos escolares; fardamento escolar e jalecos para os estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, sendo este último item também ofertado aos estudantes do curso superior em ciências biológicas.

Os profissionais de serviço social estão à frente da operacionalização da maioria desses programas, realizam processos seletivos para acesso dos estudantes analisando a realidade social dos mesmos, com o objetivo de contemplar os estudantes que solicitam os auxílios, contudo, são observados prioritariamente os que se encontram em situações de vulnerabilidade social.

Os processos seletivos para os programas estudantis são informatizados com inscrições *online* via Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP, no módulo específico da Assistência Estudantil, com a disponibilidade dos editais no sistema, nos murais de aviso do Campus, no site institucional do IFPB, e a equipe pedagógica da COPAE faz a divulgação em sala de aula nos três turnos de funcionamento da instituição.

As informações que correspondem aos programas de auxílios estudantis que geralmente são ofertados aos estudantes são: o programa de auxílio alimentação (ofertado em duas modalidades: pecúnia no valor de R\$ 100,00 reais ou a quentinha como refeição), auxílio transporte (ofertado em duas modalidades: quem reside no Município de Cabedelo pecúnia no valor de R\$ 80,00 reais, e quem reside em outros Municípios pecúnia no valor de R\$ 120,00 reais) e auxílio moradia (pecúnia no valor de R\$ 300,00 reais), as vagas são oferecidas semestralmente, mas há uma diferenciação no tempo de recebimento desses auxílios.

Nos programas de auxílios alimentação e transporte, após o resultado final da seleção, os estudantes passam a receber o auxílio durante um ano letivo para aqueles que são contemplados na seleção do primeiro semestre, e aqueles que são contemplados na seleção do segundo semestre receberão apenas neste mesmo semestre, mas para o auxílio moradia o tempo de recebimento do benefício encerra junto à conclusão do curso do estudante.

Além de considerar as situações de vulnerabilidade do estudante como critério de seleção, que é comum a todos os programas, também existem critérios específicos e que são analisados pelas assistentes sociais, como: programa auxílio moradia – quem está em mobilidade estudantil; programa auxílio alimentação – quem estuda em tempo integral no Campus ou está envolvido em projetos de pesquisa ou extensão; e o programa auxílio transporte – quem reside em localidades/bairros/comunidades com distância mínima de dois quilômetros do campus. Esta primeira participação na assistência estudantil não impede uma participação futura em outras seleções e nem há proibição de acúmulo de auxílios por um mesmo estudante, desde que o mesmo apresente a condição de vulnerabilidade.

Dentro das possibilidades, a equipe pedagógica da COPAE faz o acompanhamento dos estudantes do Campus e, em especial, dos que estão participando da assistência estudantil, para tanto, há disponibilidade de algumas informações sobre a vida acadêmica do estudante no sistema SUAP, como rendimento, frequência, participação em projetos, perfil socioeconômico, participação em programas da assistência estudantil, e pessoalmente realiza atendimentos individualizados ou coletivos.

Na orientação educacional realizada como ação do programa de apoio pedagógico aos estudantes com dificuldades de aprendizagem, a atuação da equipe pedagógica da COPAE é mais direcionada para as necessidades educacionais dos estudantes do Ensino Médio integrado ao técnico, com atendimento às demandas espontâneas, ou encaminhadas pelos professores e ou coordenadores de curso, assim como, a atuação e acompanhamento das demandas nos conselhos de classe e núcleos de recuperação da aprendizagem. Esta realidade demonstra uma preocupação com relação ao atendimento das demandas educacionais dos estudantes do ensino superior, pois percebemos na prática, que as estratégias de acompanhamento pedagógico a este nível de ensino são ainda muito limitadas.

Sobre o acompanhamento que se faz, ainda não é possível realizá-lo de forma eficaz, devido à demanda de estudantes para um número pequeno de profissionais. Esse trabalho coletivo, tanto da equipe pedagógica quanto articulado a outros profissionais, se traduz em um desafio e esforço grande para se realizar, pois se faz necessário no Campus e na Instituição como um todo, rever a atenção aos recursos humanos destinados à implementação da Política de Assistência Estudantil, tanto em relação ao quantitativo como em relação a formações, entendendo que isto, também, faz parte das estratégias para garantir a permanência dos estudantes no sistema formal de ensino.

Conforme a Política de Assistência Estudantil do IFPB, as categorias profissionais abaixo são necessárias e responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação da Política no Instituto, como podemos verificar a seguir:

Art. 18 A operacionalização dos programas previstos nesta política de assistência estudantil do IFPB é de responsabilidade de uma equipe interdisciplinar envolvendo profissionais de diferentes áreas do conhecimento: I – Serviço Social; II – Psicologia; III – Pedagogia; IV – Nutrição ; V – Medicina; VI – Enfermagem; VII – Odontologia; VIII – Educação Física; IX – Educação Artística (IFPB, 2011).

Portanto, há a necessidade de equalização das áreas estratégicas e a quantidade de profissionais adequada para execução da política, para que os resultados sejam alcançados efetivamente.

São nesta conformação e estruturação que se desenvolvem as ações da Política de Assistência Estudantil no Campus de Cabedelo. E é nesta realidade que analisamos a política a partir da percepção dos estudantes participantes, pois demos a oportunidade de serem ouvidos nos possibilitando conhecer quais são as suas perspectivas e proposições de melhorias com relação a contribuição da assistência estudantil na permanência educacional.

Após conhecermos o objeto e o cenário conjuntural do nosso estudo, no próximo capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos mostrando quais foram os caminhos percorridos que nos ajudaram a alcançar o objetivo dessa pesquisa.

5. PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia como um percurso conjuntural de uma pesquisa, permite a organização de procedimentos e técnicas para a realização da investigação científica. Podemos entender que metodologia é “a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no método (caminho) do trabalho de pesquisa” (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010, p. 53). A partir desse entendimento, descrevemos nos subtópicos que seguem os aspectos metodológicos e etapas de nosso transcurso investigativo.

5.1. Delineamento da pesquisa

Para o alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa, nós a definimos como uma pesquisa de natureza aplicada, pois esta se preocupa em buscar informações sobre situações da realidade vivenciada pelos estudantes possibilitando modificações no cotidiano prático deles e da instituição. A preocupação primordial desse tipo de pesquisa é a aplicação imediata do conhecimento em uma determinada realidade, conforme Vilaça (2010, p. 64) “a pesquisa aplicada tem como motivação a necessidade de produzir conhecimento para aplicação de seus resultados, com o objetivo” de colaborar na solução do problema encontrado.

Quanto aos objetivos, utilizamos a pesquisa de caráter descritivo, por esta detalhar e compreender um determinado fenômeno podendo auxiliar na essência de sua explicação. Podemos encontrar a definição de pesquisa descritiva em Triviños (1987, p. 110), quando ele trata de forma específica estudos realizados no campo da educação. Destaca,

O foco essencial destes estudos reside no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas, suas escolas, seus professores, sua educação, sua preparação para o trabalho, seus valores, os problemas do analfabetismo, a desnutrição, as reformas curriculares, os métodos de ensino, o mercado ocupacional, os problemas do adolescente etc.

Nesse sentido, procuramos conhecer se a política de assistência estudantil que está sendo executada no IFPB - Campus de Cabedelo está contribuindo na permanência estudantil e isto se dará por meio de levantamento de informações junto aos estudantes da Educação Superior, descrevendo suas características e realidades.

Para este alcance, como procedimentos técnicos necessários, nos embasamos em pesquisas bibliográficas, com uma revisão de literatura, entre dissertações, livros, artigos, que permite melhor compreender o tema em análise, assim como, em *sites* reconhecidos de revistas e de base de dados da área da educação. Para a temática de Assistência Estudantil,

utilizamos como suporte teórico Silveira (2012), Kowalski (2012), Farias (2018), entre outros. E para a temática da permanência dos estudantes na Educação Superior, utilizamos autores como, Zago (2006), Silva e Veloso (2013), Castelo Branco; Nakamura e Jezine (2016 e 2017), Ronsoni (2014) e outros.

Em pesquisas documentais, tendo a compreensão de sua característica como mostra Lakatos e Marconi (2003, p. 174) “que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Recorremos à consulta de material interno à organização, documentos oficiais e que são relacionados com o tema de estudo nos ajudando a obter elementos legais e ideológicos, como: o Decreto nº 7234/2010, que trata do Programa Nacional da Assistência Estudantil, as publicações de domínio público disponíveis na página institucional na internet; documentos institucionais como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Estatuto Institucional, Regimento Geral e a Política de Assistência Estudantil do IFPB, Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico, Projeto Pedagógico do Curso Superior em Licenciatura de Ciências Biológicas, Relatórios de Gestão e os Relatórios da Assistência Estudantil da Coordenação de Apoio ao Estudante do Campus de Cabedelo. Para Gil (2008, p. 51), a pesquisa documental,

Assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

E com relação à pesquisa de campo, a utilizamos porque estudamos a Assistência Estudantil, que é o objeto dessa pesquisa, no ambiente onde ela se concretiza enquanto política tendo elementos nessa realidade que nos possibilitou explicar o que se pretendeu investigar. A pesquisa de campo se refere a uma “investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou dispõe de elementos para explicá-lo” (VERGARA, 2016, p.47).

Para a abordagem do problema da pesquisa, utilizamos os enfoques quantitativos e qualitativos, por considerar que os dois enfoques não são dicotômicos, e, sim, complementares para análise do objeto. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 69), a abordagem quantitativa “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las”. Quanto à abordagem qualitativa, Richardson (2009, p. 90) afirma que “pode ser caracterizada como a tentativa de

uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”.

5.2. Lócus da pesquisa

Tivemos como nosso ambiente de pesquisa o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFPB - Campus de Cabedelo. Sendo este um dos cinco Campus implantado no estado da Paraíba a partir do Plano de Expansão da Educação Profissional, Fase II da Lei 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica, fase esta ocorrida até o ano de 2010, e a cidade de Cabedelo foi contemplada por ter sido considerada uma cidade polo de desenvolvimento regional.

O Campus de Cabedelo do IFPB, por meio de sua oferta de educação profissional alicerçada na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, tem contribuído para a transformação da realidade social da Cidade, tanto na formação educacional quanto no estímulo às potencialidades econômicas locais, dentro de uma perspectiva de sustentabilidade ambiental.

O Campus também promove articulações entre as instituições externas com parcerias e convênio de cooperação com entidades públicas, empresas privadas e organizações civis não governamentais (ONGs), nas áreas de saúde, assistência e desenvolvimento social, direito da criança e do adolescente, emprego/trabalho, turismo, cultura, habitação, meio ambiente, desenvolvimento urbano e desenvolvimento econômico.

Sua localização está situada na Rua Santa Rita de Cássia, nº 1900, no Bairro de Jardim Cambinha, onde são oferecidos os Cursos Técnicos de Recursos Pesqueiros (modalidade técnica subsequente ao ensino médio, técnica integrado ao ensino médio e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos - PROEJA), de Meio Ambiente (modalidade técnica subsequente ao Ensino Médio e técnica integrada ao Ensino Médio), de Química (modalidade técnica subsequente ao ensino médio) e de Multimídia (modalidade técnica integrada ao Ensino Médio), bem como os Cursos Superiores de Tecnologia em Design Gráfico e de Licenciatura em Ciências Biológicas. O Campus de Cabedelo também é Polo de Educação a Distância (EAD), onde oferta vagas para os Cursos Técnicos de Segurança no Trabalho; de Secretaria Escolar; e de Informática para Internet (modalidade técnica subsequente ao ensino médio). Até o primeiro semestre de 2019, pode-se verificar no Sistema Unificado de

Administração Pública – SUAP, o quantitativo geral de 1175 estudantes matriculados em todas essas modalidades de ensino (SUAP/IFPB, 2019).

Alguns aspectos relacionados diretamente ao Campus foram importantes considerar, por estes poderem contribuir diretamente na permanência do estudante na instituição, como o acesso e a infraestrutura. Portanto, para acesso ao Campus, a instituição realizou uma parceria com a Secretaria de Transportes do Município de Cabedelo para disponibilizar em horários específicos de início e término das aulas, nos três turnos de funcionamento, ônibus escolar para transporte de estudantes que residem no próprio município; e para os estudantes que residem em outros municípios, tem a opção das linhas convencionais de ônibus de transportes coletivos que trafegam na BR230 e a linha ferroviária da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, ambas próximo ao Campus.

Quanto à infraestrutura para funcionamento geral da instituição e para realizações das atividades acadêmicas, existem espaços importantes e necessários, porém, ainda há em projetos outros espaços que serão construídos expandindo ainda mais o Campus. Esta realidade está sendo um desafio por envolver questões burocráticas e liberação de recurso orçamentário do governo federal. Atualmente, o Campus conta com áreas administrativas, áreas de apoio acadêmico, área de lazer e estacionamento (descoberto), área de convivência e pátio coberto, instalações sanitárias, gabinete médico, biblioteca, auditório, gabinete de professores, laboratórios de Informática e outros laboratórios específicos aos cursos, cantina, salas de aula, salas de Coordenação de Curso, salas de direção, sala de docentes, salas de leitura/estudo, sala de reuniões, almoxarifado, recepção, e outros (atendimento, suporte técnico, reprografia, circulação, copa para funcionários e depósitos).

5.3. Coleta dos dados

Definimos como sujeitos da pesquisa os 21 (vinte e um) estudantes do ensino superior do IFPB – Campus de Cabedelo, matriculados nos cursos de design gráfico e ciências biológicas e que recebem auxílio moradia da política de assistência estudantil. O recebimento deste auxílio é de forma contínua até a conclusão do curso, garantindo uma melhor análise do que se pretende investigar, mas estes mesmos estudantes podem, também, receber concomitantemente outros auxílios assistenciais, como alimentação, transporte e apoio pedagógico, sendo estes ofertados em seleções periódicas.

A amostra foi definida por 08 (oito) estudantes, sendo 04 (quatro) do curso superior de design gráfico e 04 (quatro) do curso superior de ciências biológicas, observando os seguintes critérios de inclusão: o estudante que ingressou no Campus de Cabedelo a partir do período 2016.2, período que corresponde a implantação do curso superior de ciências biológicas, até o período de ingresso em 2017.2 delimitando um período mínimo de recebimento do auxílio moradia, de 02 (dois) anos até a realização desta pesquisa, subentendendo que essa experiência de recebimento daria melhores possibilidades de análise dos programas de assistência estudantil considerando este espaço de tempo. Também se observou o critério da situação acadêmica, sendo selecionados os que estavam regularmente matriculados em um dos dois cursos superiores do Campus de Cabedelo. Quanto aos critérios de exclusão, elegemos o fato da recusa em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o que não aconteceu porque todos aceitaram participar espontaneamente da pesquisa.

A realização da pesquisa de campo ocorreu no período de 23 a 27 de setembro do ano de 2019. Para a coleta de dados, utilizamos como instrumento um questionário semiestruturado que aplicamos com os 08 (oito) estudantes selecionados e teve como objetivo traçar o perfil e conhecer a visão dos participantes sobre a temática do estudo. O questionário semiestruturado foi organizado com perguntas que continham variáveis objetivas, o que possibilitou a interpretação de dados socioeconômicos, escolar e familiar, e variáveis subjetivas, voltadas para os aspectos relacionados a permanência dos estudantes beneficiados buscando identificar a percepção dos mesmos acerca da contribuição da política de assistência estudantil do IFPB - Campus Cabedelo em sua vida acadêmica.

Utilizamos, também, para coleta de dados, a técnica de entrevista semiestruturada e individual, orientada por um roteiro com questões abertas, tendo “como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 196). Para Gil (2008, p.109), a entrevista é “uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.” Consideramos que esta técnica foi um método propício por ter nos ajudado a identificar as percepções e compreender as atitudes dos participantes.

Depois utilizamos o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), que é um moderno sistema informatizado, desenvolvido e mantido pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), que atualmente é utilizado por muitos Institutos da Rede Federal de

Educação, com o objetivo de obter por meio do módulo acadêmico e de assistência estudantil, os dados de contato dos estudantes selecionados, como: telefone, e-mail e confirmação se estavam regularmente matriculados no período da realização da entrevista.

Dos 08 (oito) estudantes, 07 (sete) contatamos por meio de ligações telefônicas, e-mails acadêmicos e pessoais, e em um caso específico foi por meio da rede social, o *instagram*, pois o estudante estava sem telefone no momento e sem visualização dos e-mails citados. Logo em seguida, agendamos as entrevistas individuais e o horário de acordo com a disponibilidade dos estudantes. É importante dizer que percebemos nessa abordagem prévia e inicial uma boa receptividade por todos os estudantes e aceitação para participação e colaboração na pesquisa.

Os encontros agendados com os estudantes para a coleta de dados ocorreram na sala de reuniões da COPAE. Este local, consideramos que foi bem propício para estes momentos porque proporcionou conforto por ser climatizado e privacidade, não havendo interferência que prejudicasse a investigação. Destaco a importante colaboração do estudante que foi contatado por meio da rede social para a realização da entrevista, mesmo ele estando em recuperação de sua saúde e impossibilitado de ir ao Campus, a entrevista ocorreu em sua casa. Neste caso, o estudante não hesitou em participar e prontamente se colocou a disposição oferecendo a sua casa como local da pesquisa. Essa entrevista, em especial, ocorreu num ambiente doméstico, mas que também ofereceu privacidade e conforto ao estudante por estar em sua residência.

Neste momento da coleta de dados, novamente foram abordadas informações mais específicas e detalhadas sobre a pesquisa, apresentando seus objetivos, procedimentos e benefícios, assim como, foi informado que as entrevistas seriam em áudio gravadas mediante autorização dos estudantes. Logo após, foi entregue ao estudante o termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), dessa forma ele pode decidir se participava ou não deste estudo. Em seguida, aplicamos o questionário semiestruturado que foram disponibilizados através de formulários impressos, com o objetivo de traçar o perfil e conhecer a visão dos participantes sobre a assistência estudantil do Campus de Cabedelo e sua contribuição na permanência acadêmica.

Depois do preenchimento do questionário pelos estudantes, iniciamos a entrevista individual orientada por um roteiro com questões abertas, o que possibilitou anotações que se acharam pertinentes além dos registros de áudio gravados que foram autorizados. Neste momento, foi possível observar que não houve resistência por parte dos estudantes em

responder a nenhuma pergunta, mas alguns demonstraram nervosismo inicialmente e ficaram à vontade depois quando perceberam que eram questionamentos referentes à vivência deles, enquanto estudantes do Campus. Foi possível observar, também, que passado este momento inicial de tensão por alguns estudantes, houve relatos pessoais de cunho muito particular e, inclusive, falas emocionadas que revelavam que esses estudantes estavam tratando em detalhes pela primeira vez sobre aquele determinado assunto.

É fundamental saber que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

5.4. Tratamento e análise dos dados

Após a realização da coleta, a análise e interpretação dos dados foram realizadas pela técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), por entender que ela descreve, analisa e interpreta as mensagens de todas as formas de discurso, atuando sobre a fala, observando atentamente a frequência dos temas nas respostas dos sujeitos, organizando os elementos em conjuntos e categorias e procurando ver o que está por trás das palavras.

Para Bardin (2011, p. 47) a análise de conteúdo pode ser definida como sendo,

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Em seguida, houve as transcrições das entrevistas que foram feitas na íntegra, para garantir todas as falas dos estudantes entrevistados e um melhor subsídio para a análise de conteúdo. Para transcrevermos essa parte mais subjetiva do trabalho, utilizamos pseudônimos com significados como coragem, força, resistência e conquista para identificar todos os estudantes pesquisados representando que apesar das dificuldades enfrentadas, todos prosseguem em busca da conclusão dos seus cursos. Associado aos nomes adotados para os estudantes (nomes fictícios), também identificamos o curso correspondente de acordo com suas abreviaturas, sendo DG para o curso de Design Gráfico e CB para o curso de Ciências Biológicas.

A estruturação dessa análise foi alicerçada nos estudos de Bardin (2011), em três fases: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos; e 3) a inferência e interpretação dos dados. Na primeira e segunda fase, realizamos uma leitura

flutuante das transcrições e depois procuramos definir temas, categorizar algumas palavras ou expressões que se destacaram por serem as mais repetidas em muitas falas dos pesquisados, por terem correlação com a pergunta norteadora, com os objetivos e com as categorias preliminares deste trabalho, como: in/exclusão; acesso e permanência. Na última fase, o tratamento e interpretação dos resultados obtidos foram feitos por meio de inferências e interpretações que responderam aos objetivos previstos. Todos esses aspectos mencionados que norteiam a apreciação/análise dos dados, apresentamos no próximo capítulo, mostrando a realidade que conseguimos alcançar, bem como, o contexto experienciado.

6. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA VISÃO DOS ESTUDANTES DOS CURSOS SUPERIORES DO IFPB - CAMPUS DE CABEDELO

Nesta seção, conheceremos quem são os estudantes que deram voz a esta pesquisa e que tornou possível essa realidade ser conhecida. Para tanto, caracterizamos os cursos superiores para compreender o contexto acadêmico vivenciado pelos estudantes e construímos seu perfil socioeconômico com base no questionário semiestruturado, considerando algumas variáveis elencadas por Ristoff (2016), como: renda familiar, raça/cor, situação de trabalho do estudante, escolaridade dos pais do estudante e origem escolar, assim como também outras variáveis: sexo, faixa etária, município de origem e participação em programas sociais do governo, que consideramos importantes para a problemática de nossa pesquisa.

6.1. Caracterização dos Cursos Superiores em Design Gráfico e em Ciências Biológicas

6.1.1. Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico

O curso superior de Tecnologia em Design Gráfico, tem conceito 5 (cinco), funciona presencialmente em turno integral, tem um tempo mínimo para integralização do curso de 6 (seis) períodos, oferta 40 (quarenta) vagas semestralmente e atualmente tem 225 (duzentos e vinte e cinco) estudantes matriculados. A formação do profissional, fundamentada no Projeto Pedagógico do curso, apresenta como uma de suas características para o perfil do egresso: ser um profissional que possui pleno domínio metodológico e saiba atuar nas áreas de criação e desenvolvimento de projetos de forma inovadora, buscando atender as demandas existentes. Após a conclusão do curso, há várias áreas no mercado que o designer estará habilitado a atuar, criando e desenvolvendo projetos relacionados ao Design Gráfico com uma visão crítica e reflexiva, são elas: Design de Identidade Visual, Design Editorial, Design de Embalagem, Design Promocional, Design de Sinalização, Design de Arte, Design de Tipos, e Web Design (IFPB - PPC do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico, 2013).

As formas de acesso ao curso são por meio do Sistema de Seleção Unificada - SISU e do Processo de Seleção Especial – PSE, este último acontece pelas modalidades de Reingresso (destinados a discentes que perderam o vínculo com o IFPB e que desejam retomar sua matrícula no curso); Transferência Escolar Voluntária (discentes oriundos de cursos superiores de outras instituições de Ensino Superior para o prosseguimento de estudos no IFPB); Ingresso de Graduados (para portadores de diplomas de cursos de graduação,

devidamente reconhecidos, que se interessam em realizar outro curso de graduação no IFPB); e Reopção de Curso ou Transferência Interna (para discentes regularmente matriculados nos cursos superiores do IFPB e que desejam mudar de curso, conforme as Normas Didáticas para os Cursos Superiores) (IFPB – Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico – PPC, 2013).

Ainda de acordo com a proposta do curso para a formação profissionalizante específica, os ambientes/laboratórios são: ambiente para estúdio fotográfico, laboratório para oficina de plástica, e os ambientes para salas de Desenho I de Desenho II.

6.1.2. Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas

O curso superior de Licenciatura em Ciências Biológicas, também tem o conceito 5 (cinco), tem seu funcionamento presencialmente em turno integral, são ofertadas 40 (quarenta) vagas semestralmente, seu tempo mínimo para integralização do curso é de 8 (oito) períodos, e atualmente tem 181 (cento e oitenta e um) estudantes matriculados no Campus. Quanto à formação profissional, os estudantes deverão ter conhecimentos da diversidade dos seres vivos, a sua organização, suas relações filogenéticas e evolutivas e as suas respectivas distribuições e relações com o ambiente em que vivem, conhecimentos sobre questões importantes e contemporâneas que permeiam o meio ambiente em geral, como: a sustentabilidade e crise ambiental. Os estudantes em formação deverão, também, ter conhecimentos sobre os aspectos educacionais e pedagógicos de forma inovadora para o desenvolvimento futuro de ações estratégicas que possibilitem a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem dentro da profissão docente, conduzindo seus alunos para o desenvolvimento de conhecimentos teóricos, práticos e contextualizados. Dessa forma, a atuação do egresso para o mercado de trabalho pode ser em sala de aula como professor, estando apto a realizar pesquisas no âmbito educacional e biológico, elaborar e analisar materiais didáticos, atuar na gestão e organização das instituições de educação, gestão e administração de projetos educacionais, etc. (IFPB – PPC do Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas, 2017).

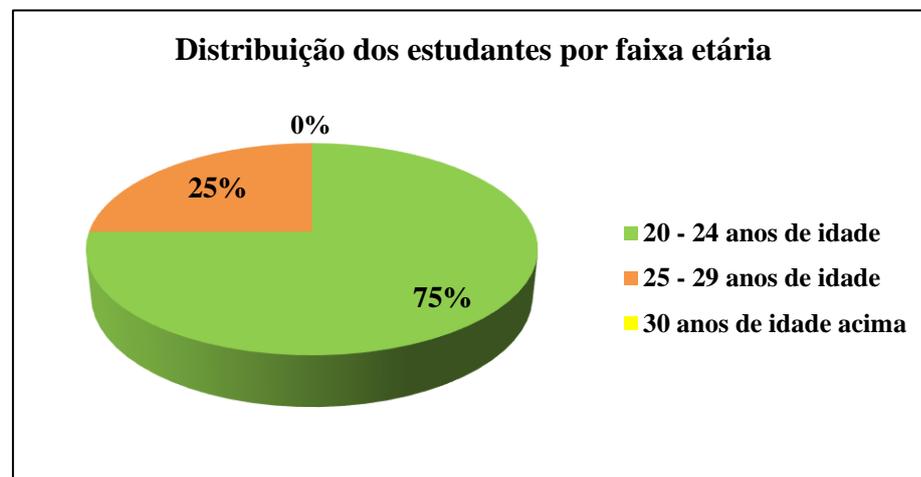
As formas de acesso ao curso superior de Ciências Biológicas são as mesmas do curso de Design Gráfico, SISU e PSE, e uma modalidade a mais de processo que é o Processo Seletivo Diferenciado – PSD, este processo é para ingresso de profissionais do magistério em cursos de graduação para formação de professores.

Quanto à infraestrutura para atendimento específico do curso, conta com 12 (Doze) laboratórios que incluem: laboratório de biologia e microscopia; laboratório de química; laboratório de física; laboratório de botânica; laboratório de zoologia; laboratório de anatomia e fisiologia animal; laboratório de ecologia; laboratório de genética e biotecnologia; laboratório de microbiologia; laboratório de biologia marinha e oceanografia; laboratório de desenho; e o laboratório de plástica e instrumentação para o ensino.

6.2. Perfil socioeconômico dos estudantes da pesquisa: quem são eles?

Dentro deste contexto dos cursos superiores ofertados no Campus de Cabedelo, apresentamos quem foram esses estudantes que colaboraram com a realização deste estudo, compreendendo sua realidade socioeconômica e educacional, uma vez que a temática deste trabalho está inter-relacionada aos fatores sociais e econômicos na qual se situam os estudantes.

Gráfico 1 – Distribuição dos estudantes por faixa etária



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

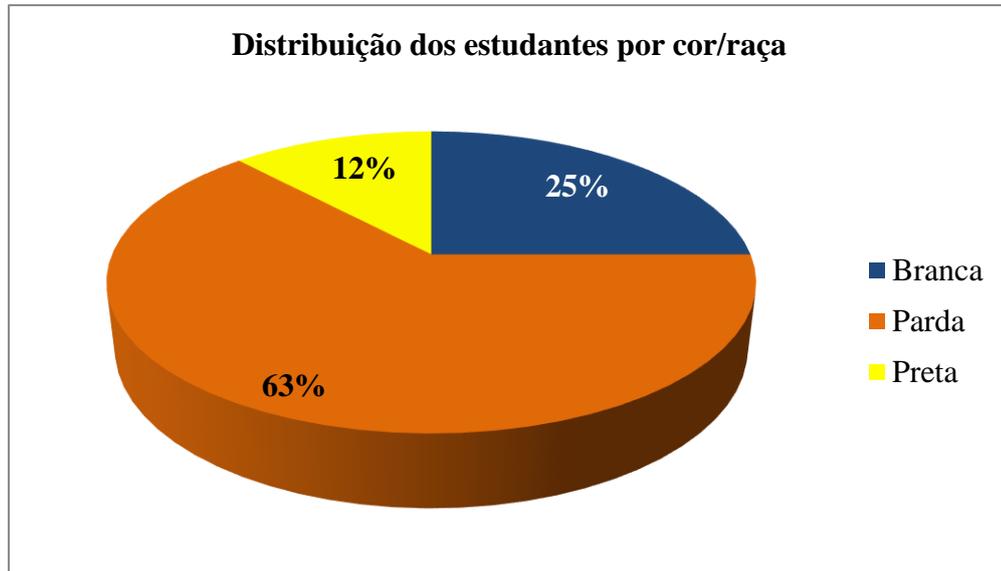
Verificamos que os estudantes participantes desta pesquisa tem um perfil jovem, pois todos se encontram entre a faixa etária de 20 a 29 anos de idade. Destes estudantes, 75% estão entre a faixa etária de 20 a 24 anos de idade, este dado nos levar a refletir sobre o crescimento de jovens que estão entrando na universidade na faixa etária entre 18 e 24 anos, muitos deles por meio da ampliação do acesso impulsionado pelas políticas públicas de inclusão à Educação Superior, mas ainda está longe de atingir a meta 12 preconizada no Plano Nacional de Educação (PNE/2014), que é de expandir as matrículas na graduação para que até o ano de

2024 elas representem 33% da população de 18 a 24 anos. Em 2017, segundo o Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apenas 18% dos jovens nesta faixa etária estavam nas universidades. E atualmente, com o grande desafio para expansão da Educação Superior pública na atual conjuntura, a projeção para esta meta ser atingida é apenas no ano de 2037.

Ainda consideramos para essa caracterização outros aspectos relevantes que contribuem para uma melhor compreensão de quem são os nossos estudantes. Precisamente, temos 100% dos estudantes com estado civil de solteiros e sem filhos; 12,5% dos estudantes tem deficiência, sendo relatada uma perda total de audição unilateral; 50% estão matriculados no curso superior de tecnologia em design gráfico e 50% no curso de licenciatura em ciências biológicas. Quanto ao sexo do total dos estudantes participantes, 37,5% são do sexo masculino e 62,5% do sexo feminino; por curso identificamos que em design gráfico 50% dos estudantes são do sexo masculino e 50% do sexo feminino, já em ciências biológicas, 25% dos estudantes participantes são do sexo masculino e 75% do sexo feminino. Esses últimos dados com relação ao sexo dos estudantes refletem o quadro que se apresenta na Educação Superior em todo o país, é o que registra o Censo da Educação Superior do INEP referente aos dados de 2017, que são os mais recentes, mostrando a predominância das mulheres na Educação Superior, tanto no acesso quanto na formação e conclusão deste nível de ensino. Os dados são de “55% dos estudantes ingressantes, 57% dos matriculados e 61% dos concluintes dos cursos de graduação” (INEP, 2017), e ainda podemos ver que a predominância dessas estudantes se encontra na licenciatura com 70,6% das matrículas, confirmando a mesma realidade no curso de licenciatura em ciências biológicas do Campus de Cabedelo com a maioria de estudantes do sexo feminino.

Percebemos que mesmo com os desafios existentes, podemos relacionar essa presença em maior número das mulheres na Educação Superior com o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho e sua consequente busca por formação profissional.

Gráfico 2 – Distribuição dos estudantes por cor/raça



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Conforme demonstram os dados obtidos e expostos no gráfico acima, quanto à variável cor/raça, podemos verificar que a maioria dos estudantes pesquisados se autodeclarou como pardos com 63%, seguidos de 25% da cor/raça branca e 12% que afirmaram ser negros. Esses dados nos permitem compreender que o perfil dos estudantes quanto à cor, é composta por uma maior representatividade dos segmentos pretos e pardos (75%). A partir desta compreensão, podemos concluir que, tal panorama sugere ser resultado da adesão de políticas inclusivas, a exemplo da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), contribuindo com o ingresso de um perfil de estudantes que historicamente estiveram excluídos da educação formal. Neste sentido, Ristoff (2016, p. 31) afirma que,

Percebe-se que, paulatinamente, as políticas públicas começam a mostrar os seus efeitos: o *campus* brasileiro como um todo torna-se menos branco; o percentual de pretos começa a se aproximar mais dos percentuais da sociedade; mais pardos frequentam os cursos universitários; e mais pessoas de baixa renda conseguem chegar à educação superior.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou dados que no Brasil, em 2018, os pretos e pardos passaram a ser 50,3% dos estudantes de ensino superior da rede pública, mas, como formavam a maioria da população (55,8%), permaneceram sub-representados. Esta desigualdade foi apresentada ainda em maior percentual pela faixa etária

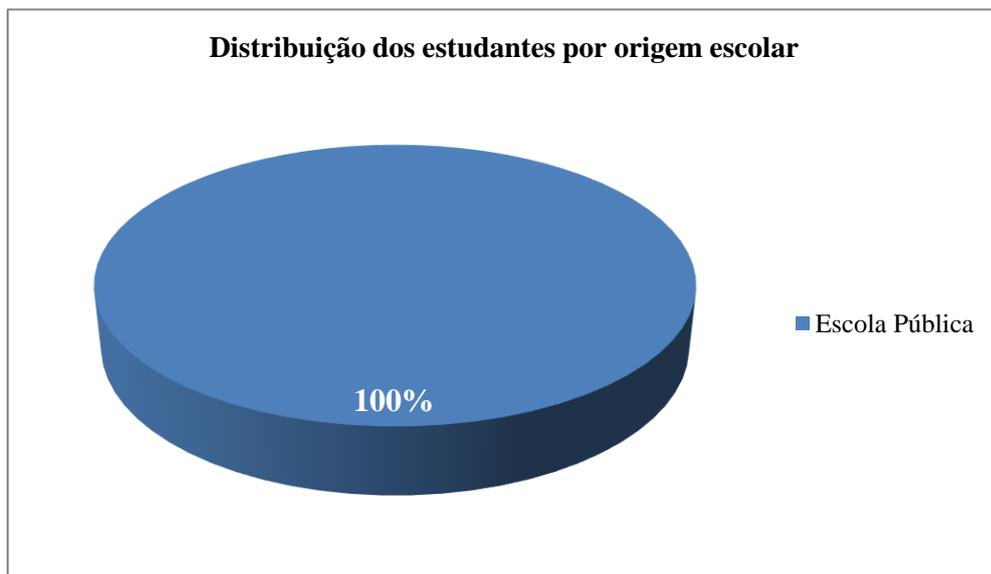
de 18 a 24 anos, apesar de ter havido um aumento da população preta e parda desta faixa etária no ensino superior, de 2016 (50,5%) para 2018 (55,6%), ainda ficou em menor percentual quando comparado ao segmento de estudantes autodeclarados brancos com 78,8% (IBGE, 2019).

Sobre esta realidade, Ristoff (2014, p. 731) afirma também que:

Não é, portanto, verdadeira a tese amplamente difundida e por vezes defendida mesmo por acadêmicos e pesquisadores de que o campus reflete a sociedade. Os dados mostram que, ao contrário, o campus é um espelho que distorce a imagem da sociedade ou, dito de outra forma, o campus, como um agente social ativo, aguça as distorções existentes na sociedade.

Com isso, se pode inferir que pretos ou pardos estão mais escolarizados, porém, ainda continua a desigualdade em relação aos brancos no Brasil.

Gráfico 3 – Distribuição dos estudantes por origem escolar



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Segundo Ristoff (2016, p. 37), “a origem escolar é um dos indicadores de democratização efetiva do acesso à educação superior”. Ele ainda afirma que:

[...] é na escola pública e gratuita de ensino médio que está a oportunidade para diversos grupos sociais, em particular para jovens de baixa renda familiar, pretos,

pardos, indígenas, filhos de pais sem escolaridade e da classe trabalhadora em geral, estudarem e pleitearem o acesso à educação superior.

Tendo isto como premissa, analisamos a origem escolar dos estudantes pesquisados e vimos que todos (100%) são oriundos de escolas públicas, e que destes, 87,50%, utilizou o sistema de cotas para ingressar no IFPB por meio de três segmentos: o de escolas públicas (42,86%), o de renda (28,57%), e o étnico/racial também com 28,57%. Percebeu-se que, mesmo todos tendo a condição para concorrer às vagas reservadas a estudantes que concluíram o Ensino Médio em escolas públicas, de acordo com a Lei, ainda teve estudante que ingressou no IFPB por meio de vagas de ampla concorrência. Sobre essa situação, Nunes e Veloso (2016, p. 977) nos leva a refletir “que a característica de vulnerabilidade socioeconômica não é inerente apenas aos ingressantes por ação afirmativa porque a escolha do tipo de vaga é uma opção do candidato”.

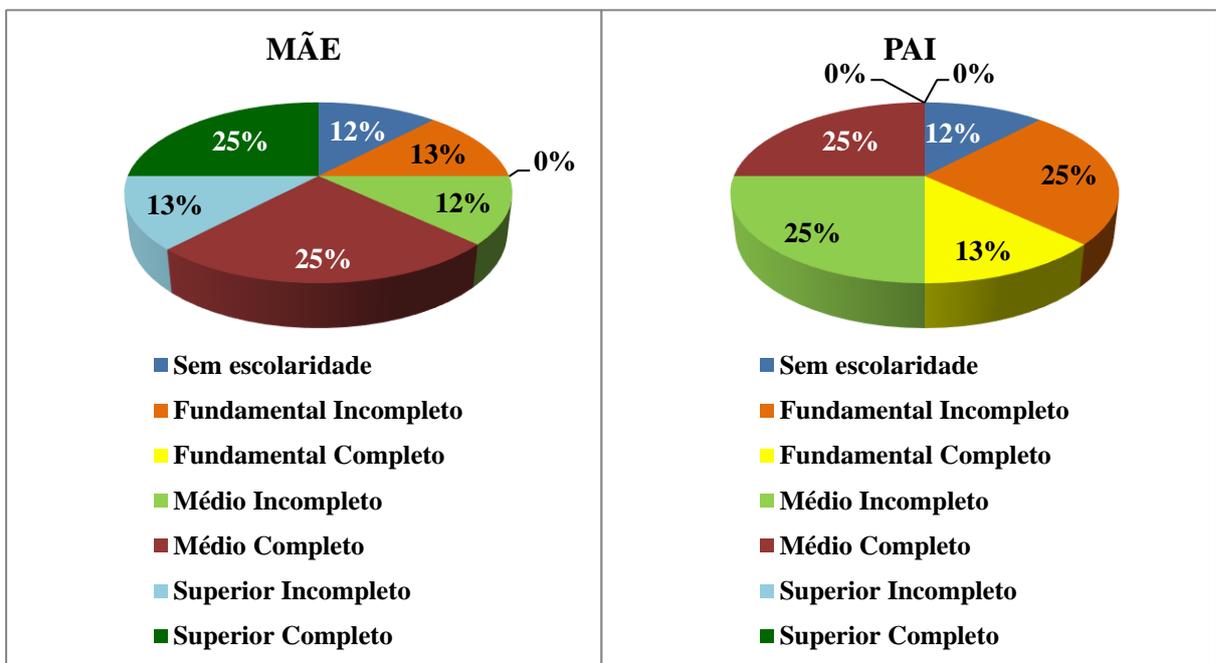
Outros dados importantes, é que todos os estudantes pesquisados (100%) ingressaram no IFPB pela forma do ENEM/SISU, e que todos eles são naturais de outros municípios. 37,50% vieram de outras cidades do Estado da Paraíba, sendo a maioria 66,66% do sertão; e 62,50% vieram de outros Estados do Brasil, sendo a maioria de Pernambuco (60%) seguidos do Ceará e Maranhão, cada um com 20% dos estudantes pesquisados. Sobre estes dados, Nunes e Veloso (2016, p. 978) corroboram afirmando que, “muitos estudantes estão se afastando do convívio familiar para estudarem fora de seu domicílio. Caracterizando a mobilidade e evidenciando a necessidade de apoio financeiro e ações de acolhimento e lazer”.

Dentro desse contexto de mobilidade estudantil, identificamos o motivo principal que levou os estudantes a escolher o IFPB para estudar. Boa parcela dos estudantes (75%) mencionou que foi pela instituição oferecer o curso que desejava, seguidos de outros dois motivos em menor incidência: pela instituição oferecer ensino gratuito (12,50%) e por oferecer cursos bem qualificados (12,50%). Neste sentido, para atender a estes estudantes que vem de outros lugares para cursar uma formação tão almejada em suas vidas, a política de assistência estudantil do IFPB (2011) em seu artigo 10 preconiza que “o programa de moradia visa garantir ao estudante migrante, informações, orientações, apoio e recursos financeiros necessários a sua permanência na Instituição, com as condições plenas para o desenvolvimento de sua formação acadêmica e seus direitos de cidadania”.

Diante desta realidade, podemos compreender que o SISU é uma política inclusiva a partir da facilitação do acesso as instituições de ensino superior por parte de estudantes de

todo o país, propiciando maior mobilidade geográfica, ampliando as trocas acadêmicas e culturais e a própria integração do país. E o mais relevante é a possibilidade aos mais pobres de se candidatarem a cursos e instituições que seriam inacessíveis pelas despesas implicadas na participação em diferentes vestibulares (NOGUEIRA et al, 2017). Logo, podemos compreender, também, que o SISU é uma política excludente quando não são propostas igualmente ações de enfrentamento das desigualdades no acesso à educação, sendo estas pré-requisitos para a permanência do estudante em situação de vulnerabilidade que enfrentam desafios de subsistência e até mesmo de adaptação acadêmica, institucional e territorial.

Gráfico 4 – Distribuição dos estudantes por escolaridade dos pais



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Analisando os dados de escolaridade dos pais dos estudantes pesquisados, percebemos que os pais são os que têm o nível de escolaridade mais baixo quando comparado ao das mães, 75% deles tem de nenhuma escolaridade ao Ensino Médio incompleto, enquanto que as mães são apenas 37% dentro dessa realidade escolar. Também percebemos que 25% das mães chegaram ao ensino superior enquanto que o maior nível de ensino alcançado pelos pais (25%) é o Ensino Médio completo.

Esses dados revelam dois aspectos importantes, um é que o grupo de mães frequentou mais a escola que os pais em termos de tempo de estudo, e o outro, é que os pais e mães terem escolaridade superior não é mais uma condição *sine qua non* para o ingresso dos

filhos na Educação Superior. Pode-se inferir que, as políticas de inclusão dos últimos anos estão possibilitando este ingresso e que possivelmente estes estudantes representam a primeira geração da família a entrar em uma universidade. Neste sentido, Ristoff (2014, p.740) colabora afirmando que “em todos os cursos, sejam eles mais ou menos competitivos, há uma diminuição gradativa de filhos de pais com escolaridade superior, indicando que as classes populares, historicamente excluídas deste nível educacional, começam a ter oportunidades de acesso”. Essas oportunidades dadas por meio das políticas públicas de inclusão poderão impactar diretamente na qualidade de vida desses estudantes e de seus familiares, assim como no desenvolvimento do país ao longo dos anos (RISTOFF, 2014).

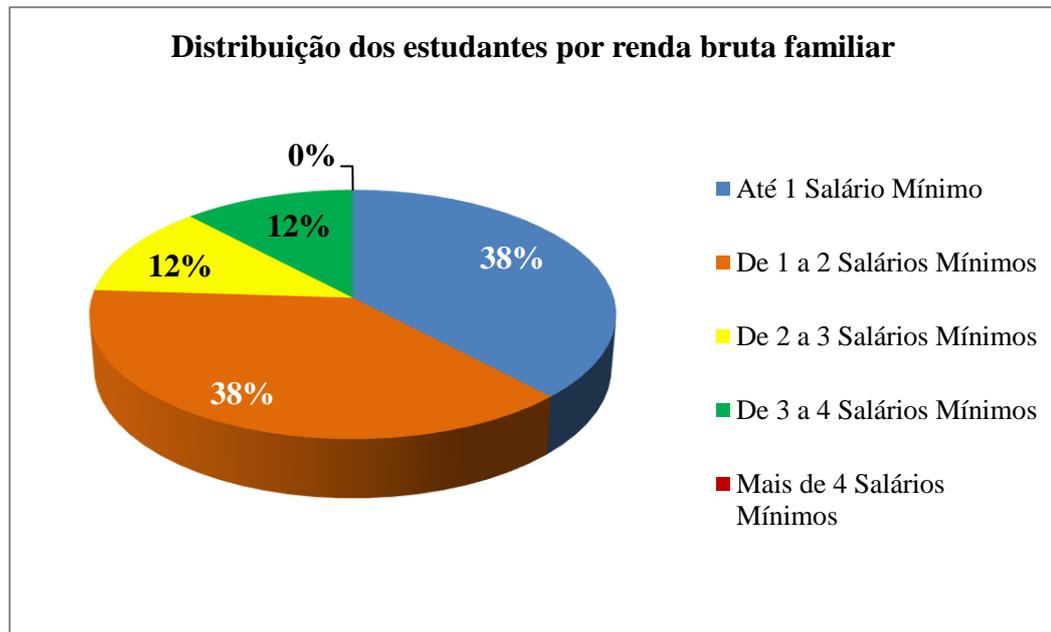
Outro dado importante e que podemos relacionar com a escolaridade, é quanto à ocupação profissional dos pais, 37% dos pais tem uma ocupação econômica como empregado do setor público, ou privado, ou autônomo. Enquanto que as mães tem um percentual de 63%. Dos que estão fora do mercado de trabalho, 25% dos pais estão na situação de desempregado, e apenas 12% das mães estão desempregadas. Com os dados apresentados, podemos concluir que, a maioria dos estudantes tem apenas a mãe como o provedor principal da família e que a privação do pai ao acesso à escola, que a pouca ou nenhuma instrução escolar podem ter privado, também, ao direito de oportunidade de inserção ao mundo do trabalho.

Dentro deste contexto das condições socioeconômicas dos pais, Souza (2015, p. 94) traz uma afirmação que nos leva a refletir sobre o impacto direto na vida do estudante,

Quando os pais possuem rendas laborais baixas, muitos filhos são condicionados ao trabalho precoce para ajudar no sustento da família ou mesmo para suprir as suas necessidades pessoais, as quais não são atendidas, devido à baixa renda familiar. Esse fator pode acarretar o abandono dos estudos, bem como situações desestimulantes como notas baixas e reprovação.

Portanto, podemos compreender que a escolaridade dos pais e suas ocupações podem influenciar no progresso escolar dos filhos, ou até mesmo na permanência dos mesmos na universidade.

Gráfico 5 – Distribuição dos estudantes por renda bruta familiar



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

O gráfico nos permite visualizar a renda bruta familiar dos estudantes pesquisados que se encontram situados, predominantemente, na faixa salarial de até 2 (dois) salários mínimos nacionais com 76%. Identificamos, também, que a composição familiar da maioria destes estudantes (63%) é formada por 4 ou 5 pessoas, deixando a renda familiar per capita menor que 1 (um) salário mínimo. Esta realidade econômica dos estudantes pesquisados é uma pequena amostra do que se constatou nacionalmente por meio da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES, realizado em 2018, pelo FONAPRACE. Nos resultados foram apresentados que o percentual de estudantes inseridos na faixa de renda familiar per capita até 1 (um) salário mínimo e meio alcançou 70,2% do universo pesquisado.

Entender o perfil de renda familiar dos estudantes é um dos aspectos importantes para refletir sobre a vulnerabilidade das famílias, assim como, se tornar referência para decisões sobre recursos, ações e políticas das IFES. Neste sentido, o Ministério da Educação (MEC) direciona recursos para as IFES empregarem em políticas de assistência estudantil implementando suas ações para os estudantes. “A aplicação deste recurso é regulada pelo Decreto N° 7.234, de 19 de Julho de 2010, que define como público alvo prioritário estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de ‘até um salário mínimo e meio’” (FONAPRACE, 2019, p.28).

Outro dado importante e complementar para compreender a realidade econômica do estudante e de sua família, é que 50% dos estudantes pesquisados possui algum membro de seu núcleo familiar que participa do programa social do governo federal recebendo o programa bolsa família. Assim, esses estudantes são considerados de baixa renda, o que pode implicar em dificuldades para a sua permanência na Educação Superior. Esta realidade mostra a necessidade de implementação de ações do PNAES articulada a outras políticas públicas para o enfrentamento dessa baixa condição socioeconômica e da desigualdade social.

Quanto à situação econômica atual dos estudantes, verificamos que 75% dos estudantes não trabalham, alegando que não encontram trabalho de meio período, tendo em vista que os cursos são em tempo integral, e apenas 25% desenvolve um trabalho informal como *freelancer* na área de design gráfico. Contudo, é importante saber que mesmo os que desenvolvem o trabalho informal de *freelancer*, ainda relataram precisar do auxílio moradia e de atividades acadêmicas remuneradas (estágio, bolsa de programas acadêmicos etc.) para conseguirem arcar com as despesas mensais. E os 75% dos estudantes que não trabalham, relataram que seu sustento para continuarem estudando vem também do auxílio moradia, das atividades acadêmicas remuneradas e da própria ajuda de seus familiares.

Observamos que a renda familiar de muitos estudantes é insuficiente para garantir a permanência e finalização do curso, tendo como consequência o trancamento do curso ou até mesmo a evasão acadêmica. Segundo Radaelli (2013, p. 113) “a ausência de recursos das famílias ou do governo em implantar políticas que visam garantir a permanência desses estudantes pode acarretar o atraso da conclusão do curso ou a desistência do mesmo”.

Quadro 3 – Síntese do perfil dos estudantes pesquisados

ESTUDANTE	CURSO	IDADE	COR/RAÇA	ORIGEM ESCOLAR	ESCOLARIDADE E PAIS	RENDA FAMILIAR
Heitor	Design Gráfico	29	Parda	Pública	Pai – Médio Completo Mãe – Superior Completo	2 a 3 Salários Mínimos
Enzo	Design Gráfico	27	Parda	Pública	Pai – Fundamental Completo Mãe – Sem Escolaridade	1 a 2 Salários Mínimos
Luísa	Design Gráfico	22	Parda	Pública	Pai – Fundamental Incompleto Mãe – Médio Completo	1 a 2 Salários Mínimos
Valentina	Design Gráfico	20	Parda	Pública	Pai – Sem Escolaridade Mãe – Médio Incompleto	Até 1 Salário Mínimo

Alana	Ciências Biológicas	23	Parda	Pública	Pai – Médio Completo Mãe – Médio Completo	1 a 2 Salários Mínimos
Matilda	Ciências Biológicas	22	Branca	Pública	Pai – Médio Incompleto Mãe – Fundamental Incompleto	Até 1 Salário Mínimo
Marcos	Ciências Biológicas	21	Branca	Pública	Pai – Médio Incompleto Mãe – Superior Completo	Até 1 Salário Mínimo
Marcela	Ciências Biológicas	21	Preta	Pública	Pai – Fundamental Incompleto Mãe – Superior Incompleto	3 a 4 Salários Mínimos

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Todas essas informações são fundamentais porque nos ajudaram a conhecer os estudantes e suas características, facilitando o desenvolvimento de políticas e ações apropriadas à realidade dos mesmos, de modo a favorecer a sua permanência até a conclusão do curso de forma satisfatória. Contudo, é importante ter claro que esta realidade dos estudantes pesquisados não representa necessariamente a realidade de outros cursos no Campus de Cabedelo ou de outras IFES. Em seguida, conheceremos a visão dos estudantes desta pesquisa sobre a assistência estudantil ofertada no Campus e a contribuição desta política em suas vidas.

6.3. Assistência Estudantil do IFPB/Campus de Cabedelo: o que pensam os estudantes?

Neste tópico, abordamos a visão dos estudantes sobre Política de Assistência Estudantil identificando se a mesma está contribuindo na permanência dos estudantes, bem como, sugestões de melhorias para essa política, de modo a torná-la mais efetiva no IFPB – Campus de Cabedelo.

6.3.1. Assistência Estudantil: o que é para mim?

A princípio, achamos interessante saber dos estudantes de que forma eles conheceram a assistência estudantil para depois sabermos o que eles achavam dela. Identificamos nos relatos dos estudantes que antes de ingressarem na instituição do IFPB – Campus de Cabedelo, nem todos conheciam ou tinham ouvido falar sobre assistência

estudantil, a exemplo da fala da estudante Alana (CB) que afirmou: *“Quando eu entrei eu não conhecia, não sabia que existia assistência estudantil, não tinha noção!”*. E hoje a estudante diz ter um entendimento se baseando em sua experiência pessoal e vivência quanto participante da política. Este desconhecimento da assistência estudantil anteriormente ao IFPB, pode se dá pelo fato de todos os estudantes terem vindo de escolas públicas onde inexistia uma política semelhante no ensino básico.

Ao ingressarem no ensino superior do IFPB, em especial no Campus de Cabedelo, houve a oportunidade de acesso à assistência estudantil e foi interessante saber de qual forma os estudantes souberam da existência dessa política na instituição e tiveram esse primeiro contato, proporcionando condições de formularem suas concepções sobre a assistência estudantil. Sobre isso, pudemos constatar nas falas dos estudantes três afirmações que foram mais colocadas para expressar como obtiveram conhecimento sobre a assistência estudantil:

“Conheci através da recepção dos novatos...” Alana (CB)

“Divulgação dentro do próprio Campus pelos funcionários da COPAE.” Heitor (DG).

Antes, é interessante relembrar que a fala de Alana (CB) ratifica sua fala anterior de que não sabia o que era assistência estudantil e que a partir de seu ingresso na instituição passou a conhecer esta política por meio da “recepção dos novatos”. Nos trechos acima, verificamos que o conhecimento dos estudantes sobre a assistência estudantil foi obtido com a divulgação de informações por meio do “Programa de integração aos estudantes ingressos”, sendo esta expressão uma das mais citadas pelos estudantes. Este programa é uma das ações da política de assistência estudantil do Campus de Cabedelo desenvolvida pelos servidores da coordenação pedagógica e de apoio ao estudante (COPAE), junto com servidores de outros setores, durante a primeira semana de aula de cada semestre letivo com o objetivo de oferecer momentos de “boas vindas” aos estudantes ingressos com “informações, apresentações sobre os serviços, projetos, programas e funcionamento da instituição integrando dessa forma os estudantes no contexto institucional” (IFPB, 2011).

Outros meios que conseguimos identificar nas falas trazidas pelos estudantes para a obtenção do conhecimento sobre a assistência estudantil foram: através de “editais e site da instituição”, e “dos colegas da instituição”.

“Não conhecia e nem sabia sobre a política de assistência estudantil, o primeiro contato, conhecimento, foi através de uma colega que conheci no dia em que fiz a matrícula” (Matilda, CB).

“Fui informado por colegas que eram contemplados com a assistência...” (Marcos, CB).

“Conheci através dos editais no portal do estudante...” (Marcela, CB).

“Através dos editais e portais digitais da instituição” (Enzo, DG).

Identificar essas expressões foi muito importante para refletirmos como as informações sobre a assistência estudantil estão chegando aos estudantes, pois na fala “editais e site da instituição”, destacamos os editais que são meios legais de comunicação com uma linguagem jurídica específica, e essa característica pode gerar incompreensão na leitura dos estudantes prejudicando o entendimento sobre os critérios e exigências de participação nos programas estudantis ofertados. Quanto à fala “dos colegas da instituição”, observamos que este meio demonstra situações de acolhimento e socialização pelos e entre os estudantes, veteranos e ingressantes, no repasse de informações que podem assegurar melhores condições ao estudante que está chegando nesse novo espaço acadêmico.

Nos dois meios expressos nas falas dos estudantes, tendo em vista esta reflexão quanto ao repasse das informações, nos mostrou que é necessário um reforço contínuo pelos servidores da COPAE, no sentido de esclarecerem dúvidas surgidas antes e durante os processos de seleção dos programas de assistência estudantil do campus. Com relação ao acesso à informação adequada, Alves (2002) colabora afirmando que “para o desempenho do papel social do estudante universitário, ele precisa igualmente, de livros, equipamentos de aprendizagem prática, acesso à informação e oportunidade de participação em eventos acadêmicos e culturais”.

Atualmente, pela vivência dos estudantes enquanto participantes da política de assistência estudantil, identificamos na pesquisa que, além de todos utilizarem o “auxílio moradia”, alguns também utilizam outros programas, como: “alimentação, transporte, monitoria, ajuda de custo, e fotocópia”. Os programas de auxílio alimentação e transporte são os dois mais utilizados pelos estudantes em concomitância com o auxílio moradia. Podemos verificar que tal realidade se dá por serem os programas com maior disponibilidade de vagas, pelas características geográficas do *campus* que sugere um apoio na necessidade de acesso e pela organização curricular dos cursos com período integral demandando uma necessidade maior de alimentação.

Diante desse conhecimento adquirido por meio da participação na assistência estudantil, foram identificadas em suas falas mais de uma concepção. Houve uma definição que foi a mais relatada pela maioria dos estudantes onde eles compreendiam a assistência estudantil como “um auxílio financeiro para estudantes sem condições financeiras”:

“É um auxílio financeiro da instituição para que os estudantes de baixa renda possam permanecer no curso” (Marcela, CB).

“É um meio que foi criado com o propósito único de ajudar estudantes que não possuiriam condições financeiras de se manterem no curso. Com essa ajuda os estudantes teriam algo em que se apoiar no decorrer da formação” (Valentina, DG).

Percebemos nas falas, que essa compreensão dos estudantes sobre o que vem a ser a assistência estudantil se refere à perspectiva de ajudar aos estudantes com dificuldades financeiras. Vimos que esta visão é justificada por eles quando perguntamos quais foram os motivos que os levaram a participar da assistência estudantil, todos relataram que foram por “suas condições socioeconômicas e pela distância da instituição e de seu endereço de origem”. Esses motivos reforçam essa concepção, por eles estarem dentro de um contexto socioeconômico e familiar que não favorecem condições suficientes para assumirem as despesas que são geradas por estarem estudando em uma instituição localizada em outra cidade longe de casa.

De acordo com o perfil dos estudantes, apresentado em seção anterior, vimos que todos acessaram a educação superior do IFPB Campus de Cabedelo por meio da política de inclusão, o SISU, sendo todos oriundos de outras cidades e ou estados, além de grande parte deles terem utilizado as políticas de cotas para vagas reservadas, como: estudantes de escolas públicas, renda ou racial. Essa realidade levou os estudantes a compreenderem a assistência estudantil principalmente no que diz respeito a condições financeiras, pois o deslocamento do contexto familiar para estarem em outro contexto territorial, acarretou o surgimento de novas necessidades como moradia, alimentação, transporte, saúde etc. Entretanto, essa compreensão da assistência estudantil restrito ao plano das necessidades de sobrevivência é equivocada por não abranger outras necessidades dos estudantes. Dutra e Santos (2017, p. 168) afirmam que, “esses erros são decorrentes da falta de uma maior problematização acerca das noções de assistência e de necessidades no contexto da educação, o que leva a uma fragilização do conceito de AE”.

Nesta perspectiva de Dutra e Santos (2017), destacamos as definições no sentido mais abrangente da assistência estudantil, porém relatadas com menos evidências pelos

estudantes, “programa de apoio para a permanência no curso” e outra “como apoio integral ao aluno para efetivação de seus direitos”:

“É uma porta para diminuir a evasão de alunos nas universidades, uma fonte de apoio moral, financeiro e mental para os alunos” (Enzo, DG).

“É uma assistência que luta pelos direitos dos alunos” (Matilda, CB).

Verificamos a presença de concepções que direcionam a contribuição para a permanência como atribuição da assistência estudantil levando até a perspectiva efetiva de direitos dos estudantes. Na fala do estudante Enzo (DG, 2019), ele considera a assistência estudantil como um apoio a vários aspectos da vida do estudante atendendo suas necessidades de forma integral e ainda faz uma analogia com uma porta sugerindo que ela, a assistência estudantil, é uma oportunidade de benefícios com o propósito de auxiliar na permanência diminuindo a desistência dos estudos nas universidades. Essa concepção do estudante Enzo (DG, 2019) é a que se aproxima do que preconiza o PNAES/2010 quanto à sua finalidade que é de “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal [...] minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; e reduzir as taxas de retenção e evasão...” (BRASIL, 2010).

Diante das falas encontradas sobre o que é assistência estudantil, podemos destacar uma compreensão centrada no auxílio financeiro, embora a compreensão da assistência como direito tenham sido mencionada pelos estudantes. Podemos refletir, também, que esta compreensão mais destacada advém da forma de ingresso dos estudantes e da realidade socioeconômica posta por eles; situações essas que geraram vivências de necessidades por estarem dentro do espaço institucional, nos levando a problematização de que as políticas de inclusão não estão efetivamente propiciando uma inclusão de todos na Educação Superior, por gerarem outras formas de exclusão, não oferecendo condições de igualdade, a partir da entrada destes estudantes nas instituições.

Temos como base dessa reflexão, que as políticas de inclusão na Educação Superior ampliaram o acesso a este nível de ensino, especialmente por meio do SISU que tem por uma de suas características a mobilidade estudantil, onde os estudantes tiveram a possibilidade de estudar em qualquer universidade do país; neste caso escolheram o IFPB e ainda com entradas específicas através das políticas de ações afirmativas. Esse quadro provocou um novo perfil estudantil que trouxe consigo grandes desafios para as políticas de inclusão e neste sentido Sobrinho (2010, p. 1237) entende que,

Por mais benéficas e necessárias que sejam, as políticas de “democratização” da educação superior, por via de ampliação de matrículas e ações afirmativas de inclusão social, apresentam sérios limites que não serão transpostos em curto espaço de tempo. Muito positivo é o fato de que elas contribuem para uma mudança de cultura contrária à permanência perversa do elitismo e do racismo e favorável ao abrandamento das assimetrias sociais. O principal obstáculo para a “democratização” e expansão da educação superior é a vulnerabilidade de grande parte da população brasileira.

Sobrinho (2010, p. 1237) ainda complementa seu raciocínio afirmando que, “as políticas de democratização não devem apenas criar condições para que todos possam estudar, mas também assegurar igualdade de oportunidades, inclusive do ponto de vista qualitativo”. O que podemos perceber é que, mesmo dentro das instituições de Educação Superior, neste caso do IFPB, os estudantes não têm condições e possibilidades todas iguais e quando não se tem esta visão, a política inclusiva pode ser ao mesmo tempo excludente, ou como Provin (2011) define uma “política in/excludente”. É de fundamental importância compreender que, as demandas desses estudantes são reais e que ultrapassam a dimensão das políticas públicas de acesso ou inclusão à educação, e para evitar os processos de exclusão dentro das universidades, essas demandas não podem ser analisadas como fatos isolados do contexto econômico, político, social e cultural em que se inserem esses estudantes (JEZINE, 2009; 2010).

Portanto, se deve pensar em política de inclusão se preocupando, também, com condições equitativas para tentar garantir a permanência desses estudantes em situação de vulnerabilidade na Educação Superior. Neste sentido, “a equidade representa a intensidade em que os alunos podem se beneficiar da educação e da formação, através de acesso, oportunidades, acompanhamentos e resultados” (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2011, p. 3).

Corroborando com este entendimento, Jezine e Castelo Branco (2015, p. 118) afirmam que,

Para além do ingresso de diferentes grupos sociais que ascendem à educação superior, torna-se imprescindível observar as diferentes formas de aprendizagens, pelos diferentes sujeitos, que envolve currículos diferenciados que garantam o atendimento aos diferentes tempos, culturas, valores e aprendizagens; maior conexão universidade, conhecimento e sujeito na formação curricular e mas políticas de permanência, para que estas possam garantir a democratização do acesso com igualdade social.

Isto não ocorrendo, pode prevalecer o pensamento de que “se o sujeito depois de entrar, não conseguir permanecer, a responsabilidade é dele próprio. A inclusão vista dessa

forma é mais perversa, porque responsabiliza os próprios sujeitos pelo não sucesso de sua inclusão” (PROVIN, 2011, p.92). O Estado e as instituições de ensino se isentam de suas responsabilidades, tendo o “fracasso” de alguns sujeitos como atributo exclusivo a eles.

6.3.2. Assistência Estudantil: possíveis contribuições para a permanência

Os programas de assistência estudantil têm por finalidade apoiar os estudantes para a realização do curso superior minimizando os efeitos das desigualdades sociais, e possibilitando uma formação universitária de forma mais satisfatória. Neste sentido, e ainda na compreensão dos estudantes, perguntamos se política de assistência estudantil está trazendo alguma contribuição para a permanência acadêmica dos mesmos no IFPB - Campus de Cabedelo.

Percebemos unanimidade nas falas dos estudantes ao considerarem que a “assistência estudantil está contribuindo”, os apoiando na continuidade de seus objetivos iniciais, que é estudar um curso de graduação para obter uma formação profissional pessoalmente desejada. Percebemos ainda, nas falas dos estudantes, que esta contribuição da política se deu de várias formas. Alguns destacaram que a assistência estudantil foi um divisor de águas em suas vidas afirmando que o apoio financeiro recebido foi “essencial na tomada de decisão para não trancar ou desistir do curso”, alegando terem que trabalhar para se sustentar, no caso do trancamento de algumas disciplinas, ou até mesmo retornarem as suas cidades de origem quando da desistência. Vimos essas respostas, por exemplo, nas falas de Heitor (DG) e de Enzo (DG):

“Se não fosse esse auxílio, eu teria trancado com certeza! Eu fui me mantendo com o auxílio, com a ajuda do auxílio, e teve um período, acredito que foi no segundo semestre, que se não fosse o auxílio eu teria trancado porque eu tinha que escolher entre trabalhar para sobreviver ou estudar. Daí, como teria que ter essa opção entre eu trancar para poder trabalhar ou estudar, o auxílio foi o que me manteve estudando. Isso acontece até hoje porque ajudou bastante, ajuda até hoje! Ela (a assistência estudantil) é super importante!” (Heitor, DG).

“...eu acho que ela é, digamos, que deveria ser essencial! Entende? Deveria ser permanente pelo fato de que, é o meu caso isolado, ele é tipo, se não fosse a assistência eu não estaria mais estudando no IF. Eu já teria saído de fato porque eu precisaria arranjar um emprego. Assim, tipo, a gente sabe que não é fácil e se não conseguisse eu ia ter que voltar para o interior”(Enzo, DG).

Conforme mencionado no perfil dos estudantes em seção anterior, foi verificado que a maioria não trabalha por encontrarem dificuldades devido aos cursos serem em período

integral, reforçando as falas acima que teriam que trancar algumas disciplinas, atrasando o período de conclusão do curso, ou desistirem dele. Dentro desta realidade e ainda no contexto da contribuição da assistência estudantil, nos chamou a atenção à fala do estudante Enzo (DG), que afirmou não receber ajuda de familiares e que para a sua manutenção no IFPB, “o auxílio moradia recebido é um dos pilares de sobrevivência”, junto com o estágio remunerado e alguns trabalhos informais como *freelancer*:

“Agora que eu tô conseguindo estágio junto com o auxílio, ele tá me mantendo na universidade até eu conseguir um emprego fixo. É, de sobrevivência, o estágio, o auxílio e alguns trabalhos como freelancer, que tipo, aparece um projeto, alguém me indica, aí eu faço o projeto e cobro por ele” (ENZO, DG).

Neste contexto, vimos que além do auxílio moradia, os estudantes veem os programas de monitoria acadêmica e estágio curricular, ou extracurricular, como oportunidades de ganhos acadêmicos, mas, também, financeiros que os ajudam na manutenção de seus cursos. Contudo, para estas duas últimas atividades é necessário atender a critérios como pré-requisito para participação, como já ter cursado alguma disciplina específica para desenvolver tais atividades. Percebemos, então, que nos primeiros períodos, os estudantes não tem essa possibilidade de participação por não terem cumprido ainda os créditos das disciplinas exigidas e que esta condição pode se tornar uma preocupação, em especial, para os estudantes que estão em mobilidade estudantil e em situações de vulnerabilidade socioeconômica. Observamos esta preocupação na fala do estudante Enzo (DG): *“Fiquei meio que desesperado na época porque precisei de algum apoio, tipo, corri atrás de estágio, corri atrás de tudo, monitoria, e tipo, como era o período muito recente eu não poderia me encaixar nas coisas”*. Diante disso, verificamos que há uma maior recorrência aos auxílios financeiros dos programas de moradia, alimentação e transporte por estes terem como critério primordial, situações de vulnerabilidade socioeconômica do estudante.

As outras formas de contribuição da assistência estudantil nos relatos dos estudantes que identificamos foram: de que ela é um “complemento financeiro” e junto com a contribuição da família ajudam na manutenção do estudante; e de que também é um “incentivo” para além da entrada na instituição, o ajudando a permanecer. Observamos essas expressões nas falas de Marcela (CB), de Matilda (CB) e de Marcos (CB):

“É bem importante! ...Ah, eu acho bem importante porque é um complemento, não é tanta grana assim né (trezentos reais), mas ajuda bastante que, por exemplo, é realmente meu aluguel, assim, e aí os meus pais me mandam uma quantia em

dinheiro, mas aí se complementam bem, até porque agora, há um tempo procuro emprego, mas é bem complicado para encontrar emprego com poucas horas, e aí a assistência dá uma segurada nisso porque meus pais mandam dinheiro, mas não seria totalmente suficiente assim” (Marcela, CB).

“Sim, é importante! ...A ajuda financeira, porque tem muito aluno que não tem condições de se manter aqui, aí ela ajuda muito em questão de que seja transporte, alimentação né, principalmente a moradia” (Matilda, CB).

“A importância é que ela é um incentivo a mais pra o aluno, porque eu acredito que ele só, só passar aqui e o ensino ser gratuito, não significa que ele pode cursar. Porque tem todo um gasto de transporte e pra quem mora longe tem o gasto com despesas, aluguel...e ele é o incentivo a mais pra quem tem essa realidade um pouco mais distante de...não sei, alguns alunos que moram perto, por exemplo” (Marcos, CB).

Esta forma de contribuição da assistência estudantil enquanto complemento financeiro é bastante significativo como os próprios estudantes afirmam. Zago (2006, p. 223) descreve bem a condição desses estudantes que relatam a importância da contribuição da assistência estudantil em seus estudos. Destaca,

Originários de famílias de baixa renda, esses estudantes precisam financiar seus estudos e, em alguns casos, contam com uma pequena ajuda familiar para essa finalidade. Provenientes de outras cidades ou estados, pouco mais da metade tem suas despesas acrescidas pelo fato de não morar com a família. Nesses casos, residem na casa do estudante universitário (quando há vaga), ou com parente, ou ainda, dividem casa ou apartamento com colegas.

No relato de Marcos (CB), achamos interessante o seu entendimento por implicitamente afirmar que apenas o acesso ao ensino superior, mesmo sendo público, não é suficiente para garantir o direito de estudar, pois são geradas despesas para se manter nas instituições, principalmente para aqueles que vêm de outras Cidades/Estados como descreveu Zago (2006). Sendo necessário, portanto, um incentivo como um apoio para depois do ingresso, contribuindo assim na permanência dos estudantes. Neste sentido, Silva e Veloso (2010, p. 222) corroboram com o entendimento de Marcos propondo que “a participação na educação superior, na perspectiva acadêmica, inicialmente, implica o ato de ingressar, mas também considera as dimensões de permanência e de conclusão dos estudos com qualidade deste nível de ensino”.

Verificamos nesses relatos, que a maioria dos estudantes traz a contribuição da assistência estudantil evidenciando o aspecto financeiro quando são atendidos em suas necessidades de alimentação, transporte e moradia alegando que os custos são muito altos

para aqueles estudantes que não tem condições e que estão em mobilidade estudantil. Conforme Magalhães (2013), os estudantes consideram a contribuição da assistência estudantil de forma mais imediata por meio dos programas que envolvem a subsistência material.

Entretanto, podemos destacar que, este apoio financeiro da assistência estudantil, pode contribuir indiretamente em outras dimensões da vida do estudante, a exemplo do “aspecto psicológico” proporcionando uma “boa saúde emocional para os estudos”. Com os auxílios estudantis recebidos, alguns estudantes afirmaram não ter muitas preocupações com suas despesas promovendo uma melhor atenção e dedicação às atividades acadêmicas. É o que podemos perceber nas falas de Heitor (DG), de Enzo (DG) e de Marcos (CB):

“Tinha época que eu ficava todo dia olhando, todo dia eu abria pra ver se caía, porque tinha época que atrasava, né! Daí, eu ficava naquela: pronto, vai cortar luz, vai cortar água e eu precisava do auxílio para ajudar a manter. Na hora que o auxílio caía era uma festa, acabava na mesma hora porque tinha que pagar as contas, mas era um alívio!” (Heitor, DG)

“Então, eu acho que tipo, mentalmente você fica extremamente abalado, é o psicológico, tipo, você se sente insuficiente. Entendeu? Você fica meio que fragilizado com a situação e pensa que não vai conseguir e com o auxílio, é, tirou tipo, toda essa minha parte, ajudou no meu psicológico e continuou me mantendo na universidade” (Enzo, DG).

“sim, está contribuindo bastante! E acho que a importância, a influência que ele tem é que talvez sem ele eu precisaria ter que trabalhar, arrumar algum trabalho por aqui, pra ajudar minha mãe a me manter aqui. E eu acho que eu trabalhando, tendo um curso que é matutino e vespertino, de manhã e tarde, eu acho que eu num trabalho extra, iria atrapalhar bastante o meu curso. Não só por tempo, mas também por cansaço, atenção, desviar minha energia pra outra coisa”(Marcos, CB).

Neste último relato, a fala de Marcos (CB) nos leva a refletir que a necessidade de trabalhar traz prejuízos acadêmicos ao estudante e nesta direção, Zago (2006, p. 235) afirma que, “o tempo investido no trabalho como forma de sobrevivência impõe, em vários casos, limites acadêmicos, como na participação em encontros organizados no interior ou fora da universidade, nos trabalhos coletivos com os colegas, nas festas organizadas pela turma”, entre outras situações.

Os estudantes destacaram ainda outras contribuições da assistência estudantil mencionando ações que não visam diretamente à subsistência, como o “programa de atualização para o mundo do trabalho por meio da ajuda de custo para participação em eventos científicos e acadêmicos”; e “projetos de extensão”, associando-os a uma melhor

qualidade da permanência e da formação acadêmica. Destacamos as falas de Alana (CB) e de Marcela (CB):

“Já tive ajuda de custo...fui pra o ENIC, que foi em Fortaleza, fui pra o CONEPPI em Recife e fui pra o Congresso Nacional de Educação em Minas. Se eu pensava em participar de congresso? Não, nem sabia que existia. Não sabia nem o que era um congresso. Foi a primeira vez que participei de um, lá eu estudava em escola pública e aí não tinha essas coisas. Já tô pretendendo engajar um mestrado também...”(Alana, CB).

“sim, eu participo de alguns programas de extensão, mas nunca recebi bolsa, inclusive agora participo de um também. A extensão traz uma vivência prática, assim né, do que a gente fica estudando na aula, e aí é mais uma experiência para um trabalho ou até pra sala de aula mesmo, eu faço licenciatura, traz muitas ferramentas a extensão, muita vivência”(Marcela, CB).

Na fala de Alana (CB), pudemos observar a importância e a contribuição da assistência estudantil na vida da estudante, quando ela afirmou desconhecer esse tipo de atividade científica acadêmica, congressos, e que a oportunidade de participar despertou nela o desejo de seguir um itinerário formativo se submetendo a seleção de um mestrado após a graduação para construir uma carreira acadêmica. A fala de Marcela (CB) traduz a contribuição do projeto de extensão em sua formação por meio da práxis, e mesmo sendo voluntária, vê a importância da experiência em sua vida acadêmica. Segundo Magalhães (2013, p. 101), esses relatos refletem “a diversidade de situações que os estudantes vivenciam no período em que estão na universidade e a expectativa de aprendizagem relacionada à formação, mas vivenciadas fora das salas de aula”, que complementam e são de suma importância para a formação integral do estudante universitário.

Para percebermos um pouco mais nas falas dos estudantes a importância e contribuição da assistência estudantil na permanência acadêmica, perguntamos quais seriam as “condições de continuarem estudando sem o recebimento dos auxílios”, verificamos que “a maioria dos estudantes não conseguiria permanecer”, não teriam chegado aos dias de hoje se não tivessem na assistência estudantil desde o primeiro período de curso. É o que vemos a seguir na fala de Enzo (DG): “*eu não conseguiria porque como é que eu ia pagar pra vir pra cá? Passagem, alimentação, tudo, impossível!*” e na fala de Valentina (DG): “*eu digo com toda certeza que não! De forma alguma eu teria conseguido, meus pais, eles não têm condições financeiras de me ajudar.*” Em outras falas, com menos expressividade, poucos estudantes disseram que sem os auxílios continuariam estudando, mas em condições difíceis e com possíveis interferências no aprendizado, como mostra Marcela (CB) e Marcos (CB):

“Eu acho que eu teria chegado, aos trancos e barrancos, assim, porque eu tenho mais duas irmãs e elas também estudam, né, então elas também precisam...Aí, talvez eu tivesse chegado aqui, porque é muito importante pra mim e pra minha família também, que eu tenha um ensino superior e tal, mas bem mais ou menos, assim.” (Marcela, CB).

“Eu teria conseguido sim, com muito sacrifício meu e da minha família, mas eu não acredito que hoje eu estaria tão avançado no curso como eu estou hoje, prestes a acabar. Eu acredito que taria bem atrasado, porque isto influenciaria totalmente na minha aprendizagem aqui.” (Marcos, CB).

Sobre estas condições, Radaelli (2013, p. 127) explica que, “a realização de um curso superior pode se tornar impossível, pois muitos não têm condições de arcar com as mensalidades nas instituições privadas e quando ingressam em uma instituição pública não conseguem recursos para a manutenção, ou tais recursos são escassos”.

Então, perguntamos aos estudantes quais seriam as estratégias de permanência se atualmente ficassem sem os auxílios, tendo em vista que já cursaram mais da metade do curso. Verificamos nas falas dos estudantes duas estratégias como alternativa de se manterem até à conclusão do curso, uma foi o “estágio e a outra um emprego”, para as duas formas os estudantes teriam que se submeter a seleções e depois organizar seu tempo de estudo evitando possíveis prejuízos acadêmicos. Temos os exemplos dessas alternativas como estratégia de permanência nas falas de Heitor (DG), que afirmou buscar um estágio: *“Hoje, se não tivesse o auxílio, se dissesse acabou, ninguém não recebe, eu conseguiria ir até o final pelo fato de que eu já consigo estagiar, essa seria a minha saída, o estágio e isso conseguiria me manter com muita dificuldade até o final.”* Heitor se refere ao fato de já poder estagiar por já estar em um período que permite essa possibilidade, pois já cursou as disciplinas necessárias e que geralmente são pré-requisito para o campo de estágio. Contudo, ele afirma que esta alternativa o ajudaria, mas seria com muita dificuldade até a conclusão de seu curso.

Quanto à alternativa de um emprego, verificamos na fala de Marcela (CB):

“Eu ia encontrar algum trabalho informal, alguma coisa assim, pra poder...Provavelmente teria que trancar algumas cadeiras, enfrentaria dificuldades, mas a estratégia seria procurar um trabalho mesmo, é o que acontece com a maior parte dos universitários, né? Ter que trabalhar e estudar e era o que eu pensaria em fazer” (Marcela, CB).

Marcela faz referência a uma realidade vivenciada por outros estudantes que buscam a alternativa do trabalho como fonte de sobrevivência, não só nos estudos, mas também na vida. Como já visto nas falas anteriores dos estudantes, o período integral dos cursos é um dificultador para encontrar um trabalho, mas sem os auxílios os estudantes teriam que trancar disciplinas do curso em busca de disponibilidade para o mercado de trabalho e assim tentarem se manter nos estudos.

Essa alternativa de trabalho traz bastante prejuízo aos estudantes com relação à sua formação acadêmica, pois o trabalho sendo “uma atividade que absorve muitas horas diárias, estabelece uma forte concorrência com os estudos”, e ainda leva os estudantes a se sentirem “à margem de muitas atividades mais diretamente relacionadas ao que se poderia chamar investimentos na formação (congresso, conferências, etc.)” (ZAGO, 2006, p.235).

6.3.3. Assistência Estudantil: limites e melhorias para a política

Igualmente, no que concerne à assistência estudantil, perguntamos aos estudantes se eles enxergavam limites nas ações, projetos e programas desta política e foi percebido nas falas a indicação de fatores limitantes que são internos e externos a instituição do IFPB – Campus de Cabedelo.

Verificamos como fator externo ao Campus de Cabedelo, que os estudantes relataram a “insuficiência de orçamento do governo” como uma limitação ao desenvolvimento da assistência estudantil, como podemos ver na fala de Marcos (CB):

“Eu acredito que, o mais óbvio, que é o governo, o incentivo dele financeiro... Acho que o fator limitante é mais esse mesmo, porque, como eu tô aqui a quase quatro anos, eu peguei alguns governos e vi quando o IF tinha maior capacidade de assistência ao estudante pra tudo, pra congressos...” (Marcos, CB).

Verificamos, também, nas falas dos estudantes, que esta limitação orçamentária gerava uma outra limitação para a política de assistência estudantil, a realidade de um “menor número de vagas ofertadas nos auxílios para um número maior de estudantes e suas demandas”, como segue na fala de Heitor (DG):

“Eu acho que é um limite o orçamento governamental! Um limite porque aumenta a quantidade de alunos, mas a quantidade de bolsas disponíveis pelo auxílio não, acredito que por causa da diminuição da verba. Eu acho que a quantidade de alunos que entram ela tá aumentando porque o curso tá ficando mais conhecido e aí a porcentagem de atendimento que o auxílio vai conseguir vai diminuir. Porque, por

exemplo, se enteva dez alunos e o auxílio conseguia cobrir oito, se entrar cem alunos o auxílio vai continuar cobrindo oito, mas ao invés de 80% só 1%.” (Heitor, DG).

Podemos inferir com estas falas dos estudantes que a limitação de recursos se torna um desafio que dificulta o gerenciamento da assistência estudantil, e que sem o repasse urgente dos orçamentos condizentes ao aumento de vagas, “há uma desqualificação dos programas assistenciais, sendo que, em casos mais extremos, certos programas correm o risco de sucumbir pela falta e/ou diminuição dos investimentos, os quais anualmente vêm sendo reduzidos pelos governos” (KOWALSKI, 2012, p.106). E é esta realidade que vem sendo vivenciada dentro das Universidades e Institutos Federais, de uma maneira mais forte no governo atual do presidente Jair Messias Bolsonaro.

Quanto aos fatores internos ao Campus de Cabedelo, os estudantes relataram como limitações da assistência estudantil a “ausência de funcionamento do programa de material didático pedagógico”. Este programa está previsto na política de assistência estudantil da instituição, mas não existe o suporte financeiro específico para a aquisição de alguns materiais didáticos que são necessários na prática de disciplinas dos cursos superiores e que exigem certo custo financeiro para o estudante. A fala do estudante Enzo (DG) ilustra bem esta situação, afirmando que a falta desses materiais específicos para o desenvolvimento das atividades do curso traz prejuízos acadêmicos:

“...os materiais de design eles são muito caros, e as vezes as pessoas, elas, não conseguem comprar no início do semestre porque é quando vem pra ilustração lápis específicos, tintas específicas, folha, bastante folha, folha de papel canson etc. E, tipo, é complicado né aderir isso e algumas pessoas perdem as atividades ou não fazem, ficam com nota baixa, e assim sucessivamente. Eu acho que se tivesse também uma política referente a ajuda de material específico para o curso de design, eu acho que ajudaria muito, muito, muito mesmo as pessoas!” (Enzo, DG).

Estudar sem o material didático necessário para execução das atividades acadêmicas, tendo que muitas vezes usar de estratégias de empréstimos ou uso coletivo dos colegas de turma, como relatou Heitor (DG) “O material que eles pedem é um custo muito alto e eu não comprava, eu não tive condições de comprar. Eu pegava emprestado dos meninos que compravam”, pode se tornar um desafio no acompanhamento do curso e na permanência institucional. Para Magalhães (2013, p. 21) permanecer na universidade e conseguir obter uma realização satisfatória do curso “envolvem o atendimento a necessidades diversas que vão desde o apoio financeiro para se alimentar, para transporte e aquisição de material didático,

até o suporte de acompanhamento de saúde, pedagógico e o atendimento de condições para alunos com deficiência”.

O “pouco tempo de divulgação da assistência estudantil no início dos períodos letivos” foi identificado nas falas dos estudantes como o outro fator interno ao Campus que é limitante nas ações da assistência estudantil. Os estudantes relataram sentir falta de mais informações depois do período de ingresso na instituição. Relataram, além disso, que o repasse dessas informações são mais evidentes no período que corresponde ao acolhimento inicial na primeira semana de aula, vimos em seção anterior que esta atividade é realizada por meio do programa de integração ao estudante ingresso, e que alguns estudantes retardatários, que ingressam a partir da segunda semana de aula, perdem a oportunidade de conhecer a assistência estudantil por meio dessas informações no começo do ano letivo. Vimos esta preocupação na fala de Enzo (DG):

“Tem uma reunião logo no início do curso ou uma reunião geral e tudo mais porque a gente que era da noite, eu lembro que quando iniciou o curso da gente, que eu não tinha ciência desse auxílio, aí na primeira semana, eu acho que foi na primeira semana que vocês foram, tipo, muita gente faltou, inclusive eu. Então, tipo, se tivesse ido nas três primeiras semanas, um dia das três primeiras semanas porque é quando o tempo que as pessoas estão vindo pra o IF, aos poucos...”(Enzo, DG)

Sobre esta preocupação do estudante Enzo (DG), de não estar presente na primeira semana de aula, constatamos que em muitos casos esta situação ocorre com estudantes que são de fora da cidade e nos primeiros dias de aula eles ainda estão se organizando em busca de moradia ou se ajustando à vida nova, à nova rotina, por terem saído da casa de seus pais. Estes relatos nos levam a refletir a necessidade de um melhor planejamento do tempo e das informações a serem transmitidas aos estudantes, melhorando a comunicação e até mesmo o acompanhamento dos mesmos.

Diante das limitações apresentadas pelos estudantes, assim como, das dificuldades enfrentadas por eles para permanecerem na instituição, perguntamos se tinham “sugestões de melhorias” para as ações, projetos e ou programas da assistência estudantil do IFPB – Campus de Cabedelo. Verificamos nas falas que eles indicaram como sugestões de melhorias cinco aspectos: 1) Oferta de mais vagas de auxílios; 2) Oferta do programa de material didático pedagógico com a aquisição de materiais específicos dos cursos; 3) Maior tempo de divulgação da assistência estudantil; 4) Utilização das redes sociais para melhor comunicação

com os estudantes; e 5) mais acolhimento/acompanhamento durante o curso. Observamos essas sugestões a seguir:

“Ofertar mais vagas para todos os tipos de assistência, seja moradia, alimentação, monitoria, enfim, acho que principalmente com moradia porque é no período passado, 2019.1, se eu não me engano, entraram cinco estudantes de fora em biologia e eu fiquei passada, assim, tinha gente do Rio, de Pernambuco e eles disseram precisar da assistência estudantil” (Alana, CB).

A estudante Alana sugere mais vagas para os auxílios, mas reforça uma necessidade maior para o auxílio moradia justificando que houve uma demanda no seu curso de estudantes que estavam em mobilidade estudantil, se encontrando na mesma condição que a dela.

Na fala do estudante Heitor (DG), é sugerida a oferta do programa de material didático pedagógico: *“A ajuda de ‘material didático’ seria excelente! Assim, como se fosse o auxílio lápis grafite, régua de corte, essas coisas assim, porque a gente não recebe nenhum tipo de ajuda e quando no início do período que o professor passa a lista de material é um terror!”*. Contudo, ofertar mais auxílios estudantis requer um maior investimento na política de assistência estudantil com um incremento no repasse do orçamento governamental, mas na atual conjuntura a situação que se apresenta é totalmente adversa, impossibilitando a implementação imediata dessa sugestão como proposta.

Vimos nas colocações sobre as limitações da assistência estudantil que o tempo de divulgação no início dos períodos letivos está insuficiente para atingir um maior número de estudantes possíveis, por isso um maior tempo de divulgação da política estudantil foi dada por muito estudantes como sugestão de melhoria. Como exemplo, podemos observar este relato na fala do estudante Enzo (DG) a seguir: *“É, ‘aumentar o tempo de informação pra as pessoas’, eu acho que ajudaria bastante, o acesso à informação, ele é tudo né!”*. É importante partilhar que, esta sugestão já vai ser implementada agora neste primeiro período de 2020, planejamos um maior tempo de acolhimento inicial com várias entradas em sala de aula para divulgar a assistência estudantil aos estudantes que ingressarão com a segunda chamada do SISU nos dois cursos superiores. O período letivo de 2020.1 do Campus de Cabedelo inicia neste mês de fevereiro e foi de grande valia e satisfação poder colocar em prática a sugestão de melhoria dos estudantes mesmo antes da conclusão desse mestrado.

Associado a essa sugestão de mais tempo para divulgação, os estudantes também sugeriram uma melhor comunicação utilizando a rede social, como percebemos na fala de Marcela (CB): *“Eu também acho que é a comunicação, tipo, é avisado quando começa os*

períodos, mas aí depois de um tempo, não é reforçado... Muitos alunos tão falando nessa questão de, sei lá, 'criar uma rede social, uma comunicação'... É bom que tem aluno de designer!''. E na fala de Valentina (DG): *"... melhor interação, 'comunicação, podendo utilizar da rede social' para tal. E a participação de um estudante de design para apoiar essa ação de comunicação"*.

Tanto na fala de Marcela (CB) quanto na fala de Valentina (DG), um detalhe nos chamou a atenção e achamos muito pertinente, foi o de envolver os estudantes do curso de Design Gráfico nesta atividade de comunicação, na utilização da rede social, uma vez que na formação acadêmica existem disciplinas que oferecem conteúdos que dão um suporte de aprendizagem para a utilização deste meio.

E sobre o último aspecto relatado pelos estudantes como sugestão de melhoria na assistência estudantil, "mais acolhimento/acompanhamento durante o curso", o que nos leva a compreender que, a partir das falas dos estudantes que seria um acolhimento não só no início do curso, mas, também, durante todo o percurso acadêmico podendo ocorrer até a sua conclusão. Em relatos anteriores, vimos que, os estudantes se expressaram sobre o acolhimento vivenciado no ingresso do curso demonstrando a sua importância para adaptação e para o desejo de permanecer na instituição. Este acolhimento inicial foi oferecido pelos professores, pela turma e pela equipe pedagógica por meio do programa de integração ao estudante ingresso, porém, percebemos nas falas que seguem abaixo, que os estudantes necessitam dessa interação, aproximação e acolhimento, que os façam se sentir pertencentes àquele espaço por um tempo maior durante a sua trajetória universitária.

Temos como exemplo dessa percepção a fala de Marcela (CB): *"...de possibilitar outros momentos que as assistentes, a psicóloga, possam conhecer melhor os estudantes, eles possam conhecer melhor entre si, conversar sobre outros assuntos e tal."* Outra fala de Marcela nos levou a pensar na condição dos estudantes em mobilidade estudantil, que se encontram longe de seus familiares, vivenciando uma nova realidade em suas vidas, nos fazendo considerar também a necessidade desses outros momentos que ajudem na permanência acadêmica:

"Eu acho que reuniões de acolhimento, assim, mais frequentes, com poucas pessoas, assim, com grupos pequenos e tal, pra que as pessoas pudessem falar mais. Enfim, tem psicóloga, assistente social, então acho que, é um apoio e como falei, você tá aqui sozinha e tal, você precisa conversar, você precisa de sei lá, palavras bem simples que fortalecem e tal, acho que tendo essa iniciativa vindo da assistência, muita gente se interessariam porque seria uma forma meio de se abrir, de que se fosse ouvido, de participar de outras situações que pudesse falar do seu

dia a dia, de coisas que te afligem e tal, por serem profissionais acho que teriam, saberiam melhor como guiar eles, coisa e tal.”(Marcela, CB)

Essa melhoria para as ações de assistência estudantil sugerida pelos estudantes, nos remeteu a uma ação pedagógica sistemática a ser desenvolvida pela equipe pedagógica da instituição em conjunto com os estudantes veteranos, promovendo um acompanhamento, a aproximação com os estudantes numa relação de confiança onde eles vejam a equipe como um apoio, principalmente, nas situações de dificuldades que fragilizam e interferem na permanência acadêmica. Nesta direção, observamos a fala da estudante Valentina (DG):

“Implementação de ações/campanhas/palestras que promovessem mais interação e acolhimento com e entre os estudantes. Um acompanhamento com melhor interação, aproximação dos estudantes e o diálogo que vocês oferecem, tipo, campanhas com os alunos... então um evento em que conversaria com o aluno, com palestras é que motivariam os alunos a permanecerem, teriam uma conversa e várias coisas assim que aumentariam a interação e que fariam com que o aluno se sentisse mais à vontade e mais acolhido.” (Valentina, DG)

Constatamos, também, nestes relatos, que a indicação de acompanhamento nos aponta a ausência de ações do programa de apoio pedagógico previsto na política de assistência estudantil numa perspectiva de “orientação educacional, no sentido de preparar o estudante para enfrentar os desafios cotidianos da vida acadêmica com responsabilidade e atuar como protagonista do seu processo educativo.” (IFPB, 2011).

Na prática, a atuação da equipe pedagógica do Campus de Cabedelo está “limitada a estratégias desenvolvidas para as necessidades educacionais do ensino médio integrado ao técnico, deixando lacunas evidentes para o atendimento aos estudantes do ensino superior” (FARIAS, 2018, p. 50). E esta realidade pode ser justificada devido à equipe pedagógica estar incompleta e insuficiente em termos quantitativos para a demanda da instituição.

Ainda pudemos constatar nos relatos, que esta sugestão de melhoria na assistência estudantil contribuirá com a permanência simbólica dos estudantes, pois promoverá momentos de enfrentamento a situações de inadaptação, de exclusão e de discriminação. Neste sentido, Farias (2018) corrobora com o entendimento de que para permanência simbólica se realizar, é necessário se implementar “ações relacionadas ao apoio, acolhimento e acompanhamento social, pedagógico e psicológico, ações de combate às discriminações, acesso à cultura e que não necessariamente dependam de repasse financeiro aos estudantes”

Dessa forma, a permanência acadêmica dos estudantes não estará relacionada unicamente ao apoio financeiro, mas, também, à qualidade da inserção ou inclusão pela comunidade institucional, dando sentido de pertencimento ao estudante que ingressou por meio da política de ações afirmativas.

6.4. Permanência acadêmica: facilidades e dificuldade sentidas para além da assistência estudantil

Verificamos nos relatos dos estudantes outros aspectos que se somam às contribuições da assistência estudantil. E achamos interessante apresentá-los aqui por também terem cooperado na permanência acadêmica. Foram situações vivenciadas pelos estudantes e que revelam dificuldades para a permanência quando não são consideradas como aspectos que demandam atenção, neste caso, podendo se tornar “determinantes potenciais da futura evasão ou interrupção do ciclo de estudos do aluno” (CASTELO BRANCO, NAKAMURA, JEZINE, 2017, p. 211).

Um dos aspectos relatados que contribuiu, também, na permanência, foi o “apoio familiar”. A maioria dos estudantes definiram este aspecto como sendo o empenho da família para mantê-los estudando no ambiente universitário, ou seja, toda a família concentrou e ainda concentram esforços (recursos materiais e incentivos emocionais) para manter um membro familiar nesse espaço. Para Nunes e Veloso (2015, p. 821) este apoio familiar se configura desde antes do ingresso na educação superior com a formação do capital cultural do estudante e que traz hoje uma significativa influência na permanência acadêmica. Destacam os autores,

[...] a família é um fio condutor na vida do estudante e os laços familiares que se vinculam com maior ou menor grau de responsabilidade influenciam nas rotinas acadêmicas do estudante. O apoio familiar na transmissão e construção de uma herança cultural nos níveis de ensino que antecede a educação superior, tem um papel fundamental na sustentação da permanência na Universidade.

Para Magalhães (2013, p.113) este esforço familiar para manter um membro estudando na universidade, geralmente, “representa um rompimento na cadeia de exclusão das classes sociais desfavorecidas e historicamente excluídas do ambiente universitário”. Observamos a importância desse apoio nas falas de Valentina (DG) e de Luísa (DG):

“...mostrei a eles que tá dando certo, eles me incentivam muito, eles me apoiam e isso também ajuda muito pra que eu permaneça, que agora além do apoio que eu tenho aqui, também tenho o apoio lá”(Valentina, DG).

“então, eu tenho um tio que mora em Picuí, que ele me ajudou, pra comprar meus materiais e me manter aqui no curso. Inclusive o computador foi ele que me deu”(Luísa, DG).

Percebemos a importante influência da família no sentido de encorajamento aos jovens na busca de uma formação educacional qualificada, acreditando ser esse o meio mais provável de ascensão social e financeira. Nessa perspectiva, identificamos na fala de Valentina (DG) a visão de que a formação superior possibilitará a melhora da qualidade de vida da família, sendo esse, inclusive, um fator motivador de sua permanência no curso:

“vejo que foi uma iniciativa certa, que foi uma decisão boa e o meu intuito é lutar exatamente por isso, o que eu quero mostrar não só para os meus irmãos que eles também podem lutar, que eles também podem ir atrás dos sonhos, como também quero, é, garantir um futuro melhor para minha família e isso é um incentivo, por mais que a saudade aperte.”(Valentina, DG)

Aspectos que dizem respeito a questões acadêmicas, como os motivos pela escolha do curso, também é de grande relevância e importante de se conhecer. Pois se sabe que estas escolhas geram expectativas nos estudantes ao ingressarem nas universidades, e durante o transcurso do curso essa espera por uma formação satisfatória pode ser atendida ou não. Com relação a essas questões acadêmicas, Silva Filho et al (2007, p. 643), corroboram afirmando que, “as expectativas do aluno em relação à sua formação e a própria integração do estudante com a instituição constituem, na maioria das vezes, os principais fatores que acabam por desestimular o estudante a priorizar o investimento de tempo ou financeiro, para conclusão do curso.”

Então, quando perguntamos aos estudantes “o principal motivo para a escolha do curso e se estavam satisfeitos”, observamos que no curso de licenciatura em Ciências Biológicas todos os estudantes disseram que escolheram pela “identificação com a área e pelo desejo de ensinar como professor”. Alguns despertaram o interesse pela área de Biologia a partir de outras experiências acadêmicas anteriores. A Alana (CB), por exemplo, se formou em um curso técnico que ao vivenciá-lo na prática não ficou satisfeita, mas foi durante a sua formação que despertou o interesse pela Biologia:

“A vontade de ensinar! Quando eu fazia ensino médio eu queria fazer enfermagem, aí eu cheguei a fazer o técnico de enfermagem lá em Recife. Aí, eu trabalhei na área um tempo e não gostei, gostei, mas não muito! Aí, durante o curso de enfermagem, eu percebi que eu queria ensinar, que eu achei muito boa a disciplina de anatomia que eu paguei, aí foi quando eu comecei a estudar mais biologia, assim, por conta própria mesmo. Aí, eu fui fazer o cursinho pré-vestibular, aí eu disse: quero fazer o curso de biologia, licenciatura” (Alana, CB).

Na fala de Marcela (CB), ela relatou que tinha duas opções de curso e optou por Ciências Biológicas. Ela afirmou que a sua definição foi acertada tendo em vista sua identificação com a área:

“A paixão pela biologia e o objetivo de fazer mais pela educação. Sim, estou bem satisfeita!” “Escolhi o curso porque era a minha primeira opção, tinha duas opções que eu queria, que era, medicina veterinária e biologia. Eu só vi depois que a medicina veterinária não tinha nada a ver comigo e nem com o campo que eu queria agir e tal, que tinha muito mais a educação e a biologia mesmo. Eu sou mais da área da botânica e aí enfim, tem tudo mais a ver do que o outro curso” (Marcela, CB).

Na fala de Marcos (CB), observamos que a identificação com o curso possibilitou vislumbrar uma carreira profissional e acadêmica:

“...a vontade de seguir a vida profissional como professor. Sim, estou satisfeito e quando sair daqui vou procurar concurso pra ingressar logo na carreira de professor, pra ter uma renda, pra conseguir me manter aqui e, possivelmente, fazer um mestrado” (Marcos, CB).

Com os estudantes do curso de Design Gráfico, verificamos que todos afirmaram, também, ser a “identificação com a área” o motivo principal de escolha pelo curso. E verificamos ainda nas falas, que a preocupação em buscar previamente informações para conhecimento sobre a formação os ajudou na decisão pelo curso. Constatamos esta afirmação nas falas de Luísa (DG) e de Valentina (DG):

“Vendo a grade curricular de design me identifiquei, pois gosto muito de desenhar e de manipular programas gráficos! Estou muito satisfeita com o curso, pois atendeu minhas expectativas” (Luísa, DG).

“O motivo principal foi minha paixão pela área, pois tudo que o curso representa fez com que me identificasse com o mesmo e quisesse ir atrás, apesar da distância da minha família. Estou extremamente satisfeita! Então, eu pesquisei muito e o único curso que eu me identifiquei foi design gráfico, e pesquisando mais sobre o curso, eu fui me identificando cada vez mais e eu vi realmente que aquilo era o que eu queria. E eu pretendo continuar aqui e ingressar cada vez mais na área, porque

eu sou apaixonada. Eu sou apaixonada pelo meu curso e não me arrependo de ter vindo não” (Valentina, DG).

Como demonstrado nas falas acima, todos os estudantes de Ciências Biológicas e de Design Gráfico relataram que “estão satisfeitos com seus cursos e que suas expectativas estão sendo atendidas”. Este fator é muito importante por contribuir na permanência do espaço acadêmico com uma trajetória satisfatória e com um consequente êxito na formação profissional. Quando este trajeto segue por diferentes expectativas no decorrer da graduação, os estudantes podem “buscar outros caminhos que não seja o de permanecer na escolha realizada, levando esses acadêmicos a realizarem novos processos seletivos para outros cursos ou outras instituições, ou solicitarem transferências entre áreas afins” (PRIMÃO, 2015, p. 116).

A satisfação e boas expectativas com o curso perpassam, igualmente, pelas condições de adaptação do estudante, e nesta direção, Nunes e Veloso (2015), afirmam que para muitos estudantes o sucesso da adaptação ao curso pode depender da herança familiar que se diferencia pelo nível capital cultural de cada estudante. Este capital cultural corresponde ao conjunto das qualificações intelectuais transmitidas pela família e o sistema escolar; e é adquirido com o tempo e investimento que a família propicia aos filhos.

Mais aspectos foram relatados, estes nos chamaram a atenção por terem sido apresentados por todos os estudantes com grande ênfase, afirmando que estes elementos tiveram uma fundamental contribuição na permanência acadêmica. Foram “o acolhimento institucional, a relação professor - aluno e a relação aluno – turma”. Os aspectos contemplados nas falas e que revelam um grau de importância, pois segundo a literatura, existem variadas causas para a interrupção dos estudos, algumas dessas causas são, justamente, o mau relacionamento professor-aluno, falta de informações sobre o curso e profissão e a pouca integração social à universidade (IMPERATORI, 2017).

Verificamos estes relatos nas falas de Luísa (DG), de Heitor (DG) e de Marcos (CB), que disseram que o acolhimento institucional e a boa relação com os professores contribuíram para sua permanência acadêmica, proporcionando um ambiente sem estresse e desejoso para desenvolvimento de seus estudos. Vale salientar ainda, que essa postura acolhedora de alguns professores teve um impacto positivo e significativo na vida dos estudantes tendo em vista algumas dificuldades em disciplinas dos cursos. Luísa (DG), por exemplo, relatou: “*eu acho*

que principalmente os professores são muito acolhedores e, e vai além do, do conteúdo que eles realmente precisam dá, eles, é, contam suas experiências e dessa forma ajuda a gente”.

“Porque se eu não gostasse dos professores, por exemplo, ou como os funcionários tratam os alunos eu ia ficar muito empicado de vir porque eu não gostaria de vir para um ambiente que eu ia me sentir mal, entende? Acho que se não tivesse esse acolhimento positivo, acho que se não empicasse deu terminar o curso, tornaria bem mais difícil, mais cansativo, exaustivo!”(Heitor, DG)

“E eu fui totalmente acolhido, minha turma como foi a segunda, fomos totalmente acolhidos...E foi um conjunto de fatores, foi o acolhimento dos professores, do coordenador; na época, por ser um curso novo. A estrutura do IF também, muito boa, me atraiu, a biblioteca....”(Marcos, CB).

Na fala de Marcos (CB), ele também traz outro aspecto importante que ajuda na permanência do estudante na instituição: “a infraestrutura do Campus”. Marcos (CB) demonstra satisfação ao falar da estrutura e afirma que foi um dos fatores que despertou desejo de cursar sua graduação, por possibilitar um melhor desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Na fala de Marcela (CB), verificamos destaque para a fácil acessibilidade aos servidores da instituição como atributo de um bom acolhimento institucional “*assim da forma mais ampla, a instituição se torna mais acolhedora e os profissionais são mais acessíveis, assim, você consegue falar com o diretor, por exemplo, com os diretores.*”. A estudante ainda foi bem enfática ao afirmar que se não tivesse sentido este acolhimento institucional inicial, certamente não estaria mais estudando, como vemos na fala que segue: “*Eu acho que não teria ficado no curso, provavelmente. Eu teria tentado me transferir pra algum curso lá perto da minha cidade, tem IF lá perto também... Ou trancaria mesmo e depois tentaria continuar, não sei, mas ficaria bem mais difícil*” (Marcela, CB).

Destacamos ainda, que o estudante Heitor (DG) faz referência ao programa de integração ao estudante ingresso da política de assistência estudantil quando relata sobre o acolhimento que teve quando ingressou na instituição:

“Durante o primeiro período já deu para perceber que era um ambiente bem amigável. Já com os professores, com a apresentação do curso, a apresentação do instituto em si, que teve uma parte que os professores foram juntos com os alunos e apresentaram o curso. E aí, depois teve a parte da administração que passou de sala em sala apresentando os auxílios, que no caso foram vocês né! E aí, a gente acaba conhecendo o campus inteiro na hora que a gente entra, e isso é um ponto positivo!”(Heitor, DG)

Segundo Ronsoni (2014), dificuldades para uma melhor integração acadêmica podem estar relacionadas à formação escolar anterior do estudante, assim como, a sua capacidade de se adaptar à vida universitária. Inúmeras vezes, o ingresso em um curso superior é acompanhado de mudança do entorno sociocultural e esta “nova etapa” inclui, também, em muitos casos, a necessidade de se manter neste local que é novo na vida daquele estudante.

No aspecto que se refere à relação aluno-turma, percebemos que foi tão importante para a permanência quanto todos os outros citados pelos estudantes. Percebemos nas falas o sentido de cooperação, solidariedade e coletividade quando demonstraram ajuda nas questões interpessoais com incentivos e acolhimento, e nas questões acadêmicas com estudos em conjunto para diminuir as dificuldades na aprendizagem. Na fala de Valentina (DG) isto é bem perceptível:

“A minha turma é excepcional, todo mundo trabalha junto, todo mundo se ajuda e, pelo que eu vi, se você tiver passando uma dificuldade em alguma matéria, normalmente junta um grupinho, todo mundo se senta pra conversar e pra ajudar um ao outro, pra estudar junto e, pelo menos a minha turma, a gente é extremamente unido nesse quesito. Então, sempre que tem um querendo desistir, todo mundo senta, todo mundo incentiva o outro a continuar e eu acho lindo, eu acho muito massa!”(Valentina, DG).

Ainda na fala de Valentina (DG) sobre a relação da turma, ela acrescentou que o apoio dos colegas/amigos foi fundamental para promover o sentimento de coragem para não desistir do curso e também de pertença na instituição:

“E eu me sinto...Me senti, desde o início muito bem aqui, muito confortável, e isso ajudou muito na minha adaptação e a me encorajar a continuar. Às vezes tem aula no sábado de manhã, aí todo mundo vem pra aula, depois da aula vai todo mundo sair junto, vai conversar sobre a rotina, se tiver passando por alguma coisa...E eu acho isso muito importante, e foi o que ajudou mais ainda a incentivar com que eu continuasse”(Valentina, DG).

A adaptação ao novo espaço geográfico e acadêmico exige do estudante que se encontra em mobilidade estudantil ter que enfrentar, muitas vezes, a ausência da família por esta residir em outra cidade ou estado e isso pode gerar sentimentos de solidão e desistências que certamente são superados quando há esta rede de apoio na turma do curso.

O estudante Enzo (DG) nos relatou que ao entrar no IFPB, estava passando por problemas de saúde mental, depressão, e que estava sendo acompanhado por um profissional fora da instituição. Percebemos nas expressões de Enzo (DG) uma fala bastante emocionada e

de gratidão por ter conseguido superar este momento difícil em sua vida. Ele justificou que a oportunidade de ingressar na instituição e o acolhimento de sua turma o ajudaram nessa situação de fragilidade proporcionando uma melhor qualidade de vida. Inclusive, hoje, o Enzo já foi liberado do acompanhamento psicológico e do tratamento medicamentoso que fazia uso:

“Quando eu vim parar no IF eu digo que foi uma luz que veio para minha vida porque quando eu estava trabalhando, eu estava passando por um processo, digamos, perturbador, conturbado na minha vida. Eu tava no início de depressão, eu tava com tudo mais, tipo, tentei fazer algumas besteiras, é, depois eu fui buscar apoio. Isso eu estava trabalhando ainda, antes de entrar no IF, aí foi quando eu pedi muito a Deus na época que eu passasse. Eu passei pela lista de espera, que eu passasse no IF que era para eu ter uma, digamos, sair daquela rotina e eu ter uma luz e me ocupar para sair da...porque meu psicólogo na época disse muito: busque algo que você vá gostar, veja outras pessoas, saia desse ciclo, tente mudar! E tipo, eu pedi muito e consegui entrar e quando eu cheguei aqui eu já gostei de cara da minha turma, foi uma turma muito acolhedora, fiz amizade com todo mundo, e tipo, eu mudei da água para o vinho em meses!” (Enzo, CB)

São muitos os aspectos que possibilitam a permanência acadêmica, assim como, às dificuldades para permanecer na universidade e que devem ser consideradas na definição da política de assistência estudantil, assim como, na articulação com outras políticas públicas e ou institucionais. Neste sentido, buscamos conhecer se existiram ou ainda existem dificuldades sentidas pelos estudantes os impedindo de seguirem uma trajetória acadêmica tranquila.

Verificamos nas falas dos estudantes que houve duas dificuldades mais destacadas por eles, uma vivenciada nos primeiros períodos do curso e outra, ainda, vivenciadas até aos dias atuais. A estudante Valentina (DG) colocou que devido à excessiva quantidade de atividades acadêmicas gerou-se uma “sobrecarga nos estudos” no início do período, mas reconheceu que era um período de adaptação: *“Tipo, a gente tem um processo de adaptação, saindo do ensino médio e indo direto pra faculdade, claro! Mas a rotina é bem diferente, sabe? A carga de exercícios e trabalhos é triplicada, mas fora isso, eu nunca tive dificuldade de aprendizado não.”* Apesar de muitas atividades para desenvolver, levando muitas vezes a estudante ao cansaço, o aprendizado da mesma foi alcançado. Sobre esta realidade, Primão (2015, p. 133) contribui afirmando que, “a dinâmica de funcionamento de uma universidade muito se diferencia do ensino médio, como exemplos, a linguagem técnica utilizada pelos professores e metodologias diferenciadas exigindo do ingressante hábitos de estudos”

Também foi possível perceber esta mesma dificuldade na fala de Luísa (DG): “os

professores colocaram muita coisa pra gente e ficou todo mundo sobrecarregado e quem tem um estágio ficou mais sobrecarregado ainda, então eu até desisti de uma das disciplinas, porque eu não tava conseguindo levar tudo”(Luísa, DG). Esta situação de um número elevado de atividades resultou em um percurso acadêmico diferente do de Valentina. Foi necessário Luísa trancar algumas disciplinas para conseguir acompanhar o curso protelando seu período de conclusão.

Essa dificuldade reflete uma luta constante dos estudantes entre o que gostariam de fazer e o que é possível fazer, materializada na situação como o tempo insuficiente para dar conta das solicitações do curso (ZAGO, 2006). Com isso, inferimos que se devem observar com bastante atenção as situações de adaptabilidade do estudante, uma vez que ele passa pela transição do Ensino Médio para o Ensino Superior enfrentando novos desafios acadêmicos.

A dificuldade vivenciada ainda nos dias de hoje diz respeito à “distância da família”, um dado que foi o mais evidenciado pela maioria dos estudantes, se tornando a principal dificuldade enfrentada por eles. Observamos em seus relatos afirmações como, “estar longe de seu núcleo familiar”, que acarretam nos estudantes sentimentos de preocupações e saudades. Os sentimentos de preocupações surgem com membros da família que passaram por questões de separações e de segurança de vida por morarem em local de risco, como observamos nos relatos de Matilda (CB) e de Marcos (CB):

“mulher, eu acho que, assim...problema de familia...Teve muito problema com a minha família lá, em questão de separação, dessas coisas e já fez eu, tipo, desistir e ter que voltar pra casa, porque não tinha condições de deixar minha mãe lá, desse jeito e tal... Mas, aí, ela também depois disse... ‘você não pode deixar tudo’ e quando a pessoa para e vê, imagina, já lutou até hoje pra tá aqui, pra quando tá na metade do caminho desistir...”(Matilda, CB)

“eu fico preocupado, quando eu passo um tempo sem ir lá porque são três mulheres na casa consideravelmente grande, num bairro considerado perigoso também, eu fico receoso. Se a situação agravasse mais, eu trancaria e voltaria, passaria um tempo lá.”(Marcos, CB)

E os sentimentos de saudades, por se sentirem sozinhos sem nenhum membro da família próximo, como observamos nos relatos de Valentina (DG) e Marcela (CB):

“aperta um pouquinho no peito, mas no início foi bem difícil, você sente falta, você sente medo, que você sair de casa aí se senti que está distante e não tem sua mãe por perto, nem seu pai, você sente medo, você sente falta!” (Valentina, DG)

“Pensei em desistir em alguns momentos, assim, por tá sozinha aqui, aí você pensa ‘nossa, não sei como é que vai ser mês que vem e tal’, aí, eu pensei em desistir

algumas vezes, mas nada assim muito decisivo, mas lá no início dificulta porque, às vezes, você precisa só de um apoio de alguém conhecido ali, que te conheça, pra dar um up!” (Marcela, CB)

Dentro desta realidade, a família se constitui como a principal fonte de apoio social e que a distância dela se torna o primeiro obstáculo enfrentado pelos estudantes que estão em mobilidade estudantil. Os estudantes experimentam sentimentos ambivalentes, de felicidade no ingresso de uma graduação desejada e de angústia pela dificuldade de adaptação ao contexto universitário e pela solidão devido ao “desligamento” dos familiares, mesmo que temporário, para morar em Cabedelo ou adjacências (PRIMÃO, 2015).

De acordo com todos estes relatos, vimos que a política de assistência estudantil que vem sendo executada no IFPB – Campus de Cabedelo está tendo uma importância significativa na vida desses estudantes contribuindo na permanência acadêmica, onde eles evidenciaram mais as necessidades materiais. Contudo, vimos também, que outros aspectos foram considerados de forma positiva para fixação deles na instituição. Sobre essa realidade apresentada pelos estudantes, Ronsoni (2014, p. 26) sintetiza que estes aspectos “podem ser de caráter interno às instituições, específicos à estrutura e dinâmica de cada curso – ou externos a elas, relacionados a variáveis econômicas, sociais, culturais, ou mesmo individuais que interferem na vida universitária dos estudantes.” Portanto, demandam enfrentamento, pois o desenvolvimento, a garantia de permanência e a conclusão do curso de forma satisfatória dependem desses fatores internos e externos à Instituição, os quais merecem ser levados em consideração no processo integral de formação (FARIAS, 2018).

Nesta direção, na próxima seção apresentamos um projeto de intervenção como proposta de melhoria e contribuição para a política de assistência estudantil do IFPB – Campus de Cabedelo na perspectiva de melhor atender as necessidades dos estudantes.

6.5. Proposta de um Projeto de Intervenção

Vimos que todas as melhorias sugeridas pelos estudantes são importantes e válidas para pensarmos em uma política de assistência estudantil que tente atender de forma satisfatória as demandas estudantis, pois dessa forma se aproxima mais das necessidades expostas pelos próprios estudantes. Algumas sugestões têm possibilidades de implementação em curto prazo, por depender de planejamento interno ao Campus, e outras, com a necessidade de um tempo maior, por depender de articulações institucionais, e também

externas à instituição. Percebemos que dentre os resultados encontrados nesta pesquisa, um aspecto foi bastante considerado pelos estudantes, o acolhimento institucional, que foi destacado tanto como fator contributivo para permanência como também na sugestão de melhoria da assistência estudantil no sentido de ser ofertado mais durante toda a trajetória acadêmica.

Estes apontamentos realizados pelos estudantes nos suscitaram reflexões para uma proposta de intervenção a ser realizada pela equipe pedagógica em conjunto com os estudantes dos cursos superiores do Campus de Cabedelo, um projeto de acolhimento como sugestão, aqui denominado por *Projeto Acolhedor*. Além dos relatos dos estudantes, tivemos como inspiração para esta proposta algumas experiências de acolhimento em outras instituições, na qual adaptamos a ideia para a realidade e condições do Campus de Cabedelo.

Vale salientar que, este projeto é uma proposta ainda a ser apresentada à gestão e equipe pedagógica do Campus de Cabedelo, sendo passível, inclusive, de mudanças com alterações ou novas sugestões para a sua realização. É importante saber que não verificamos, até a finalização da escrita deste trabalho, a existência no IFPB de algum projeto nesta perspectiva na área da assistência estudantil sendo desenvolvido por uma equipe pedagógica.

O *Projeto Acolhedor* foi pensado para ser uma ação de acolhimento e interação entre os estudantes da Educação Superior e equipe pedagógica do IFPB – Campus de Cabedelo. **Objetivo:** oferecer momentos que possibilitem desenvolver melhores condições de adaptação do estudante, em especial para aquele que vem de outra cidade ao espaço acadêmico, desde o seu ingresso e durante a sua trajetória universitária, a partir da criação de redes de apoio.

Metodologia: Os estudantes veteranos, a partir do segundo período de curso, podem se cadastrar para serem estudantes acolhedores dos estudantes novatos na instituição. O projeto será divulgado pela equipe pedagógica junto com os estudantes veteranos cadastrados, todo início de semestre, para os estudantes ingressantes na instituição tomarem conhecimento da existência do mesmo. Havendo interesse do estudante ingressante, o mesmo poderá buscar o contato com o seu possível estudante acolhedor, que preferencialmente deverá ser do seu respectivo curso para facilitar o apoio nas questões acadêmicas. Os estudantes acolhedores serão responsáveis em fornecer informações básicas sobre o curso, que sejam importantes para o desempenho acadêmico; sobre o Campus, auxiliando nas demandas acadêmicas e institucionais; e sobre a Cidade de Cabedelo, informando sobre moradia, transporte, lazer, serviços de saúde e outros serviços que poderão apoiar o estudante em suas necessidades (para esta atividade, será feito um mapeamento dos serviços disponíveis na cidade e no

entorno do Campus). Os estudantes acolhedores devem manter um contato, sempre que possível, com o estudante acolhido, promovendo também a integração do estudante acolhido à comunidade acadêmica e local. Esta ação será pautada na solidariedade dos estudantes, uma vez que os estudantes veteranos possivelmente já sentiram as dificuldades ao chegarem num ambiente novo, tanto universitário quanto territorial.

A equipe pedagógica realizará reuniões de acompanhamento do projeto, assim como, desenvolverá atividades como rodas de conversas com os estudantes acolhedores e acolhidos, sendo dois encontros por semestre, quatro encontros no ano letivo. As rodas de conversa terão o objetivo de construir canais de diálogo onde os estudantes possam se expressar, pensar, repensar e refletir o seu cotidiano, ouvir, ampliar sua empatia, melhorando a compreensão de si mesmo, da vida em sociedade, das relações interpessoais, com temas que perpassam o cotidiano universitário com influência na formação acadêmica, além de, também, proporcionar o fortalecimento de vínculos com melhor integração e uma nova forma de lidar com os conflitos. Dos temas a serem trabalhados, pensamos em alguns como: ansiedade, liberdade, respeito às diferenças, projetos de vida ou outros que poderão surgir de acordo com o interesse dos estudantes de forma que contemple as suas demandas. E ainda, como aproveitamento de mais sugestão de melhoria nas ações da assistência estudantil, convidaríamos estudantes do curso de design gráfico para nos ajudar na divulgação do projeto nas redes sociais.

Responsáveis: Equipe pedagógica do Campus, estudantes veteranos, coordenadores dos cursos e outros que possam contribuir na realização deste projeto.

Resultados esperados: Espera-se que os estudantes desenvolvam sua autonomia e protagonismo diante dos desafios da vida universitária, promovendo, igualmente, um sentimento de pertencimento e identidade enquanto estudante da Educação Superior do IFPB - Campus de Cabedelo. Os estudantes que foram acolhidos, se desejarem, poderão se tornar estudantes acolhedores dos que estão ingressando na instituição, mantendo o projeto sempre ativo.

No próximo capítulo, apresentamos nossas considerações finais sobre esta pesquisa. E reconhecemos que há, ainda, muito a ser explorado sobre este tema da assistência estudantil, ficando assim, estudos para serem desenvolvidos em trabalhos futuros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo analisar a Política de Assistência Estudantil do IFPB – Campus Cabedelo quanto à sua contribuição na permanência acadêmica na visão dos estudantes dos cursos superiores de Design Gráfico e de Ciências Biológicas. E para realizar essa investigação nos pautamos na pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

Inicialmente, realizamos a pesquisa documental, utilizando documentos legais e institucionais, como também, bibliográfica por autores que se debruçaram sobre políticas públicas de inclusão na Educação Superior e de assistência estudantil. Verificamos que a história da Educação Superior no Brasil foi bastante elitizada e inacessível para a grande maioria da população jovem pobre, se caracterizando como um nível de ensino excludente que refletia as desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais do nosso país. Estas dificuldades de acesso à Educação Superior foram fatos da história até praticamente aos tempos atuais, a partir dos anos 90 este cenário foi mudando com a implantação de políticas de inclusão que possibilitaram o acesso com a ampliação do número de vagas e expansão das IES, com maior destaque nas instituições privadas. Esta ampliação e expansão da Educação Superior representou um grande desafio para as IES, em especial para as instituições públicas, pois vimos que oportunizou o ingresso das camadas populares historicamente excluídas da educação formal, significando uma mudança do perfil estudantil nas instituições, e ascendendo uma preocupação com relação à permanência destes nesse novo espaço acadêmico conquistado.

Neste contexto, pensamos o acesso em uma perspectiva abrangente, ao considerar que ele está intimamente relacionado à permanência e à qualidade da formação profissional, conformando, assim, o conceito de acesso dentro de uma perspectiva democrática definido por Silva e Veloso (2013). Percebemos que, com a entrada desses estudantes advindos de camadas populares na Educação Superior, são apresentadas diversas situações de vulnerabilidade vivenciadas por eles, que exigem uma atenção no sentido de ofertar ações equitativas para garantir a fixação dos mesmos nas instituições, evitando processos de exclusão dentro do próprio espaço acadêmico, o que interfere diretamente no processo de ensino-aprendizagem como na permanência, ou na exclusão definitiva com a evasão do sistema de ensino. Vimos que, quando essa situação que exige uma preocupação com a permanência desses estudantes não é considerada, as próprias políticas de inclusão que oportunizaram o ingresso se transformam em políticas de exclusão, ou conforme Provin (2011) “políticas de in/exclusão”.

Nos documentos analisados, verificamos que as ações voltadas à promoção da igualdade de condições de permanência nas IES públicas estão ancoradas nas diretrizes do PNAES, aprovado no ano de 2007, que objetiva fomentar prioritariamente a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Verificamos que o IFPB possui uma preocupação com a questão da permanência, por ter desenvolvido ações para a assistência ao estudante durante toda a sua história. Mais recentemente, em 2011, identificamos um marco importante nesta perspectiva da permanência com a aprovação da política de assistência estudantil institucionalizando os programas assistenciais com base legal no PNAES. Como campo para o desenvolvimento da pesquisa, escolhemos o Campus de Cabedelo por ser o local da nossa atuação profissional, tendo como uma das nossas práticas o gerenciamento da política de assistência estudantil, o que facilitou o alcance dos objetivos dos nossos estudos.

No decorrer da pesquisa, após compreendermos as políticas públicas de inclusão e de assistência estudantil no Brasil, assim como, da instituição estudada, realizamos a análise do perfil socioeconômico dos estudantes dos cursos superiores que participam da política de assistência estudantil do Campus e que recebem prioritariamente o auxílio moradia, mas, também, outros auxílios simultaneamente. O recebimento do auxílio moradia foi um dos critérios de participação nesta pesquisa por oferecer um tempo maior de assistência, até a conclusão do curso, favorecendo a execução da investigação. Verificamos que os estudantes têm um perfil jovem com a grande maioria na faixa etária entre 20 e 24 anos de idade; todos são solteiros e sem filhos com a predominância de estudantes do sexo feminino no total dos dois cursos superiores; a maior parte dos estudantes se autodeclarou pardos e pretos; são oriundos de famílias com renda per capita de até 01 e meio salários mínimos; e não exercem nenhum tipo de trabalho formal por estarem em tempo integral nos seus cursos. Todos os estudantes são advindos de escolas públicas. No geral, as mães possuem maior nível de instrução e estão com mais ocupação profissional que os pais desses graduandos.

Conhecer essa realidade dos estudantes nos ajudou a refletir sobre a necessidade de entendimento das singularidades e circunstâncias vivenciadas por eles, assim como, a compreensão de que suas demandas não são resolvidas apenas com a assistência financeira. Vimos que é inquestionável a importância do aspecto financeiro no desenvolvimento e na formação dos estudantes, porém, não é um aspecto determinante, tendo em vista as lacunas acadêmicas percorridas e historicamente construídas na trajetória de suas vidas.

O propósito inicial da nossa pesquisa foi atendido, que era o de saber dos estudantes se a política de assistência estudantil do Campus de Cabedelo estava contribuindo na permanência acadêmica. Primeiro, destacamos a visão da maioria dos estudantes sobre a assistência estudantil, sendo constatado que eles a veem como um auxílio financeiro para estudantes sem condições financeiras. E quanto à contribuição desta política, todos os estudantes afirmaram que ela contribuiu significativamente na permanência acadêmica, sendo importante e essencial para o não trancamento ou desistência do curso. Eles ressaltaram as formas de contribuição da assistência estudantil como um apoio na sobrevivência, em especial o auxílio moradia; como um complemento financeiro ajudando na manutenção dos estudos e na instituição; como um incentivo na formação acadêmica com participação em eventos e em projetos de extensão; e como ajuda no aspecto psicológico quando deixaram de se preocupar com algumas despesas proporcionando saúde emocional e uma melhor dedicação aos estudos.

A maioria dos estudantes afirmou não ter condições de continuar estudando se não tivesse recebido os auxílios desde o início do curso, outros continuariam os estudos em condições difíceis e com possíveis interferências no aprendizado. Atualmente, se os estudantes ficassem sem os auxílios eles recorreriam a duas estratégias de permanência: o “estágio” ou o “emprego” para conseguir se manter no curso, mas para esta última alternativa, os estudantes teriam que trancar disciplinas do curso para terem disponibilidade de tempo para trabalhar atrasando sua formação e conclusão.

Identificamos, também, durante a interpretação dos depoimentos nas análises, que os estudantes expressaram outros fatores que contribuíram para permanência acadêmica, como: o apoio familiar com recursos materiais e incentivos emocionais; identificação com a área do curso trazendo satisfação e atendimento das expectativas; e acolhimento institucional com destaque para a relação professor-aluno e a relação aluno-turma, com ajuda nas atividades acadêmicas e na afetividade. Verificamos ainda que existiram dificuldades para a permanência e que vão além do atendimento da assistência estudantil, como: sobrecarga dos estudos no início do curso, isto muito em função da adaptação ao novo nível de ensino após o ensino médio e, a distância da família.

Durante o trajeto acadêmico, os estudantes perceberam algumas situações que limitaram ou limitam as ações de assistência estudantil no Campus de Cabedelo, como: insuficiência do orçamento do governo; número menor de vagas nos auxílios do que o número de estudantes e suas demandas; a ausência de funcionamento do programa de material didático pedagógico com especificidade de materiais para o curso de Design Gráfico; e pouco

tempo de divulgação da assistência estudantil no início dos períodos letivos. Vimos que as três primeiras situações colocadas como limites da assistência estudantil estão totalmente imbricadas, pois a indisponibilidade de recurso orçamentário do governo impacta diretamente nas duas situações seguintes. A partir daí, os estudantes sugeriram melhorias das ações da assistência estudantil, como: oferta de mais vagas nos auxílios; oferta de materiais específicos para o curso de design gráfico por meio do programa de material didático pedagógico; maior tempo de divulgação da assistência estudantil; utilização das redes sociais para melhor comunicação com os estudantes; e mais acolhimento/acompanhamento durante o curso.

Reconhecemos que, na nossa pesquisa haverá algumas lacunas, ou a necessidade de um aprofundamento posterior (doutorado), mas os resultados encontrados já nos possibilitaram chegar a algumas reflexões acerca da política de assistência estudantil e da permanência acadêmica dos estudantes. Primeiro, que a atuação profissional do professor com uma atenção voltada para o acolhimento é de fundamental importância na permanência, pois o seu comportamento e postura podem influenciar positivamente ou negativamente na fixação do estudante na instituição. Todavia, muitas vezes, o professor não está preparado para lidar com certas situações de dificuldades dos estudantes no espaço acadêmico, e isso nos faz compreender que é também necessário um trabalho coletivo junto à equipe pedagógica, com vistas a apoiar os estudantes nesse processo de prosseguimento dos estudos de forma satisfatória.

Segundo, a política de assistência estudantil do IFPB Campus de Cabedelo prevê o atendimento ao estudante em situações de vulnerabilidades sociais, ofertando, predominantemente, programas de auxílio financeiro como suporte à permanência. Este suporte se apresentou como essencial e fundamental para a fixação dos estudantes na instituição, atendendo às suas demandas materiais. Porém, vimos que outros aspectos apareceram como implicantes na permanência, como a ausência de ações de apoio pedagógico na perspectiva de orientação educacional e ações que contemplassem mais acolhimento ao estudante durante sua trajetória acadêmica. Diante disso, constatamos que, as ações de assistência estudantil desenvolvidas estão ainda incipientes diante do que preconiza o PNAES, e que para a sua consolidação ainda são necessários investimentos financeiros e humanos, bem como, o desenvolvimento de ações para além do oferecimento de auxílios avançando nas estratégias para o apoio não só à permanência material, mas, também, à permanência simbólica dos estudantes, promovendo o senso de pertencimento ao grupo de estudantes universitários e a instituição de educação superior.

E por fim, uma reflexão também sobre a nossa prática profissional, no sentido de rever melhores ações que se apliquem as necessidades dos estudantes. Em tempo, esta pesquisa nos possibilitou implementar uma das sugestões de melhorias dos estudantes já agora neste primeiro período letivo 2020.1. E como forma de contribuição institucional, faremos a apresentação dos resultados desta pesquisa e proporemos uma ação interventiva com um projeto pedagógico junto aos estudantes, com o objetivo de construirmos um canal de diálogo para o fortalecimento do sentimento de pertencimento na instituição, com uma metodologia que promova o acolhimento e acompanhamento sistemático contribuindo dessa forma na permanência acadêmica.

REFERÊNCIAS

AGAPITO, Ana Paula Ferreira. Ensino Superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

ALBUQUERQUE, Larissa Cavalcante de. **Assistência estudantil como política de permanência na UFPB**. 2017. 180p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9919/2/Arquivototal.pdf>>. Acesso em: 02 maio de 2019.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Apontamentos sobre a Política de Educação no Brasil hoje e a inserção dos/as assistentes sociais. In: _____. **CFESS**. Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2011.

_____, Ney Luiz Teixeira de. (Org.). Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. Série 3. In: _____. **CFESS**. Trabalho e Projeto Social nas Políticas Sociais. 2014.

ALVES, Jolinda de Moraes. A Assistência Estudantil no âmbito da Política de Educação Superior Pública. **Serviço Social em Revista - SEER**, Londrina, Paraná, v. 5, n. 1, Jul/Dez 2002. Disponível em: <http://www.sservista.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n1_jo.htm>. Acesso em: 15 dez.2019.

ALVES, Sandra Cristina Santos. **Serviço Social e Educação Profissional: análise do Serviço Social no CEFET-PB. 1964-1985**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - Paraíba, 2006.

ANDIFES. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wpcontent/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf>. Acesso em: 30 de nov. 2018.

ANDRADE, D. **Políticas públicas: o que são e para que existem?** In: _____. Politize! 04 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/politicas-publicas-o-que-sao/>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

ANDRÉS, Aparecida. **Aspectos da Assistência Estudantil nas Universidades Brasileiras**. Consultoria Legislativa. Câmara dos Deputados. Brasília-DF, 2011. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema11/2011_4354.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2019.

ASSIS, Anna Carolina Lili. **Desafios e Possibilidades da Política de Assistência Estudantil da UFJF**. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

ASSIS, Anna Carolina Lili de; SANÁBIO, Marcos Tanure; MAGALDI, Carolina Alves; MACHADO, Carla Silva. As políticas de Assistência Estudantil: Experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 4, p. 125-146, 2013., Edição Especial. 2013. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2013v6n4p125/26220>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Brasília, DF, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 03 dez. 2018.

_____. **Constituição (1946) Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 02 dez. 2018.

_____. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 01 dez. 2018.

_____. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 01 Dez. 2018**.

_____. **Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE)**. Brasília, 2012.

_____. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<https://proplan.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/7/2014/09/LEI-n%C2%B0-9.394-de-20-de-dezembro-de-1996.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

_____. **Lei nº 010172, de 9 de janeiro de 2001**. Estabelece o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

_____. **Lei nº 13.005/2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 28 dez. 2019.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 01 dez. 2018.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio de a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 01 dez. 2018.

_____. **Plano Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 – Norma Operacional Básica/NOB SUAS.** Brasília, 2005. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2018.

_____. **Política Nacional da Juventude – Diretrizes e Perspectivas.** Conselho Nacional da Juventude, 2006. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05611.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Portaria normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010.** Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2704-sisupportarianormativa2&Itemid=30192>. Acesso em: 24 jun. 2018.

_____. IBGE, **Censo Demográfico 2018.** Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2020.

_____. INEP, **Censo da Educação Superior 2017.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CAVALHEIRO, Josiela Silveira. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais gaúchos e o trabalho do assistente social:** alcances, perspectivas e desafios. Dissertação (Mestrado). Pelotas: UCPEL, 2013.

CHAUI, Marilena. A universidade operacional. **Avaliação**, Campinas, v. 4, n. 3, p. 3-8, 1999. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1063/1058>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação de oligopólios. **Educ. Soc.**, Campinas, v.31, n. 111, p. 481-500, abr.-jun., 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** 2.ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLASCO, 2005.

CRUZ, Andreia Gomes da; PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de Inclusão na Educação Superior no Brasil: fatos e contradições. **Educação em Foco**, ano 21, n. 35, p. 53-74, set./dez. 2018.

SOBRINHO, José Dias. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/10.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência Estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Aval. Pol. Públ.**, Rio de

Janeiro, v. 25, n.94, p.148-181, jan./mar. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0148.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

FARIAS, Leonardo Monte Silva Monteiro de. **Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba/Campus João Pessoa: contradições, limites e desafios para a atenção aos estudantes do Ensino Superior**. 2018. 105p. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB, 2018. Disponível em: <<http://www.ce.ufpb.br/mppgav/contents/documentos/dissertacoes/turma-2/m-sc-leonardo-monte-silva-monteiro-de-farias-pdf-completo.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

FINATTI, Elmer Betty e ALVES, Jolinda de Moraes. **Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes da UEL – indicadores para a implantação de uma política de assistência estudantil**. In: _____. KULLMANN, Geila Gonçalves; et al. Apoio Estudantil: reflexões sobre o Ingresso e Permanência no Ensino Superior. Santa Maria: Editora da UFSM: 2008.

FONAPRACE/ANDIFES. Revista 25 Anos do Fonaprace. **Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. FONAPRACE (Org.). UFU, PROEX, 2012.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – FONAPRACE. **I Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. Belo Horizonte: FONAPRACE, 1997.

_____. **IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior - 2014**. ANDIFES, Uberlândia, 2016. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduanso-das-IFES_2014.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e acesso à Universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017). **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, v. 34, n. 71, p. 299-307, set/out. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GIMENEZ, Felipe Vieira. **Expansão e inclusão na educação superior: a bolsa permanência na UFMS**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, Campo Grande - MS, 2017. Disponível em: <<https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/4340>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

GISI, Maria de Lourdes. A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n.17, p. 97-112, jan./abr. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/6740>>. Acesso em: 05 maio 2019.

GISI, Maria de Lourdes; PEGORINI, Diana Gurgel. As políticas de acesso e permanência na educação superior: a busca da igualdade de resultados. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara - SP. v. 20, n. 1, jan-abr, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9390>>. Acesso em: 05 maio 2019.

GORCZEWSKI, Clóvis; MAYER, Grazieli Schuch. **Algumas considerações acerca das políticas públicas como instrumento de inclusão social. XII Seminário Internacional de demandas sociais e Políticas Públicas na sociedade contemporânea**. UNISC, RS. 2015. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/13138>>. Acesso: 02 dez. 2018.

GUERRA, L. C. B.; MORAIS, M. E. A Implementação de Política Pública Educacional: um estudo do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) na Formação docente em Caraúbas-RN. **HOLOS**, Rio Grande do Norte, v. 2, ano 33, p. 301-316, 2017. ISSN: 1807-1600. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5273/pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A Trajetória da Assistência Estudantil na educação superior brasileira. In: _____. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 129, p.285-303, mai/ago.2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0285.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - IFPB. Conselho Superior. Convalida, com ressalvas, a Resolução nº 12/2011-AR de 29 de março de 2011, que dispõe sobre a aprovação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Resolução nº 40, de 06 de maio de 2011.

_____, **Resolução nº 25/2018** – CONSUPER - Dispõe sobre a aprovação da reformulação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. João Pessoa, 2018. Disponível em <http://www.ifpb.edu.br/prae/assistencia-estudantil/principais-normas-e-legislacoes>. Acesso em: 18 de Jan. 2019.

_____. **Resolução nº 151**. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Transporte Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. João Pessoa, 2014. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

_____. **Resolução nº 155**. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Moradia Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. João Pessoa, 2014. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

_____. **Resolução nº 156**. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Alimentação Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. João Pessoa, 2014. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes>>. Acesso em 30 nov. 2018.

_____. **Resolução nº 277.** Dispõe sobre a aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. João Pessoa, 2014. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

_____. **Resolução Nº 246/2015** – CONSUPER - Dispõe sobre a aprovação do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. João Pessoa, 2015. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

_____. Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico. Cabedelo, 2013. Disponível em: <https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/23/documentos/PPC_Design_Gr%C3%A1fico.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019.

_____. Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas. Cabedelo, 2017. Disponível em: <https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/24/documentos/PPC_CI%C3%80NCIAS_BIOL%C3%93GICAS_IFPB_CABEDEL0_-_2018.1_a_2018.2.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019.

_____. Informações sobre Assistência Estudantil do Campus Cabedelo com últimas modificações em 05 de outubro de 2018. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/cabedelo/assuntos/assistencia-estudantil>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

JEZINE, Edineide; BRANCO, Uyguciara Veloso Castelo; NAKAMURA, Paulo Hideo. **Políticas de acesso à educação superior e os desafios da inclusão social.** João Pessoa- PB: Editora da UFPB, 2015.

JEZINE, Edineide; BRANCO, Uyguciara Veloso Castelo; NAKAMURA, Paulo Hideo. Permanência na educação superior no Brasil: Construção de uma escala de medida. **Revista de la Asociación de Sociología de la Educación (RASE)**, Valência – Espanha, v. 10, n. 2, p. 209-224, 2017. Disponível em: <<https://ojs.uv.es/index.php/RASE/article/view/10060>>. Acesso em: 12 maio. 2019.

JEZINE, Edineide. A expansão, a diversificação da educação superior e os processos de [in]exclusão das camadas populares. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa – PB, v.18/19, n.1/2, p. 114-131, jan.-dez. 2009/2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/20435>> . Acesso em: 25 de jan. 2020.

JEZINE, Edineide e CARVALHO, Rayana. Permanência na educação superior: “um peso, duas medidas”. **Espaço do Currículo**, João Pessoa – PB, v. 9, n. 1, p. 108-120, jan/abr. 2016.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da Pesquisa:** um guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.18, n.4, p. 733-743, 2009.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social – PUCRS, Porto Alegre - RS, 2012.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Fábio Danilo Rolim de. **A política pública de assistência estudantil: uma análise sobre a contribuição do benefício da residência universitária para a permanência na UFPB**. 2019. 110 p. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB, 2019. Disponível em: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=2847>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MACIEL, C. E.; LIMA, E. G. S.; GIMENEZ, F. V. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. **RBPAE**, v. 32, n. 3, p. 759-781, set./dez. 2016.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro de. **Assistência estudantil e o seu papel na permanência dos estudantes de graduação: a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. 2013. 205p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2013.

MANCEBO, Deise. Educação superior no Brasil: expansão e tendências (1995-2014). In: _____. **Reunião Nacional da ANPED**, 37., 2015, UFSC - Florianópolis – SC. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt11-3726.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araújo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**. v. 20, n. 60, jan.-mar. 2015.

MARANHÃO, Fábica Castro de Albuquerque. **Política pública de assistência estudantil: um estudo da satisfação dos universitários residentes na moradia estudantil da UFRPE**. 2016. 90p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

MARINHO, Fabiana Lopes. **Um estudo sobre a percepção dos usuários acerca da política nacional de assistência estudantil na DDS/UNB**. 2015. 79f. (TCC). Brasília, 2015. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/11631/1/2015_FabianaLopesMarinho.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2018.

MARQUES, E. P. S.; REAL, G. C. M.; OLIVEIRA, J. P. Acesso e permanência na educação superior: desafios e alcances das políticas de assistência estudantil na UFGD. In: _____. XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR, 24., 2016, Maringá. **Anais eletrônicos do XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR**. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e_5/5-013.pdf>. Acesso em: 10 de jan. 2020.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania.** São Paulo: Unesp, 2012.

MENEZES, Simone Cazarin de. **Assistência estudantil na educação superior pública: o programa de bolsas implementado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.** 2012. 125p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20038/20038_1.PDF>. Acesso em: 12 maio 2019.

NASCIMENTO, Emily da Silva. **Estratégias de permanência estudantil da Universidade Federal da Paraíba: plano de aplicação para apoio pedagógico.** 2019. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 2019.

NEVES, L. M. W.; FERNANDES, R. R. Política neoliberal e educação superior. In: _____. NEVES, L. M. W. (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990.** São Paulo: Xamã, 2002.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; et al. Promessas e limites: o SISU e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais. **Educação em Revista.** Belo Horizonte, n.33 / n.02, p. 61-90, abr-jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982017000100116>. Acesso em: 12 jan. 2020.

NUNES, R. S. R. & VELOSO, T. C. M. A. A permanência na educação superior: múltiplos olhares. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados - MS, v. 6, n. 16, p. 48-63, jan./abr., 2016. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/5708/2914>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

NUNES, R. S. R. & VELOSO, T. C. M. A. A Assistência Estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso: aspectos socioeconômicos de estudantes beneficiados. In: _____. Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR, 24., 2016, Maringá. **Anais eletrônicos do XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR.** Universidade Estadual de Maringá, 2016. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e_5/5-002.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

NUNES, R. S. R. & VELOSO, T. C. M. A. Elementos que interferem na permanência do estudante na educação superior pública. In: _____. Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR, 23., 2015, Belém – Pará. **Anais do XXIII Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR,** Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2015. Disponível em: <<http://www.obeduc.uerj.br/arquivos/AnaisRedeUniversitas2705.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: _____. OLIVEIRA, Adão F.; PIZZIO, Alex; e FRANÇA, George. **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas.** Goiás: Editora da PUC Goiás, 2010.

OLIVEIRA, A. R. M. de; SILVEIRA, A. S. da. **Acesso e permanência – desafios à problemática da evasão na educação superior do Brasil**. 2011. Disponível em: <<https://revistas.utp.ac.pa/index.php/clabes/article/view/1229/1959>>. Acesso em: 15 de jan. 2020.

OTRANTO, Célia Regina. A política de educação profissional do Governo Lula: novos caminhos da educação superior. In: _____. **REUNIÃO ANUAL DA ANPEd**, 34., 2011, Natal. **Anais eletrônicos da 34ª REUNIÃO ANUAL DA ANPEd**, Natal, 2011. Disponível em: <<http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT11/GT11-315%20int.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Construindo o estado republicano: democracia e reforma da gestão pública**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

PRIMÃO, Juliana Cristina Magnani. **Permanência na educação superior pública: o curso de Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Sinop**. 2015. 186p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PRO-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. **Projeto Roda Vida**. UFJF, 2017. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/proae/links/roda-viva/>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

PROVIN, Priscila. **Inclusão na universidade: estratégias para o ingresso de “todos” no ensino superior**. In: _____. FABRIS, E. T. H; KLEIN, R. R. (Org.). **Inclusão e biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

PROVIN, Priscila. **O imperativo da inclusão nas universidades comunitárias gaúchas: produzindo “atitudes de inclusão”?** 2011. 159p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, 2011.

RADAELLI, Andressa Benvenuti. **Permanência na educação superior: uma análise das políticas de assistência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul**. 2013. 166p. Dissertação (Mestrado em Educação) - UNIOESTE, Cascavel, PR, 2013. Disponível em: <<http://tede.unioeste.br/handle/tede/868>>. Acesso em: 01 maio 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba - SP, v.19, n.3, p.723-747, nov.2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772014000300010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 02 maio 2019.

_____. Democratização do campus: impactos dos programas de inclusão sobre o perfil da educação. **Cadernos do GEA**, n. 9, jan.-jun. 2016. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2017/03/Caderno_GEA_N9_Democratiza%C3%A7%C3%A3o-do-campus.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2019.

RONSONI, Marcelo Luis. **Permanência e evasão de estudantes da UFFS Campus Erechim**. In: _____. PEREIRA, Thiago Ingrassia. (Org.). **Universidade pública em tempos de expansão: entre o vivido e o pensado**. Erechim: Evangraf. 2014. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/jovianavedanadarosa/universidade-publica-em-tempos-de-expansao-2-1-33131968?from_action=save>. Acesso em: 05 jun. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2005. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2019.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. 2009. 214f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11778>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SANTOS, C. P. C. & MARAFON, N. M. A política de assistência estudantil na universidade pública brasileira: desafios para o serviço social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 408-422, ago./dez., 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/22232/15301>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

SANTOS, Magda. A abordagem das Políticas Públicas Educacionais para além da relação Estado e sociedade. In: _____. IX ANPED Sul. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 9., 2012. **Anais eletrônicos do IX ANPED Sul. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2046/147>>. Acesso em 03 dez. 2018.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SILVA FILHO, Roberto L. Lobo *et al.*, (2007): “A evasão no ensino superior brasileiro”. **Cadernos de Pesquisa**, 37 (132), 641-659.

SILVA, Maria das Graças Martins da.; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 3, p. 727-747, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n3/11.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

SILVA, Maria das Graças Martins da.; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Acesso à educação superior: significados e tendências em curso. **Série-Estudos - Periódico do**

Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, Campo Grande-MS, n. 30, p. 221-235, jul./dez. 2010.

SILVA, S. J.; PINEZI, A. K. M.; ZIMERMAN, A. Ações afirmativas e inclusão regional: a experiência da Universidade Federal do ABC. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 233, p. 147-165, jan./abr. 2012. Disponível em <www.rbep.inep.gov.br>. Acesso em: 25 jan. 2020.

SILVEIRA, Hélio Pereira da Mota. **Política de assistência estudantil na Universidade Federal da Paraíba e os critérios para concessão do auxílio restaurante universitário no Campus I**. 2019. 104p. Dissertação (Mestrado Profissional) - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, João Pessoa-PB, 2019. Disponível em: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=2847>. Acesso em 01 maio 2019.

SILVEIRA, Míriam Moreira da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 2012. 137p. Dissertação (Mestrado em Política Social) - UCPEL, Pelotas, 2012. Disponível em: <http://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2018/03/MIRIAM.SILVEIRA_Assist%C3%Aancia-Estudantil-no-Ensino-Superior-%E2%80%93-uma-an%C3%A1lise-sobre-as-pol%C3%ADticas-de-perman%C3%Aancia-das-universidades-federais-brasileiras.pdf> Acesso em: 15 jun. 2019.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2018.

SOUZA, Terezinha Rosa de Aguiar. **Estudo das relações entre a permanência no ensino técnico e a assistência estudantil no IFTM – Campus Paracatu**. 2015. 146f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Natália Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v.17, n.2, p. 599-616, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361/6598>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão, exclusão, in/exclusão. **Verve**, 20: 121-135, 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/14886>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios em pesquisa de administração**. 16 ed. 2016.

_____. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004

VILAÇA, M L C. Pesquisa e ensino: considerações e reflexões. **Revista Escrita: revista do curso de letras da UNIABEU**, Nova Iguaçu – RJ, v.1, n .2, p. 59-74, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/RE/article/viewFile/26/pdf23>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Santa Catarina, v. 11, n. 32, p. 226-370, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO – ESTUDANTES

Prezado Estudante,

No sentido de buscarmos compreender a Política de Assistência Estudantil desenvolvida pelo IFPB, gostaríamos da sua colaboração em responder às perguntas abaixo.

CARACTERIZAÇÃO:

1. **Sexo:** 1 () Masculino 2 () Feminino

2. **Orientação sexual:** () Heterossexual () Homossexual () Bissexual () Transexual () Não binário

3. **Idade:** _____

4. **Raça/cor/etnia:**

1. () Amarela 2. () Branca 3. () Indígena 4. () Parda 5. () Preta

5. **Estado Civil:**

1. () Solteiro (a) 2. () Casado (a) 3. () União estável 4. () Divorciado (a)/ Separado (a)

5. () Viúvo (a)

6. **Pessoa com Deficiência:**

1. () Sim. Qual? _____ 2. () Não

7. **Têm Filhos:**

1. () Sim 2. () Não

8. **Estado de Origem:**

1. () Paraíba***Se da Paraíba, de qual região** () Zona da Mata () Agreste () Sertão

2. () Outro Estado, qual? _____

9. **Sua residência de origem situa-se, predominantemente em que área do município:**

1. () Zona Urbana 2. () Zona Rural

10. **Como você reside atualmente: (Pode ser mais de uma resposta)**

1. () sozinho 2. () amigos 3. () casa alugada 4. () apartamento alugado

5. () pensionato 6. () cômodo alugado

11. **Qual sua situação econômica atual:**

1. () Desempregado

2. Empregado
3. Atividade acadêmica remunerada (monitoria, extensão, pesquisa, PET, Estágio remunerado, etc.)
4. Apenas recebe o auxílio dos Programas de Assistência Estudantil
5. Ajuda de familiares
6. Outros. Qual? _____

12. Exercendo outras atividades, elas dificultam você desenvolver suas atividades acadêmicas?

Sim Não.

Se sim, que tipo de atividade? _____

DADOS ACADÊMICOS

1. Ensino Anterior: Você estudou o Ensino Médio em uma escola:

1. Pública 2. Particular 3. Ambas 4. Particular com Bolsa

2. Ensino Atual:

Qual seu Curso de Graduação: _____

Período acadêmico a qual está atualmente matriculado: _____

Média Geral (Histórico Acadêmico atual): _____

Ano de ingresso no IFPB: _____

Previsão de ano para a conclusão do curso: _____

Forma de Ingresso no IFPB: 1. SISU/ENEM 2. Transferência 3. Portador de Diploma 4. Outros. Especificar _____

3. Você ingressou no IFPB pelo sistema de COTAS:

1. Sim. Qual? _____ 2. Não

4. Como você chega ao IFPB – Campus Cabedelo:

1. a pé 2. ônibus coletivo 3. van escolar 4. bicicleta 5. trem
6. carro próprio 7. carro alternativo 8. lancha

5. Qual foi o principal motivo que levou a escolher o IFPB:

1. Por oferecer ensino gratuito
2. Pela proximidade com o seu município de origem
3. Por oferecer cursos bem qualificados
4. Por ofertar Assistência Estudantil
5. Baixa concorrência
6. Por oferecer o curso que desejava
7. Influências de familiares e/ou terceiros
8. Para ter um diploma de nível superior
9. Outro. Especificar: _____

6. Qual foi o principal motivo que levou a escolher o curso e você está satisfeito com a escolha?

SITUAÇÃO FAMILIAR:

1. Escolaridade do Pai: superior completo superior incompleto médio completo médio incompleto fundamental completo fundamental incompleto sem escolaridade

2. Escolaridade da Mãe: superior completo superior incompleto médio completo médio Incompleto fundamental completo fundamental incompleto sem escolaridade

3. Ocupação Profissional do pai:

1. Empregado (Setor Privado) 2. Empregado (Setor Público) 3. Autônomo
 4. Desempregado 5. Aposentado/Pensionista 6. Agricultor 7. Outros.

Especificar _____

4. Ocupação Profissional da mãe:

- 1. () Empregada (Setor Privado) 2. () Empregada (Setor Público) 3. () Autônoma
- 4. () Desempregada 5. () Aposentada/Pensionista 6. () Agricultora 7. () Outros.

Especificar _____

5. Nº de pessoas que moram na sua casa de origem: _____

6. Renda Bruta Familiar: (Somatório de todas as rendas sem descontos)

- 1. () até 01 salário mínimo
- 2. () de 01 a 02 salários mínimos
- 3. () de 02 a 03 salários mínimos
- 4. () de 03 a 04 salários mínimos
- 5. () mais de 04 salários mínimos.

Alguém do seu núcleo familiar recebe algum programa do governo (ex. bolsa família)?

() Sim, qual? _____ () Não

A sua família reside em imóvel:

- 1. () Próprio Quitado 2. () Alugado 3. () Cedido 4. () Herdeiros 5. () Financiados

DADOS SOBRE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

1. O que é assistência estudantil para você?

2. Como conheceu a Política de Assistência Estudantil do IFPB – Campus de Cabedelo e quais os programas você conhece?

3. Qual(is) o(s) programa(s) de assistência estudantil do IFPB – Campus de Cabedelo que você já utilizou e utiliza atualmente?

4. Ano de ingresso na Assistência Estudantil: _____

5. Qual foi o principal motivo que o/a levou a participar da Assistência Estudantil: (Pode ser mais de uma resposta)

A () Por suas condições socioeconômicas

B () Pela distância da Instituição e seu endereço de origem

C () Buscar melhorar seu rendimento acadêmico

D () Influência de terceiros

E () Outro. Qual? _____

Agradecemos a sua colaboração!

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1. Você entende que a assistência estudantil é importante? Por quê?
2. Os programas da assistência estudantil estão contribuindo para a sua permanência no curso/instituição? E como é essa forma de contribuição?
3. Mesmo sendo atendido (a) pelo(s) programa(s) de assistência estudantil do IFPB – Campus de Cabedelo, há outros fatores que dificultam sua permanência como estudante? Quais e por quê? (Dificuldades para além dos auxílios)
4. Se você não tivesse os auxílios/programas da assistência estudantil, conseguiria permanecer no curso/instituição? E quais seriam suas estratégias para permanecer caso não tivesse os auxílios?

COMENTÁRIOS FINAIS

1. Quais são os limites e possibilidades que você enxerga na política de assistência estudantil do IFPB/ Campus Cabedelo?
2. Sugestão para melhoria das práticas de execução dos serviços, programas e projetos de assistência estudantil no IFPB/ Campus Cabedelo?

ANEXOS

ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre **“PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA – CAMPUS CABEDELO”**, e está sendo desenvolvida pela pesquisadora Evelin Sarmiento de Carvalho, aluna do Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Profa. Dra. Mariana Lins de Oliveira.

O objetivo geral desta pesquisa é Analisar a Política de Assistência Estudantil do IFPB – Campus Cabedelo na visão dos estudantes dos cursos superiores quanto a sua contribuição na permanência acadêmica.

Para alcançar esse objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos: Descrever a Política de Assistência Estudantil adotada no IFPB – Campus Cabedelo; Caracterizar o perfil dos estudantes dos cursos superiores do IFPB – Campus Cabedelo que participam do programa de auxílio moradia da assistência estudantil; Analisar a visão dos estudantes sobre os programas de Assistência Estudantil que são executados no IFPB – Campus Cabedelo e, por fim, Apresentar propostas de possíveis melhorias na assistência estudantil conforme a percepção dos estudantes.

A temática abordada em questão possui bastante pertinência, haja vista que a assistência estudantil se constitui em uma ferramenta de inclusão social, sendo um mecanismo fundamental para assegurar a permanência do aluno no ambiente acadêmico. Desenvolver tal estudo também é relevante sob o entendimento de que há uma lacuna a ser preenchida em relação a elaboração de pesquisas específicas que versem acerca da assistência estudantil, tendo por foco a percepção dos estudantes beneficiados. Sob o aspecto institucional, a pesquisa justifica-se pela possibilidade de refletir sobre os programas da assistência estudantil e ainda fomentar a necessidade de avaliações sistemáticas dessa política.

Solicitamos a sua colaboração para realização da aplicação dos questionários semiestruturados e da entrevista individual, como também sua autorização para gravar o áudio dessa entrevista para futura transcrição das informações, e apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica. Por ocasião da

publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Cabedelo - PB, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador Responsável

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Pesquisador Responsável:

Endereço: IFPB, Campus Cabedelo, Coordenação Pedagógica e de Apoio ao Estudante. Fone: (83) 98889-0501

E-mail: evelin.carvalho@ifpb.edu.br

Ou para Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba
Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

Telefone: (83) 3216-7791 – E-mail: **comitedeetica@ccs.ufpb.br**

Obs.: O sujeito da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.